



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



ANA PAULA MELO DE MORAIS

**TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: UM
ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES DA
VILA DE ALGODOAL – PA**

**BELÉM
2022**

ANA PAULA MELO DE MORAIS

**TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: UM
ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES DA
VILA DE ALGODOAL – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Silvio José de Lima Figueiredo

BELÉM

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M827t Morais, Ana Paula Melo de.
 Turismo e transformações socioambientais na Amazônia:
 : Um estudo sobre a percepção dos residentes da vila de
 Algodoal - Pa / Ana Paula Melo de Moraes. — 2022.
 cxxii, 123 f. : il.

 Orientador(a): Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-
 Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
 Úmido, Belém, 2022.

 1. Transformações socioambientais. 2. Turismo. 3.
 Algodoal. 4. Percepção. 5. Turismo de massa. I. Título.

CDD 338.4791098115

ANA PAULA MELO DE MORAIS

**TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: UM
ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES DA
VILA DE ALGODOAL – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Silvio José de Lima Figueiredo

Data de aprovação: __/__/____

Resultado: _____

Banca Examinadora:

_____ – Orientador

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidade Federal do Pará, PA.

_____ – Membro Interno

Prof. Dra. Mirleide Chaar Bahia
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidade Federal do Pará, PA.

_____ – Membro Externo

Prof. Dr. Wilker Ricardo De Mendonca Nobrega
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN.

“O conhecimento patrocina a liberdade”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gratidão ao Senhor Meu Deus, por ter me dado força, capacidade e discernimento para chegar até aqui e concluir mais um capítulo dessa jornada passageira na terra. Gratidão a minha santa protetora Nossa Senhora de Nazaré, agradeço a ti, Ó Mãe, por não me deixares fraquejar nem mesmo na hora de puxar a tua corda e levar a tua berlinda no meio daquela multidão de peregrinos que participam do Círio de Nazaré, esse ano Mãe, não irei falhar a tua corda vai chegar, com muita fé e devoção mais uma etapa foi vencida. À minha Mãe Rose Morais e ao meu Pai Valdecy Morais (In memoriam), que juntos se esforçaram para transmitir bons ensinamentos mostrando-me acima de tudo o caminho do bem, o caminho do progresso e mesmo nos momentos difíceis não me deixaram abalar e tampouco desistir dessa batalha, Gratidão Mamoca e Popoca. Ao meu amado Maninho André Morais, exemplo de irmão, meu maior e melhor presente nessa vida, é em ti que me espelho todos os dias, Gratidão maninho pelos infinitos conselhos e puxões de orelha necessários para eu chegar até aqui. Agradeço também a Thais Morais, minha cunhada que junto com meu irmão me deram o melhor e mais lindo presente em 2020, a minha Maria Ellis, sobrinha amada que faz feliz até os meus dias mais tristes, com seu sorriso encantador e sua sapequice. Gratidão a minha família Melo e Morais, minhas tias, tios, primos e primas que são o alicerce, quem tem família unida, tem tudo. Agradeço também a todos os amigos e principalmente aqueles que trilharam comigo desde o ensino médio, essa jornada acadêmica, lado a lado, noite após noite, Ingrid Layanne, Flávio Henrique e Jamyle Aires, vocês foram essenciais para superar a batalha cotidiana nessa corrida do tão sonhado título de mestre e ao amigo Rodrigo Cardoso por ter me auxiliado na pesquisa de campo, gratidão amigos. Gratidão a todos os meus professores que fortificaram a minha base educacional me fazendo progredir intelectualmente, agradeço imensamente aos que se fizeram presentes nas melhores discussões em salas de aula e colaboraram para o meu amadurecimento. Agradeço a minha amada Ilha de Algodual e sua comunidade local que colaborou com a realização desse trabalho respondendo os meus questionários, assim como todos aqueles que participaram direta ou indiretamente dessa investigação. Um agradecimento especial ao meu orientador Silvio Figueiredo que me auxiliou na elaboração e finalização dessa dissertação que demorou quase 4 anos para ser concluída. Aos amigos do trabalho da Gol Linhas aéreas que sempre puxavam a

minha orelha perguntando porque eu ainda não tinha terminado a dissertação, afinal a Gol não é para sempre. Agradeço também ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IdeflorBio pelo apoio prestado no levantamento das informações expostas neste trabalho assim como a Universidade Federal do Pará por me oportunizar vivência os três pilares da instituição, o ensino a pesquisa e a extensão.

Vivenciamos uma pandemia e mesmo diante de tantas perdas provamos a resiliência, gratidão por estarmos bem e vivos.

A todos vocês dedico esse trabalho e concluo minha gratidão com a frase do pensador chorão: “Dias de Luta e Dias de Glória”.

Obrigada!

RESUMO

Com o passar dos anos, o turismo tem demonstrado um crescimento constante, o que evidencia sua ascensão como atividade econômica mundial. Entretanto, torna-se necessário estudar seus efeitos, sejam eles negativos, sejam positivos. Nesse sentido, a presente dissertação teve como objetivo investigar a percepção dos moradores da vila de Algodual, frente as transformações ambientais decorrentes nos últimos 30 anos na região. Para tanto, foram utilizados conceitos sobre turismo, desenvolvimento, percepção, turismo de massa e transformações socioambientais. Em relação às técnicas de investigação, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Para a coleta de dados em campo utilizou-se como instrumentos de análise a escala *Likert* e *Phrase completion*, para o método de análise a teoria do Campo Social, de Pierre Bourdieu, visando um melhor entendimento e mensuração dos dados coletados. Como resultado, podemos compreender que as formas de desenvolvimento turístico na vila de Algodual, suas consequências e a percepção dos moradores perante as transformações socioambientais dentre 1991 – 2021, foram sentidas com o decorrer dos anos evidenciando mudanças demonstrada pelos moradores através do relato oral da comunidade, essas transformações interferem positiva e negativamente no campo social a qual está inserida.

Palavras-Chave: Transformações socioambientais; Turismo; Algodual; Percepção; Turismo de massa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Exemplo de Escala Phrase Completion	24
Figura 2 – Exemplo de Escala de <i>Likert</i>	24
Figura 3 – Escala utilizada para aplicação da pesquisa	24
Figura 4 – Rua Principal, Vila de Algodal	28
Figura 5 – Mapa de localização da APA Algodal – Maiandeuá	29
Figura 6 – Placa informativa a respeito da APA	31
Figura 7 – Bar da Pedra	32
Figura 8 – Transporte Fluvial de Saúde - Ambulancha	34
Figura 9 – E. M. de E. F. Professora Maria de Lourdes Ferreira	35
Figura 10 – Campo da Prática do Turismo na Vila de Algodal	41
Figura 11 – Quadro do Turismo no Brasil	54
Figura 12 – Bilheteria de passagens cooperativa de barqueiros, Climam	92
Figura 13: Porto fluvial de desembarque de barcos, destruído devido a ação da maré	93
Figura 14: Casas no bairro camambá construídas em cima do mangue	94
Figura 15: Trabalhadores da prefeitura recolhendo o lixo da ilha	96
Figura 16: Dinâmica das relações sociais do campo da prática do turismo.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Modelo de Questionário	26
Quadro 2- Modelo de Entrevista	28
Quadro 3 Modelo de Perfil Socioeconômico	27
Quadro 4 Possíveis danos causados pelo turismo	74
Quadro 5 – Percepção acerca da relação Turismo x Renda	85
Quadro 6 - Relação Comunidade x Turistas	86
Quadro 7 – Percepção sobre os conflitos envolvendo moradores e visitantes	86
Quadro 8—Percepção dos entrevistados acerca de formas de coação pelos turistas	87
Quadro 9 – Influência do turismo na renda dos respondentes	87
Quadro 10 – Questão dos resíduos sólidos na Vila de Algodal	88
Quadro 11- Atividades alternativas realizadas pelos associados na ausência de turistas	89
Quadro 12 – Transformações percebidas pelos presidentes de associações	90
Quadro 13 - Satisfação dos líderes comunitários em relação a Vila de Algodal	91
Quadro 14 – Motivação dos respondentes para se tornarem presidentes de associação	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil socioeconômico dos residentes da Vila de Algodão

78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentuais de respostas por assertiva proposta no questionário

84

LISTA DE SIGLAS

AC Associação dos Carroceiros da Vila de Algodal
ACA Associação dos Canoeiros de Algodal
ACDESPIM Associação Comunitária de Preservação e Desenvolvimento da Ilha de Maiandeuá/Algodal
ACMM Associação Comunitária dos Moradores de Maiandeuá
ACPAVA Associação Comunitária dos Pescadores Artesanais da Vila de Algodal
APA Área de Proteção Ambiental
APHA Associação das Pousadas e Hotéis de Algodal
CG Conselho Gestor
CLIMAM Cooperativa de Lancheiros da Ilha de Maiandeuá-Marudá
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará
IDEFLOR-BIO Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade
ONG Organização Não-Governamental
PARNA- Parque Nacional
RESEX – Reserva Florestal Extrativista
SEMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente / PA
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SECTAM Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia de Meio Ambiente / PA
UFPA Universidade Federal do Pará
UFRA Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Considerações Iniciais.....	15
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS	20
2.2 Procedimentos de coleta de dados.....	22
2.2.1 Pesquisa bibliográfica e de campo	22
2.3 Escala Likert	24
CAPÍTULO 3 – CONHECENDO O AMBIENTE DE ENFOQUE DA PESQUISA – A ILHA DE ALGODOAL.	28
3.1 A Comunidade da Ilha de Algodual	35
CAPÍTULO 4 – MÉTODO DE ANÁLISE.....	39
4.1 Teoria Geral dos Campos.....	39
CAPÍTULO 5 - TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE TRANSFORMAÇÕES.....	44
5.1 A dualidade dos impactos do Turismo	47
5.2 Turismo e Planejamento Turístico	48
5.3 Abordagens teóricas e conceituais sobre Desenvolvimento.....	56
5.4 Amazônia, Turismo, Mudanças e Lugares.....	60
5.5 Percepção: Uma compreensão da comunidade.	65
5.6 Turismo de Massa	69
5.7 Transformações Socioambientais.....	79
6. TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA DE ALGODOAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES.....	80
6.1 Analisando os resultados da pesquisa.....	80
6.2 Efeitos positivos e negativos.....	101
CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	105

APENDICE 01	114
APENDICE 02	117
APENDICE 03	118
ANEXO – 01	119

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

O desenvolvimento da sociedade ocidental em todos os âmbitos do conhecimento, aliado à expansão das tecnologias desenvolvidas pelos indivíduos a partir da Revolução Industrial, resultou na possibilidade de inúmeros deslocamentos com variadas motivações. Com efeito, esse processo desencadeou o avanço exponencial do turismo, ou seja, a necessidade de as pessoas refugiarem-se do cotidiano em lugares singulares, instigadas a buscar relaxamento, lazer, entretenimento, estudos, dentre outros fatores que envolvem a necessidade de deslocamento (BENI, 1997). Figueiredo e Ruschmann (2004) pontuam que, embora as viagens tenham sido praticadas desde as civilizações mais antigas, a atividade turística eclodiu no mundo a partir da Revolução Industrial, com a ascensão do capitalismo caracterizado pelo aumento no poder aquisitivo de algumas classes, contribuindo inclusive para a promoção de um consumo descontrolado que permeia a sociedade hodierna.

Nessa perspectiva, o fluxo de pessoas para outras regiões se intensificou marcado pela busca do conhecimento de novas culturas e obtenção de saberes desconhecidos até então, fomentado por meio do desenvolvimento econômico e ganho financeiro, o qual se configura também como um importante elemento propulsor da economia local. Visto isso, a preocupação atual seria planejar de forma equilibrada a utilização dos espaços naturais e urbanos pelo homem, pois detectou-se certa limitação desses bens em virtude de uma desenfreada “exploração” pelo turismo.

Com a ascensão da atividade turística, principalmente em áreas naturais, o turismo passaria a ser considerado, por alguns grupos, como “inimigo da natureza” (MORAIS *et al.*, 2019). Logo, preocupou-se em proteger e preservar os territórios cujos recursos naturais são abundantes. Porém, pensou-se na possibilidade de intervir na forma de utilização desses espaços, chamados inicialmente de áreas protegidas. No que tange ao turismo como atividade antrópica e como grande utilizador da natureza, os turistas buscam cada vez mais pelo verde e pela fuga dos grandes conglomerados urbanos, a fim de alcançar o equilíbrio psicofísico entre homem e natureza durante o seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 2000).

Acerca disso, Oliveira (2008) ressalta que os impactos ambientais decorrentes da atividade turística podem também afetar os recursos naturais, causando inclusive

poluição. Com relação à poluição, o autor aponta diferentes tipos: a poluição visual, a sonora, a do ar e, merecendo destaque para esta investigação, além da poluição, as transformações socioambientais decorrentes da atividade turística e a percepção desta perante a comunidade local.

Nesse sentido, tendo em vista a intensa relação humano – natureza existente atualmente, na atividade turística a ideia de sustentabilidade vem ganhando força devido ao fato de a exploração turística desenfreada ter apresentado nos últimos anos novos movimentos e novas transformações, como a saturação percebida em cidades turísticas, principalmente na Europa. Contudo, a sustentabilidade do turismo – que no passado era voltada principalmente para a preservação ambiental das áreas onde a atividade era praticada – atualmente tem sido compreendida por novos e maiores debates, levando-se em consideração também a sociedade atingida pela atividade, evitando limitar-se apenas em preservação do meio ambiente. Por conseguinte, resgata-se a compreensão de que o homem faz parte natureza, logo prescinde manter em harmonia não apenas as relações sociais, mas as ecológicas também.

Os caminhos da dissertação seguem em uma organização por capítulos expostos abaixo.

O primeiro capítulo dessa dissertação discorre sobre a construção do objeto de estudo e seu campo científico. O capítulo 2 aborda os processos metodológicos utilizados para encontrar os resultados da pesquisa, isto é, caminhos que direcionam a autora a confirmar ou confrontar os dados. O terceiro capítulo é responsável por caracterizar o lócus, lugar de estudo que permeia tal dissertação descrevendo os aspectos mais relevantes da região. Para o quarto capítulo preocupou-se em destrinchar o método de análise do campo de Pierre Bourdieu, a fim de situar o leitor no melhor entendimento da construção do saber científico.

As conceituações estão situadas no capítulo 5, permeando através da construção teoria do conhecimento já estabelecido sobre o campo de análise. Por fim, o sexto capítulo vem expor os dados coletados e os resultados da pesquisa. Conclui-se a dissertação com o capítulo 7 através das últimas considerações com recomendações, limitações e propostas de pesquisas futuras.

Diante do exposto, o cenário do presente estudo ocorreu em um ambiente natural, com áreas singulares encontradas na Ilha de Algodoal, especificamente na Vila de Algodoal e na Praia da Princesa. O problema desta pesquisa foi entender, a partir da percepção dos moradores da vila de Algodoal: **quais são os processos de**

transformações socioambientais desencadeados com o desenvolvimento do turismo nas últimas três décadas. É importante destacar que, com o desenvolvimento do turismo, além dos impactos ambientais, cada vez mais a atividade tem sido analisada a partir dos impactos sociais, e quais medidas vêm sendo implementadas para que o turismo não gere maiores desconfortos ou violações às populações residentes. O objetivo geral da dissertação foi **“Analisar a percepção dos residentes da Vila de Algodual sobre os processos de transformações socioambientais e suas concepções frente ao desenvolvimento do turismo nos últimos 30 anos (1991-2021)”**.

Objetivos específicos

- i. Descrever os processos turísticos existentes na ilha de Algodual nas últimas três décadas;
- ii. Demonstrar as transformações socioambientais decorrentes da atividade turística, compreendida a partir dos moradores;
- iii. Descrever ações de projetos e de políticas públicas de e para o turismo na Vila de Algodual;
- iv. Identificar a percepção local sobre a atividade turística e as suas transformações socioambientais decorrentes.

A escolha da Vila de Algodual se deu por ser um destino consolidado de fluxo turístico regional existente no Estado do Pará. Além disso, a vila está inserida na Ilha de Algodual que faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA) Algodual-Maiandeuá, que tem seus espaços resguardados por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado a partir da Lei nº 9.985/2000. Ademais, tal escolha repousa na inquieta observação da autora sobre as transformações socioambientais decorrentes nos últimos 30 anos na vila, bem como de suas percepções e indagações a respeito das possíveis mudanças desencadeadas pelo turismo. A pesquisa em tela também deriva do trabalho de conclusão de curso da autora, o qual foi realizado sob a perspectiva do Turismo, Planejamento e Resíduos Sólidos na Área de Proteção Ambiental Algodual/Maiandeuá.

A escolha temporal das últimas três décadas faz alusão à instituição de políticas públicas como a implantação da APA Algodual-Maiandeuá, o desenvolvimento da

comunidade perante a visível ocorrência do turismo durante esses 30 anos, e a instauração do plano de manejo decorrente da criação da APA.

Outra perspectiva para justificar o desenvolvimento desta dissertação é o fato de que, durante intensas pesquisas bibliográficas, não foram encontrados trabalhos abordando específica e exclusivamente a percepção da comunidade local perante as transformações socioambientais ocorrentes na vila de Algodual. Logo, representa uma perspectiva importante e inovadora para pesquisa na área em questão, tendo em vista que existe um número expressivo de pesquisas que abordam o turismo e o lazer na região.

Trabalhos de graduação, e pós-graduação como mestrado e doutorado: “Turismo e sustentabilidade: uma análise acerca do turismo sustentável realizado na APA de Algodual-Maiandeuá (PA)” (BRITO; AQUINO, 2013), “Turismo Planejamento e Resíduos Sólidos na Área de Proteção Ambiental Algodual/Maiandeuá” (MORAIS *et al.*, 2019), “Área de Proteção Ambiental da Ilha de Algodual: conflitos socioambientais e perspectivas de governança (HONDA, 2018), “O lazer dos moradores da Vila de Algodual, na Ilha de Maiandeuá, Maracanã-PA” (RAIOL *et al.*, 2013) e “Percepção dos moradores sobre os impactos ambientais da ilha de Algodual (APA Algodual-Maiandeuá, Maracanã, Pa)” (PENELA, 2019), que tratam a respeito da inserção da comunidade no turismo, no lazer e da percepção local frente a impactos ambientais, entretanto, não há trabalhos a respeito da percepção de tais moradores sobre a prática da atividade turística em geral.

Outrossim, como resultado da instituição da APA em 1990, no ano de 1999 foi criado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM o Plano de Desenvolvimento Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental Algodual-Maiandeuá. Esse documento foi responsável pela caracterização da APA, descrevendo seu bioma por completo, mostrando fatores externos e internos que influenciavam o desenvolvimento do ecoturismo, assim como dar direcionamento no planejamento para a atividade turística na região. Deste modo utilizou-se o plano como outro elemento de justificativa para entender ao longo da pesquisa as transformações socioambientais e a prática da atividade turística na região durante esses 30 anos.

Dessa forma, o trabalho tem como questões norteadoras as seguintes perguntas: 1. Que tipo de transformações socioambientais o turismo desencadeou na vila de Algodual na percepção dos moradores? 2. As transformações socioambientais

ocorridas pelo turismo geraram quais efeitos na comunidade de moradores da ilha de algodoal? As Hipóteses da pesquisa permeiam sobre as seguintes questões 1. O turismo é entendido pelos moradores como uma atividade que atua no desenvolvimento local e nas transformações socioambientais, impulsionando a economia local e as trocas socioculturais. 2. O principal fator das transformações socioambientais na vila de Algodoal é resultado da relação turista x meio natural, ou seja, há preocupação dos moradores com os impactos ambientais.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos, as técnicas e os demais aspectos da presente pesquisa. Nesse sentido, serão detalhados sua natureza, objetivos, abordagem, sujeitos de pesquisa, entre outros aspectos necessários para o melhor entendimento de como a dissertação foi formatada e os passos que serão seguidos para alcançar os objetivos da pesquisa.

Quanto à natureza, a investigação se configura como uma pesquisa aplicada, pois, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”, geralmente voltados a verdades e interesses locais.

De acordo com os objetivos, o presente trabalho é exploratório, pois, tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Ademais, também é explicativo, pois “[...] este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, como afirma Gil (2007 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Segundo Dencker (1998, p.124), a pesquisa exploratória:

Procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análises de exemplos similares. As formas mais comuns de apresentação das pesquisas exploratórias são as pesquisas bibliográficas e o estudo de caso.

De mesmo modo, Gil (2008, p.27) afirma que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Além de possuir caráter exploratório e explicativa, a pesquisa também se utiliza de aplicação de questionários, por meio de uma pesquisa de campo, entre outros métodos de estudo.

A fim de se obter os dados necessários para esta pesquisa, quanto à abordagem, esta investigação se caracteriza como qualitativa e quantitativa. A

pesquisa qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”. Os autores mencionados esclarecem ainda que:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). No que se refere à quantitativa, Fonseca (2002, s. p.) afirma:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Esse modelo de abordagem quali-quantitativo vem de modo a obter uma compreensão mais ampla sobre o referido objeto de estudo, proporcionando uma visão privilegiada sobre a temática.

2.1 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa compreendem as pessoas que moram na vila de Algodual há mais de 20 anos, têm mais de 25 anos de idade, além de líderes comunitários envolvidos direta e indiretamente com a atividade turística na ilha. Foram definidos esses atores, pois acredita-se que isso poderá gerar uma amostra satisfatória para a pesquisa e para entender as mudanças advindas do turismo, bem

como compreender o desenvolvimento desse setor na ilha. Esses atores, inclusive, foram importantes para identificar as suas percepções sobre o turismo e suas transformações temporais.

Além destes sujeitos, também foram coletadas informações a partir de registros fotográficos, relatos orais e da observação por parte da pesquisadora, a fim de registrar o maior número de informações possíveis.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

2.2.1 Pesquisa bibliográfica e de campo

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a estratégia de pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, com perguntas abertas e fechadas. De acordo com Pádua (2004, p.55), a pesquisa de campo tem por “[...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”. Segundo Fonseca (2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35), “[...] a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos”. Portanto, a referida pesquisa, quanto ao seu procedimento, é bibliográfica mediante a análise de conteúdos disponíveis sobre a temática. O autor ainda faz a seguinte observação sobre a pesquisa bibliográfica:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, s. p.).

Também é documental, pois, diferentemente da bibliográfica, recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Para a constituição deste trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica dos temas estudados, como meio ambiente, turismo, desenvolvimento, percepção planejamento turístico e transformações socioambientais. Assim, sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2008, p.50) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Além da pesquisa bibliográfica, para realizar a coleta dos dados *in loco*, mesmo com grandes dificuldades devido ao ápice da pandemia do Covid19 em 2020//2021 e o trabalho árduo por mim executado como Auxiliar de Aeroporto na empresa Gol linhas aéreas, foi realizada pesquisa de campo entre 20 de novembro a 16 dezembro de 2021. No decorrer da pesquisa de campo, visto o cenário pandêmico em que o mundo se encontrava, foi superado um verdadeiro desafio, de modo que a população estava ainda receosa com os visitantes que chegavam à ilha, alguns comunitários rejeitaram a realização da entrevista, temendo uma possível contaminação, mesmo a pesquisadora respeitando o distanciamento e as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS, munida de máscara e álcool em gel.

Contudo, a pesquisa de campo teve o intuito de adentrar na realidade local, pois, “Se este levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social” (KAYSER, 2006, p. 96). Nesta etapa, foi utilizado como instrumento o roteiro de entrevista, com questões abertas relacionadas ao desenvolvimento do turismo na vila de Algodal, bem como acerca do conhecimento das mudanças percebidas pela comunidade; as vantagens do turismo; e outras percepções dos comunitários. Para Cerro *et al.* (2007, p.53), “[...] o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja”.

Dentro desta mesma linha, Cerro *et al.* (2007, p.53) avaliam que:

O uso de perguntas abertas permite obter respostas livres. [...] Já as perguntas fechadas permitem obter respostas mais precisas. [...] As perguntas fechadas são padronizadas, de fácil aplicação, simples de codificar

e analisar. As perguntas abertas, destinadas a obtenção de respostas mais livres, embora possibilitem recolher dados e informações mais ricos e variados, são codificadas e analisadas com mais dificuldade.

A pesquisa de campo caracteriza-se ainda por fazer uma análise dos dados obtidos através da aplicação de questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas. Assim, portanto, Pádua (2004, p.72) afirma que “[...] os questionários são instrumentos de coletas de dados que são preenchidos pelos informantes, sem a presença do pesquisador”. Contudo, os questionários servirão como base para as análises. Em conjunto com os questionários e para intensificar o rigor metodológico na análise dos dados, foram realizadas entrevistas com atores-chaves, isto é, presidentes ou diretores de associações, pois conforme Pádua (2004, p. 74), “as entrevistas são importantes para coletar dados subjetivos que não podem ser obtidos por meio de questionários.

2.3 ESCALA LIKERT

Nas ciências sociais se utilizam uma variedade de métodos científicos visando à compreensão ou medição de impacto. Para analisar o fenômeno do turismo não é diferente, pois os fatos turísticos geralmente produzem alguma mudança na realidade do local onde são inseridos. Por isso, torna-se relevante a aplicação de um método de mensuração do fenômeno turístico, dentro deste contexto, Silva Júnior e Costa (2014, p. 2-3) entendem que “[...] a mensuração pode ser realizada para capturar a essência do objeto mensurado, e visa facilitar a manipulação de dados de conjuntos de sujeitos ou simplesmente viabilizar melhor conhecimento do atributo”. Ou seja, a mensuração dos fatos mostra-se importante no que tange ao seu entendimento e, no âmbito do estudo social, isso se torna cada vez mais relevante.

Dentro do contexto do turístico, tal mensuração deve empregar o método mais adequado ao objetivo proposto pelo estudo, pois a utilização de variáveis inapropriadas pode comprometer todo um levantamento, como afirmam Silva Júnior e Costa (2014, p. 3):

A despeito de uma série de críticas e eventuais negações da própria possibilidade de medir determinadas variáveis (como desejo ou prazer, por exemplo), pela conceituação proposta, o problema não se encontra no ato de medir, mas no mecanismo de atribuição simbólica adotado pelo pesquisador, inclusive porque nem toda medição é direcionada a quantificar. Mesmo diante

de eventuais limitações, a mensuração permanece sendo o mecanismo de viabilidade para o desenvolvimento de pesquisas empíricas associadas a construtos abstratos.

De acordo com o exposto, nota-se que a mensuração de fatos abstratos, como prazer e satisfação, deve ser feita de maneira cautelosa. No caso do turismo, em que se deseja medir o impacto da atividade, tendo como base do estudo a opinião dos atores envolvidos (empresários, turistas e moradores locais), torna-se relevante a busca de um método que seja capaz de englobar a opinião pessoal de todos, sem destoar do objetivo do estudo.

Quanto à medição de fatos abstratos, como opiniões e pensamentos, um dos métodos que pode ser utilizado é a Escala *Likert*. “Desde que Rensis Likert introduziu seu método em 1932, pesquisadores de áreas como psicologia, educação e marketing têm se valido do uso de diferentes formatos de escalas tipo Likert” (DALMORO; VIEIRA, 2014, p.162), pois permite compreender de forma simplificada a percepção e o sentimento dos respondentes, e entre outras coisas. De certa forma, ela limita a resposta, ocasionando a manutenção do foco no objeto de estudo. A utilização de perguntas abertas de opinião a muitas pessoas incide em uma maior amplitude de argumentos, podendo dificultar o seu entendimento e a precisão do levantamento de dados feito pelo pesquisador. Rave *et al.* (2005, p. 21) avaliam que “*La escala de Likert es una de las más utilizadas en la medición de actitudes, inspirada probablemente en la teoría factorial de aptitudes de Charles Spearman, quien construyó un método sencillo por la simplicidad de su elaboración y aplicación*”.

Além da escala *Likert*, corriqueiramente utilizada em pesquisas diversas, são utilizados outros métodos de mensuração, como a *Phrase Completion*, que foi criada a partir da necessidade de se substituir a escala *Likert* nos casos em que ela apresenta dificuldades ou falhas de compreensão. A escala *Likert* em um de seus modelos apresenta 11 pontos, de 0 a 10, pois, para seus criadores, assim fica mais fácil para o entrevistado responder, devido ao fato de tais números fazerem alusão a notas, e não, pontos de satisfação. Sendo assim, apesar de terem o mesmo objetivo, tais escalas apresentam modos diferentes de mensuração, pois, enquanto a *Likert* visa entender o “sentimento”, a *Phrase Completion*, buscar entender a satisfação das pessoas a partir de notas (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Exemplo de Escala *Phrase Completion*

MEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO FOI:									
MUITO PEQUENO		PEQUENO		MODERADO		GRANDE		MUITO GRANDE	
0	1	2	3	5	6	7	8	9	10

Fonte: Adaptado por Ana Paula Morais (2020).

Figura 2 – Exemplo de Escala de *Likert*

ESTOU SATISFEITO COM O SERVIÇO RECEBIDO:				
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE
1	2	3	4	5

Fonte: Adaptado por Ana Paula Morais (2020).

Para adaptar ao campo da pesquisa, foi usado uma forma mais adequada para o entendimento da população local, sendo assim realizado uma mesclagem entre a escala *Phrase Completion* juntamente com a Escala de *Likert* expressa a seguir (Figura 3).

Figura 3 – Escala utilizada para aplicação da pesquisa

ESTOU SATISFEITO COM O SERVIÇO RECEBIDO:									
MUITO PEQUENO		PEQUENO		MODERADO		GRANDE		MUITO GRANDE	
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	NÃO DISCORDO NEM CONCORDO	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO TOTALMENTE
0	1	2	3	5	6	7	8	9	10
1		2		3		4		5	

Fonte: Adaptado por Ana Paula Morais (2020).

Dentro do mesmo contexto, o presente estudo visa o entendimento da opinião dos moradores da vila de Algodual a respeito dos efeitos causados pela atividade turística realizada na comunidade. Para cumprir tal objetivo, foi aplicado um questionário baseado no modelo de mensuração de *Rensis Likert*, pois, a intenção foi avaliar, na visão dos moradores locais, quais os efeitos do fenômeno turístico na comunidade ao longo dos últimos trinta anos. Dessa forma, optou-se por este modelo, pois, “A escala de verificação de *Likert* consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância” (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014, p. 4).

O questionário foi aplicado em universo amostral não probabilístico, por aderência de 50 pessoas, universo esse definido pela amostragem total de comunitários da vila de Algodual, que é de 500 habitantes. A pesquisa propôs como pré-requisito que o respondente precisa ter mais de 20 anos de moradia na vila. Tal questionário contou com 10 frases afirmativas, cada uma dessas frases, uma escala em 5 itens: Discordo Totalmente, Discordo, Indiferente, Concordo e Concordo Totalmente. Este número de itens torna-se satisfatório para a pesquisa, pois, por ter o objetivo de avaliar/mensurar a positividade e/ou negatividade da percepção da comunidade frente o turismo e as transformações socioambientais na região – um maior número de itens, para se avaliar as afirmativas, pode comprometer sua análise. Dalmoro e Vieira (2014, p. 164) avaliam que:

[...] escalas com poucos itens podem não fornecer uma boa discriminação das respostas (limitando a habilidade de encontrar diferenças significantes entre segmentos), o que limita o método de análise dos dados. Em adição, o uso de um número maior de pontos aumenta a base de dados, enriquecendo a análise dos dados e o cálculo da covariância entre variáveis, usada em grande parte dos testes multivariados de dados.

Outra questão a ser discutida é a utilização de um ponto neutro na escala, pois, para muitos, pode acabar comprometendo a pesquisa, tendo em vista que o respondente pode se utilizar desta opção por aversão a se expressar a respeito do tema abordado. Entretanto, para muitos, tal ponto pode ser utilizado nos casos em que a comunidade não tem envolvimento direto com o objeto pesquisado e, em decorrência disso, não tem opinião formada, ou não notou alterações no meio em que vivem.

Portanto, a utilização da escala *Likert e Phrase Completion* no presente trabalho é justificada pelo fato deste método ser indicado nos levantamentos que tratam de questões abstratas, como sentimentos e opinião pessoal, como pode ser observado no Quadro 1, vide apêndice 01. O número de pontos na escala mostra-se suficiente para tal pesquisa e a inserção do ponto neutro apresenta relevância devido ao fato do turismo na área ser sazonal e, em grande parte do ano, a visitação se mostrar menos intensa. O Quadro 2, vide apêndice 02 o qual mostra o modelo de entrevistas que foi aplicado ao Presidente(a) das associações locais. No quadro 3 traçamos o perfil socioeconômico único adaptado para ambos os atores.

CAPÍTULO 3 – CONHECENDO O AMBIENTE DE ENFOQUE DA PESQUISA – A ILHA DE ALGODOAL.

A Ilha de Algodual, encontra-se na parte mais externa do arquipélago Maiandeuá que fica ao norte do município de Maracanã, o mesmo também é responsável e contém a sede de sua administração. (PARÁ, 2012). A ocupação das ilhas se deu por volta dos anos de 1920 através de pescadores oriundos de localidades próximas como: Camará, Vista Alegre e Marudá, sendo esta composta por uma comunidade haliêutica. Desse modo, a base de sua subsistência ocorre por meio do uso dos recursos aquáticos (FURTADO, 1997). A Ilha de Algodual foi nomeada pelos primeiros pescadores da região, que historiadores explicam ser pela existência da planta algodão-de-seda (*Calotropis procera*), e o nome Maiandeuá, de origem tupi, significa Mãe da Terra cujas sementes com filetes brancos são dispersas pela planta, e ao flutuarem ao vento lembram algodão (QUARESMA, 2003, MAUÉS *et al.*, 2011).

A ilha é regida politicamente pelo município de Maracanã e o seu atual prefeito é Reginaldo de Alcântara Carrera (PL, 2021 - 2024), auxiliado por 11 vereadores, sendo eles: José Casseb (PTB), Nathália Botelho (PSDB), Cacaia (PSDB), Antônio Júnior (PSDB), Dr. Marco Aurélio (PROS), Guto (PMDB), Professora Fernanda (PMDB), Professor Jean (PP), Lidiney (PSB), Professora Susana (PROS), Teixeira (PSB). Em resumo o plano de governo do atual gestor de Maracanã prevê o melhoramento da política local nos âmbitos da infraestrutura, educação, moradia e turismo, conforme cita o seu registro de candidatura (BRASIL, 2020).

A gestão ambiental da ilha é gerenciada por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-bio, órgão este responsável por propor ações de sensibilização e conservação do meio ambiente, interagindo diretamente com a população local a fim de cumprir os requisitos estabelecidos pelo plano de manejo. A prefeitura municipal de Maracanã é o órgão que comanda os serviços públicos como educação, saúde e transporte da ilha de Algodual.

Pertencente ao bioma amazônico, a vegetação da ilha é composta de áreas de manguezais, vegetação secundária e ainda contém espaços alagados e alagáveis, restinga e apicum identificado como um terreno arenoso dentro o limite de terra firme com o mangue, constituídas respectivamente de 46,78%; 31,19%; 15,12%, 6,59% e

0,33% cada aspecto característico da região (PARÁ, 2012). As ilhas de Algodual e de Maiandeua são ocupadas por quatro vilas denominadas de: Algodual, Fortalezinha, Mocooca e Camboinha, constituídas por aproximadamente 2.000 habitantes, são marcadas por suas ruas de areia de praia (Figura 4).

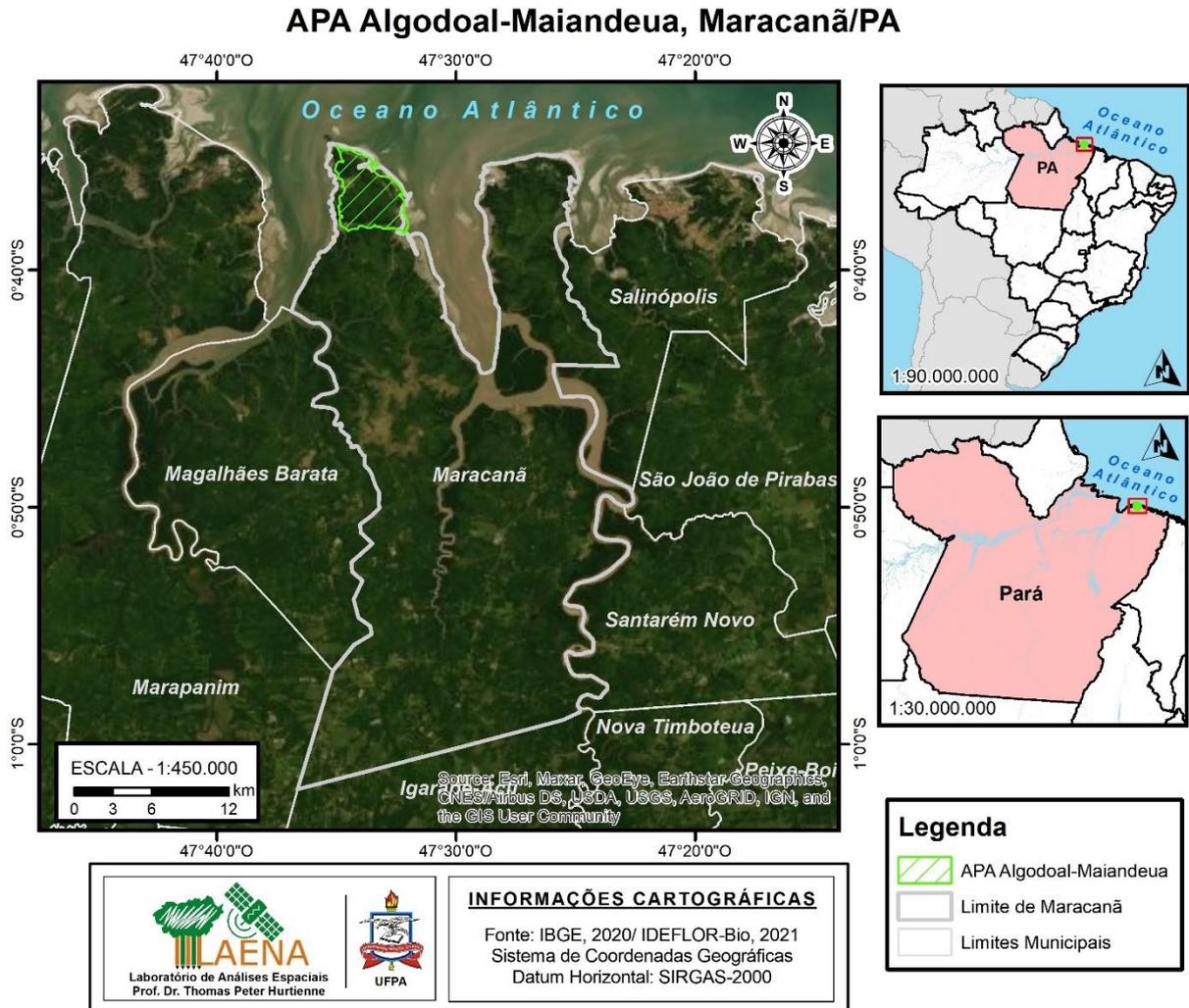
Figura 4 – Rua Principal, Vila de Algodual



Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

Pelas condições e características naturais do local, a criação da Área de Proteção Ambiental - APA de Algodual – Maiandeua, se deu com um objetivo de proteger e resguardar a sócio biodiversidade e o ecossistema, em função de denúncias feitas por ONG local decorrente da ação humana desordenada na região (PARÁ, 2007). A APA Algodual – Maiandeua foi a primeira a se adequar à legislação específica no Estado do Pará, em 1990, por meio da Lei nº 5621, pois possuía características naturais e ameaças que demandavam intervenção estatal. A APA Algodual – Maiandeua está situada no litoral nordeste do Pará, na microrregião do Salgado paraense, encontrada entre as coordenadas geográficas, Ponto Norte: 47°35'18,651"W e 0°34'32,535"S; Ponto Sul: 47°32'25,590"W e 0°38'14,998"S; Ponto Leste: 47°31'51,954"W e 0°36'56,626"S; e Ponto Oeste: 47°35'28,826"W e 0°35'36,299"S (LIMA *et al.*, 2014), conforme o mapa abaixo (Figura 5).

Figura 5 – Mapa de localização da APA Algodual – Maiandeuá



Fonte: LAENA (2021).

Essa Unidade de Conservação – UC é composta por duas ilhas, Algodual e Maiandeuá (as quais dão o nome à APA), e contém um total de 2.378ha, sendo dividida por um furo chamado Furo Velho ou Igarapé das Lanchas.

Atualmente, sua economia gira em torno do turismo massificado por conta dos períodos de alta temporada na região, ocorridos nos meses de janeiro, abril, julho, e dezembro, e da pesca, principal fonte de subsistência da comunidade. A alta temporada na Ilha de Algodual é compreendida como as férias escolares nos meses de dezembro, janeiro e julho, além disso, tem-se os feriados nacionais que variam conforme a data, geralmente o feriado da semana santa em abril, diante disso, considera-se um período de alta temporada, onde muitas pessoas se deslocam a fim de desfrutar a ilha (PARÁ, 2012)

O turismo trouxe para a Vila de Algodual a monetização de atividades já existentes na região, como o uso de carroças e charretes, até então, meios de transporte terrestre básico para a comunidade, tendo em vista que por ser tratar de uma APA (Figura 6), é proibida a livre circulação de veículos ciclomotores, como carros, entre outros. Sendo assim, em relação à infraestrutura turística, a ilha de Algodual, e mais especificamente a vila de Algodual, apresenta algumas peculiaridades. O setor de transportes apresenta uma associação de barqueiros voltada ao transporte fluvial dos visitantes, por meio de lanchas e barcos maiores em época de alta, e uma cooperativa de charretes, responsável pelo transporte terrestre dentro da ilha, sendo este o único meio.

Essas características “rústicas” da vila tornaram-se um dos principais atrativos para os visitantes que visavam à fuga dos grandes centros urbanos e a paz de um local ainda preservado. No entanto, convém destacar que até a década de 1980 a ilha estava fora do circuito turístico paraense, sendo a ilha de grande importância para os seus habitantes, os quais sobreviviam principalmente da pesca e do extrativismo (PARÁ, 2017).

Figura 6 – Placa informativa a respeito da APA



Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

Outro fator importante para a ilha foi a chegada da energia elétrica em 2005, pois contribuiu com a melhoria na qualidade de vida dos moradores, bem como

provocou mudanças na forma de se fazer o turismo na região, sendo este existente ali desde a década de 1990, um dos motivos pelo qual foi efetivada a criação da APA em 1990. De forma ainda bem rústica, eram utilizadas nas hospedagens casas simples feitas com palha, madeira ou barro, mas com o passar dos anos e o surgimento da oferta de materiais da construção na ilha, como tijolos, cimento, entre outros, as casas antigas foram sendo substituídas por casas de alvenaria, entre outros materiais.

Assim, com o desenvolvimento econômico e do turismo na ilha, estima-se que a população local dobrou na última década. Tais fatos podem estar relacionados à chegada de pessoas de fora, que buscaram na ilha um local para investir no turismo, uma vez que, com o passar dos anos, a melhoria na infraestrutura tornou diferente a atividade praticada na região. Dessa forma, foi deixando de se ter ali um turismo mais alternativo, de poucos visitantes interessados em “fugir” das cidades, para um turismo de massa, com visitantes que vão para a ilha e a observam como mais um local de veraneio para passar feriados e férias.

Apesar de haver um crescimento significativo da atividade turística na região ao longo dos anos, apenas uma pequena parcela dos moradores tem essa atividade como fonte de renda, tendo em vista que a pesca e a agricultura ainda estão entre as principais atividades econômicas da ilha, principalmente nas vilas menos conhecidas e mais afastadas do fluxo turístico (PARÁ, 2017). Além disso, a maior parte da mão de obra turística da ilha é composta por pessoas “de fora”, que foram “levadas” por serem mais “preparadas” e possuírem maiores experiências com a atividade turística. Tal fato se repete em vários casos parecidos, nos quais, a população tradicional, por fatores culturais, não busca se “adequar” ao turista. Por esse motivo, os investidores do setor buscam pessoas de fora do local, visando um melhor atendimento ao turista (FURTADO, 1997).

Os setores de lazer e de alimentação na vila de Algodual são bastante ativos, com 25 bares e restaurantes dos mais variados gostos (PARÁ, 2017). Em sua maioria, são estabelecimentos rústicos localizados, sobretudo, no principal ponto turístico da vila, a Praia da Princesa. Essas infraestruturas turísticas são constituídas em sua maioria por palafitas (Figura 7), devido ao fato de a faixa de praia onde se encontram ficar submersa na maré alta. Entretanto, dentro da vila encontram-se estabelecimentos mais modernos e espaçosos, voltados à recepção de grandes públicos.

Figura 7 – Bar da Pedra

Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

De acordo com o Inventário da Oferta Turística do município de Maracanã (PARÁ, 2017), embora não haja dados que expressem a capacidade de carga que a infraestrutura turística da vila comporta, é possível observar uma grande e variada oferta para os turistas que visitam a vila. O horário de funcionamento dos bares é bem variado. Aqueles que se encontram no centro da vila têm seu funcionamento mais no período noturno, uma vez que durante o dia a maior parte do fluxo de pessoas encontra-se na praia da Princesa, localiza há três quilômetros da vila.

O setor de hospedagem da vila conta atualmente com opções bem variadas – campings, redários¹, pousadas, hotéis, além de casas para locação, entre outros. A ilha possui aproximadamente 76 estabelecimentos de hospedagem, não levando em conta as casas particulares e de aluguel que recebem turistas. Estima-se que a localidade possua em torno de 726 leitos (PARÁ, 2017). Por outro lado, não há estimativas a respeito da quantidade de pessoas empregadas nesse setor na vila. Em períodos de alta temporada, se torna cada vez mais difícil conseguir uma hospedagem na ilha, pois em datas como o réveillon, por exemplo, faltam leitos para receber todos esses visitantes.

¹ Tipo de hospedagem apropriada para a utilização de redes.

Quanto à infraestrutura local, a vila conta com uma Unidade da Saúde Básica da Família que funciona de segunda a sexta-feira de 07hrs às 19hrs e ainda possui uma “Ambulancha” observada na figura 8, para facilitar no transporte fluvial dos moradores com casos de saúde mais graves. Não foram encontrados dados a respeito do número de leitos, ou dos tipos de atendimento que são prestados pela equipe de saúde presente (PARÁ, 2017). Além disso, não foi possível a obtenção de dados a respeito da quantidade de famílias cadastradas nessa unidade. Devido à distância e ao difícil acesso à ilha, observa-se a relevância de se ter uma unidade de saúde no local, que possa atender não somente a população, como também os visitantes que possam necessitar do serviço.

Figura 8 – Transporte Fluvial de Saúde - Ambulancha



Fonte: Arquivo Pessoal (2020)

A respeito da Escola Municipal de Educação Fundamental Professora Maria de Lourdes Ferreira, vista na figura 6, segundo o Censo escolar, no ano de 2020 possuía 260 alunos matriculados divididos entre o pré-escolar, de 1º ao 9º ano, educação de jovens e adultos e educação especial (INEP, 2020). Além disso as dependências da Escola possuem água filtrada, Biblioteca, alimentação para os alunos, computador

com impressora e três funcionários, para ter acesso ao Ensino Médio os alunos têm que se locomover para localidades mais próximas sendo Marudá ou Maracanã. Outros dados referem-se ao município de administração pública, ou seja, no que diz respeito à prefeitura de Maracanã, que no geral possui cerca de 2 mil crianças matriculadas em escolas públicas distribuídas nas redes municipais e estaduais em Maracanã (PARÁ, 2017).

Figura 9 – E. M. de E. F. Professora Maria de Lourdes Ferreira



Fonte: Arquivo Pessoal (2020).

3.1 A COMUNIDADE DA ILHA DE ALGODOAL

A alta temporada de visitação nas ilhas se concentra nos períodos da semana santa, férias e do *réveillon*, nos meses de abril, março, julho e dezembro. Há também a Regata de Algodoal, evento anual organizado pela prefeitura de Maracanã, que, além de ser um atrativo para os turistas, busca preservar as tradições da comunidade pesqueira desde sua criação até os tempos atuais. Apesar da inserção do turismo na

região a comunidade da vila de Algodual, ainda é considerada tradicional, pois fora do período de alta da atividade turística, seus residentes se movimentam e organizam-se utilizando o território e os recursos naturais disponíveis para a manutenção e reprodução sociocultural e econômica da comunidade, bem como possuem suas próprias formas de organização, hábitos e costumes multiplicados pela tradição.

O acesso mais comum, saindo da capital Belém é por Marapanim no Distrito de Marudá 170 km distância. Inicialmente o trajeto começa pela rodovia BR-316 até a cidade de Castanhal (60 km da capital), a viagem saindo da estrada federal o percurso entra em direção da rodovia estadual PA-136 e PA-318 até chegar Distrito de Marudá. Após a modalidade rodoviária em Marudá no Porto o transporte é feito pela Cooperativa dos Lancheiros da Ilha de Maiandeuá-Marudá (CLIMAM), até chegar o porto na Vila de Algodual, pelo rio Marapanim (HONDA, 2018, p. 20).

De acordo com a pesquisa de Morais *et al*, (2019), a comunidade compreende o seu lugar de pertencimento como uma unidade de conservação de uso sustentável - Área de Proteção Ambiental -, porém grande parte dos turistas que visitam a Ilha de Algodual desconhece essa informação. Outrossim, Penela (2019) afirma em seu estudo de percepção dos moradores sobre os impactos ambientais a partir do discurso que:

A população da Ilha de Algodual tem conhecimento acerca dos impactos ambientais ocorridos, tais como degradação da paisagem pela extração de minérios, poluição dos rios por disposição inadequada dos resíduos sólidos, diminuição da ocorrência da fauna aquática e do meio ambiente, sendo um resultado de algumas ações sociais que ocorrem localmente (PENELA, 2019, p.38).

Diante do exposto, e a partir de pesquisas anteriores, é possível compreender que a comunidade local domina o saber e entende o seu lugar de fala. A APA Algodual-Maiandeuá possui um conselho gestor, o qual tem a sua natureza de ordem deliberativa, com o poder de gestão participativa e conciliações de opiniões, espaço importante de negociações e mediação de conflitos socioambientais (Honda, 2018).

Tal conselho foi formado através da Portaria nº291/2006 pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, contém um total de 14 membros e é composto pela gerência interna do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – Ideflor-Bio, três técnicos ambientais, líderes de associações, órgãos públicos do Estado, instituições de Pesquisa, Ensino e Extensão, Assembleia de Deus e a Prefeitura Municipal de Maracanã – PPM (HONDA, 2018).

Vide Anexo 01 - Ata da 1ª reunião ordinária da APA Algodual-Maiandeuá, conselho da APA Algodual-Maiandeuá dia 30 de maio de 2019.

Além disso, a APA possui um plano de manejo aprovado e publicado apenas no ano de 2012, que de acordo com a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 a qual institui o Sistema de Unidade de Conservação – SNUC, é um documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas que devem ser geridas para o uso da área e do manejo dos recursos naturais, somando-se a isso a implantação de estruturas físicas para o funcionamento da Unidade de Conservação de uso sustentável (BRASIL, 2000). O plano de manejo é o que define, delimita e direciona todas as ações/atividades pertinentes a unidade de conservação Algodual - Maiandeuá, o documento, portanto, é esclarecedor ao passo que cumpre sua função como instrumento de planejamento (PARÁ, 2012).

Outro documento técnico nos mostra a preocupação do desenvolvimento turístico na ilha de algodual, produzido pela SECTAM no ano de 1999, o plano de desenvolvimento ecoturístico que dispõe sobre a importância da utilização das áreas conservadas, a fim de orientar e regular a atividade para diminuir a degradação, poluição e invasão das áreas naturais (PARÁ, 1999). O plano destaca a falta de infraestrutura na coleta de resíduos, problema este que permanece até os dias atuais, na época de sua elaboração, ainda não existia energia elétrica na ilha, sendo esta gerada por motores a diesel, uma energia muito poluente a qual matava as árvores localizadas próximo aos motores, problema este solucionado em 2005 com a chegada da energia elétrica na vila. Ainda em 1999 a ilha não possuía sistema de esgoto e a havia sido recentemente solucionado o problema de abastecimento de água nas unidades habitacionais, implantado pelo mesmo órgão que implementou o plano. (PARÁ, 1999)

Honda (2018, p. 56), em sua pesquisa contribui dizendo que:

A transformação espacial na ilha, através, do aumento do turismo, provocou a venda de casas da população local para veranistas e visitantes, sendo a maioria localizada próxima às praias com melhores terras e com terrenos de alto valor e dimensões grandes. Algumas dessas residências viraram pousadas e hotéis, outras casas de veraneio que é visitada apenas em feriados e período de férias. Com isso após a venda, a população local se dirigiu para outros bairros chamados de "invasão" pelos nativos² como o Camambá e baixada Fluminense que enfrentam sérios problemas pelas proximidades do mangue. Muitas residências foram invadindo o ecossistema provocando além da poluição, resíduos sólidos, causado pelos moradores, e no aumento de casas de madeiras de origem do manguezal. Outro fenômeno comum, principalmente em alta temporada é a transformação da residência

em uma pousada. Nos últimos anos a população tem adaptado e realizado essa mudança na sua casa em hospedaria, sem nenhum tipo de serviço, apenas colocando o seu local de moradia para aluguel por um período. Com isso, não há limites de pessoas nesses espaços, o que provoca problemas ocasionados pelas fossas sem tratamento, devido às casas só terem a maioria um banheiro e lugares assim recebe em média de cinco a dez pessoas numa mesma residência, o que ocasiona o aumento do nível de dejetos humanos, além da falta de disponibilidade de água na ilha em alta temporada, os poços artesianos locais acabam não suportando o gasto e escoamento periódico do lençol freático.

Para o entendimento de assuntos comuns a todos, a vila possui o apoio das associações, as quais foram instituídas pelos próprios moradores que detém um nível de organização, influência de poder e participação social ativa na ilha. Além das associações, a ilha conta com a participação de Organizações não governamentais – ONG's, que também contribuem para defender os interesses e posicionamentos sobre os conflitos, principalmente aos que se refere a preservação ambiental dos recursos naturais e à regularização fundiária da Ilha de Algodoal (HONDA, 2018), como será visto na análise dos dados nas próximas seções da dissertação.

CAPÍTULO 4 – MÉTODO DE ANÁLISE

4.1 TEORIA GERAL DOS CAMPOS

O presente estudo é interdisciplinar e realiza uma intersecção teórico-metodológica onde o marco referencial é a abordagem do Campo Social de Pierre Bourdieu. Pode-se dizer que o turismo está em constante mudança, pois, com o passar dos anos, surgem novas necessidades dos consumidores e novos desejos, tornando necessária a adaptação do setor para melhor atender os viajantes. Ao se analisar o surgimento da atividade, atribuído às viagens organizadas por Thomas Cook, e o turismo como é praticado nos dias de hoje, podem ser identificadas inúmeras diferenças, sendo estas até mesmo na “divisão” do turismo em tipologias, que, em cada uma delas visa atender um público específico (BENI, 1997). Mas cabe avaliar o que levou o turismo a esta diversificação de públicos?

Sabe-se também que, ao se analisar o contexto histórico e social do turismo, a Revolução Industrial teve sua relevância para o crescimento da atividade. O desenvolvimento tecnológico trazido pela industrialização tornou as viagens ainda mais fáceis e possíveis. Entretanto, outro fator a ser observado nesse período histórico foi o surgimento das classes sociais, divididas entre burguesia e proletariado. Nessas classes, segundo a teoria de Karl Marx, os burgueses eram constituídos pelos proprietários dos meios de produção, ou seja, predominantemente os ricos, e o proletariado era constituído pela classe trabalhadora, a qual vendia sua força de trabalho para o capital (MARTINS, 2019).

Com o surgimento das classes, também surgiram os sindicatos que buscavam os direitos para a classe trabalhadora e uma maior igualdade entre as classes. Foram adquiridos alguns direitos, entre eles, o que tem maior relevância para esta análise, o direito à remuneração do trabalho exercido (que até então não era estabelecido na Europa feudal), e o direito a férias. Com efeito, cada vez mais pessoas tiveram a oportunidade de utilizar o turismo como atividade de lazer, e as operadoras de turismo passaram a criar pacotes de viagens que se encaixassem na realidade da classe trabalhadora, o que para muitos foi o percussor do que é conhecido atualmente como turismo de massa (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2010).

A respeito do turismo de massa, sabe-se que atualmente este tipo de atividade tem gerado debate no que diz respeito a sua capacidade de degradação dos

ambientes, onde em alguns lugares da Europa, tem surgido a chamada “*turismofobia*”, ou seja, a rejeição à atividade. Para os moradores destas localidades, o turismo tem trazido malefícios, o que se torna contrário ao que se procura dentro do setor (PONATH; OLIVEIRA, 2019).

Cabe analisar também o contexto social do turismo, que provoca mudanças ao longo dos anos nas localidades onde é desenvolvido, fazendo com que tais mudanças e suas consequências necessitem ser estudadas e avaliadas mais profundamente. Para dar conta dessa realidade múltipla e com diversas relações sociais, optou-se por utilizar a Teoria Geral dos Campos, de Pierre Bourdieu, em especial o campo social. Trazendo para o contexto turístico, na visão do autor, nenhuma ação tende a ocorrer ao acaso, toda mudança é decorrente de interações dentro de um campo, onde os agentes “lutam” por posições sociais e tal fato determina as mudanças sociais. Para Catani (2011, p. 192):

A noção de campo substitui a de sociedade, pois, para ele, uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irreduzíveis ao funcionamento de outros campos.

Além disso, deve-se observar a amplitude da Teoria Geral dos Campos de Bourdieu, pois, tal estudo possibilita a segmentação das áreas, como, o campo social dos moradores, o campo social dos visitantes, o campo social do turismo formado pelas interações entre os outros grupos. Ademais, há também a possibilidade de se avaliar o sentimento de ascensão social, no qual se deve considerar o entendimento dos nativos a respeito dessa questão.

A inserção de novas culturas dentro de uma comunidade tradicional gera mudanças. No turismo, pode-se observar a aplicação disso em locais como a Vila de Jericoacoara (CE), que, ao longo dos anos e com o estabelecimento do turismo como principal atividade comercial, teve uma total descaracterização ao se comparar a vila de pescadores que existia ali primeiramente (MOLINA, 2007).

Assim sendo, entende-se a importância da utilização de tal método de análise para se estudar as possíveis mudanças provocadas pela atividade turística na Vila de Algodual, pois a teoria dos campos apresenta certa abrangência em relação aos temas inseridos no turismo, como os aspectos culturais, econômicos e até mesmo o

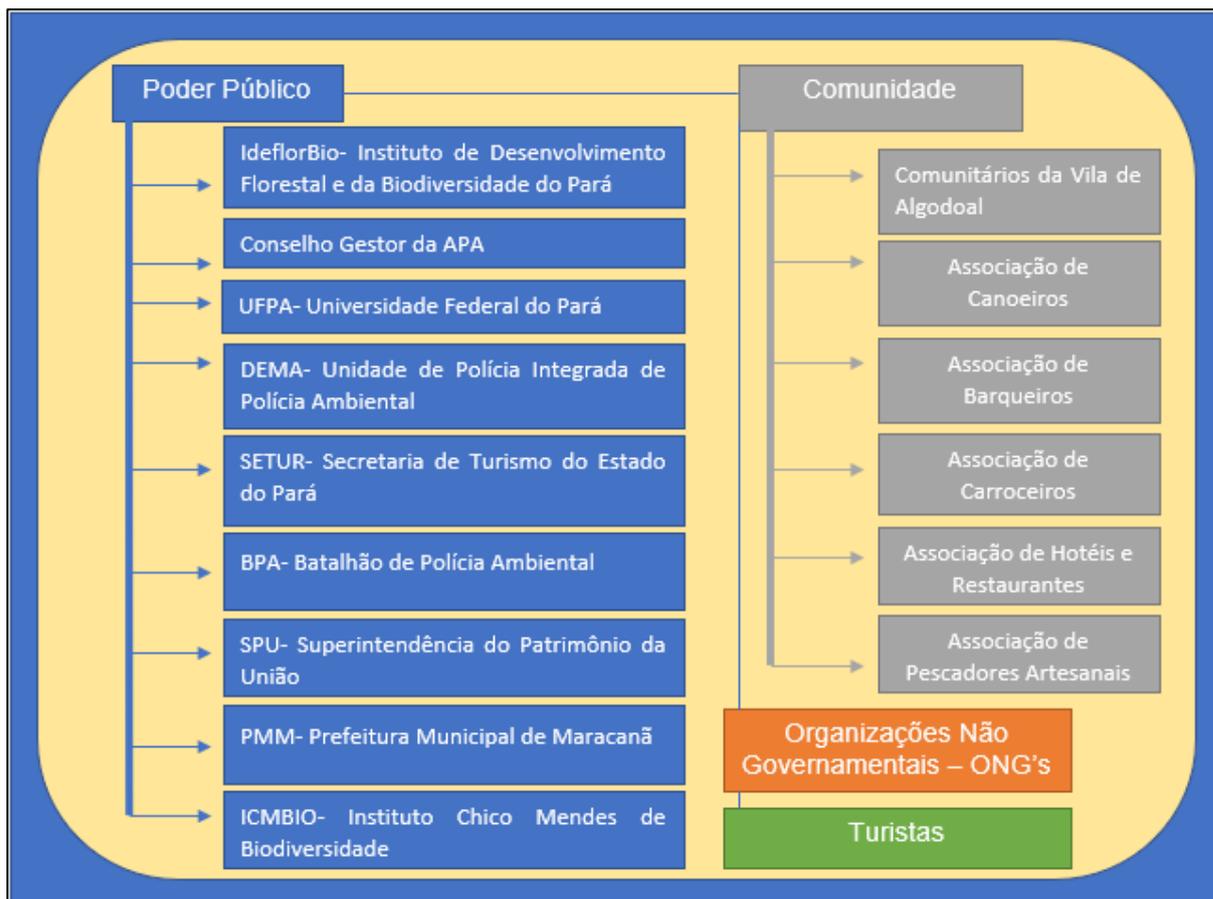
espaço urbano. “O campo social é o espaço intermediário entre dois polos antagônicos e no qual há a realização de um conjunto de relações sociais, estruturadas e estruturantes simultaneamente, e para onde fluem e se reelaboram sentidos” (FERREIRA JUNIOR, p, 26 2015). Para Bourdieu (2010, p. 244),

O campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente).

A figura 10 demonstra a dinâmica dos agentes sociais do campo da prática do turismo que ocorre na Vila de Algodal, e em cima disso a importância de compreender o jogo das relações, dominações, tensões e disputa de poder existentes nesse campo. Conforme citam Figueiredo e Nobrega (2015, p. 14)

Pensar em um campo do turismo ou um campo turístico quer dizer identificar a relação de dois campos que se sobrepõem e se interconectam, o campo turístico propriamente dito e o campo científico do turismo, que ao estruturar conceitos e categorias interfere indubitavelmente na prática. Os elementos do campo turístico tangenciam as percepções do fenômeno e da atividade turística em redes, sistemas, cadeias, mas acima de tudo, percebe seus agentes em disputa, em campos opostos, em estratégias de acumulo de capitais para alicerçar suas posições vencedoras e capazes de garantir reprodução. Os agentes em campo são representados pelos turistas e pelas comunidades receptoras, protagonistas do drama social.

Figura 10: Campo da Prática do Turismo na Vila de Algodual



Fonte: Elaborado por Ana Paula Morais (2021).

Com isso, objetiva-se entender como a atividade turística pode atingir uma comunidade tida como tradicional, que é o caso da comunidade da Vila de Algodual, e observar as possíveis mudanças existentes no espaço urbano, além das mudanças sociais que podem ter ocorrido na comunidade após o surgimento da prática do turismo na região. Busca-se também avaliar, caso tenham ocorrido, se as mudanças foram positivas ou negativas, ou até mesmo se acabaram por descaracterizar a área e como a comunidade tem reagido a isto.

Em seus estudo sobre o campo social do processo de construção do brinquedo de miriti Ferreira Junior (2015, p. 21) enfatiza que:

Esses conflitos, principalmente os que ocorrem com agentes distintos do campo social estudado, podem ser originários de diferenças nas maneiras de racionalizar o trabalho ou a vida que os agentes em conflito possuem, e que geram interesses diferentes e distintas formas de pressão e de demanda, internas e externas, em relação aos artesãos de miriti.

Vale lembrar que o campo da prática do turismo na vila de Algodual pode ser observado através de vários agentes, os quais podem ser identificados na Figura 10. No entanto, o objeto da pesquisa em tela se debruça apenas nos atores que fazem parte da comunidade, visando compreender a influência de suas ações mediante o seu campo de atuação. Na perspectiva do lazer em seu estudo sobre áreas verdes, Bahia (2012, p. 202) observa que:

O campo relacional do lazer em áreas verdes públicas urbanas não é um campo fechado, pois recebe influências e interferências de outros campos, como, por exemplo, o campo econômico e o campo político, e pode ser determinado como um espaço de relações socioambientais, que adota uma lógica específica, existindo formas de disputas de poder entre vários agentes, componentes desse campo relacional (poder público, animadores socioculturais, usuários, setor privado e terceiro setor), com o objetivo de obter hegemonia em algumas práticas. Este está inserido em um universo, de práticas e consumos, estruturados e constituídos como sistema de forças que disputam esse espaço.

Deste modo, destaca-se que o campo da prática do turismo na vila de Algodual pode ser também pressionado pelo campo político e econômico existente no lugar, possivelmente adotado por uma lógica específica e formas de disputa de poder dentre vários agentes, inseridos nesse campo relacional.

CAPÍTULO 5 - TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA RELAÇÃO DE TRANSFORMAÇÕES.

O boom econômico do turismo teve um impacto tão considerável no mundo que, na década de 1960, as receitas produzidas chegaram a 10 milhões de dólares, na década seguinte chegou-se a 50 milhões em faturamentos, na década de 1980 as receitas alcançaram os 300 milhões, chegando ao final dos anos 1990 a ultrapassar 1 bilhão de dólares (DE LACERDA BADARÓ, 2013). Assim, ao longo dos anos, a atividade turística cresceu e se consolidou em diversos locais do mundo, passando a ser compreendida como uma atividade restrita a uma pequena parcela da população: aquela que pode pagar os altos preços de uma viagem. Isso ocorreu porque o turismo, enquanto atividade de lazer, ao longo dos anos, foi apropriado pelo capitalismo e se constituiu como mais um produto a ser consumido pelo homem (BARRETTO, 1995).

Convém sinalizar, nesse sentido, que no turismo a questão ambiental no turismo é uma condicionante *sine qua non* para o seu desenvolvimento, à medida que ele precisa do espaço para se materializar (CRUZ, 2001). A atividade turística necessita dos recursos naturais, finitos e infinitos, para se estabelecer e desenvolver. Foi com esse crescimento exponencial desordenado – com ou sem planejamento –, que o boom do turismo tornou o consumo do espaço pela atividade mais intenso. Desse modo, o turismo também desencadeou impactos drásticos e irreversíveis a diversos ecossistemas, sendo, por muitos, conferido como uma atividade exploradora, agressora e danosa do/ao meio ambiente (LOBATO, 2016).

A partir dessa conjuntura, os questionamentos negativos acerca deste modelo predatório que o turismo foi adquirindo, sem respeito e comprometimento com os recursos naturais, tiveram um destaque significativo. Tais questionamentos foram incitados em face de uma preocupação crescente com o meio ambiente, de discussões e de avanços nas concepções acerca dos impactos ambientais e da sustentabilidade, emergentes na década de 1970 (PINTO; QUARESMA; CAMPOS, 2012; QUARESMA, 2003). Essa década foi o cenário dos grandes avanços de sensibilização do meio ambiente, pois, mais precisamente em 1972, o documento “Os Limites do Crescimento” foi produzido. Ademais, 72 também se figurou como um importante marco histórico dos movimentos ambientalistas, tendo em vista que foi o ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), em Estocolmo. Nela, foram debatidos e alertados direitos e deveres da

humanidade para com a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável (KÖRÖSSY, 2008).

Posteriormente, novos avanços são dados em direção à luta pela conservação do meio ambiente, sendo em 1984 criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que em 1987 publicou o documento mundialmente conhecido “Nosso Futuro Comum”. Em seguida, são realizados outros eventos: Agenda 21, no Rio de Janeiro (1992); Cúpula da Terra, em Nova York (1997); Cúpula do Milênio, em Nova Iorque (2000), Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo (RIO+10, 2002) e, mais recentemente, a Rio +20, no Rio de Janeiro (2012). De acordo com Körössy (2008, p. 61), esses eventos tiveram sempre um mesmo discurso: “[...] o ser humano está degradando o planeta e, caso o desenvolvimento sustentável não for efetivamente adotado em escala planetária, a tendência é o caos, decorrente de um colapso nas fontes de energia e da poluição global”.

Aliadas ao desenvolvimento tecnológico e à especialização técnica, tais discussões fomentaram a elaboração de instrumentos jurídicos de controle e avaliação de impactos ambientais de atividades possivelmente danosas sobre determinados ecossistemas. Assim, no contexto brasileiro, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) emerge como um importante instrumento de execução da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Tal processo de avaliação ambiental tem contribuído sumariamente para a identificação de possíveis impactos, bem como de prováveis ações para a mitigação e para compensação desses (BRASIL, 1981).

Ademais, com a implementação de áreas protegidas no Brasil, por meio, principalmente, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), novas restrições de uso do ambiente foram estabelecidas (BRASIL, 2000), possibilitando a manutenção, a conservação e a preservação de diversos ecossistemas. Em suma, uma Unidade de Conservação (UC) é todo aquele lugar instituído por lei com limites definidos que contém recursos e características naturais, conservados e protegidos pelo Estado (BRASIL, 2000). Este documento dispõe que as UCs se delimitam em duas categorias: de Uso Sustentável ou Direto e outra de Uso Restrito ou Indireto.

Com relação às Unidades de Uso Sustentável, considera-se uma situação maleável se tratando das populações tradicionais, visto que a mesma não necessita sair da área. No entanto, é necessária a intervenção através de um acordo entre a comunidade e o poder público para que a coletividade utilize o espaço de forma

sustentável, com o intuito de minimizar os efeitos negativos que as atividades surtirão ao meio. O enfoque será evidenciado especificadamente nas Áreas de Proteção Ambiental (APA's), que conforme a Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000, p. 9), diz que:

É uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

No âmbito das APA, bem como de todas as UCs cabe ao poder público elaborar o Plano de Manejo (PM), ou seja, uma pesquisa minuciosamente aprofundada, que resulta em um documento técnico que estabelece as normas a respeito do uso da UC, e dá as devidas indicações sinalizando o que pode ser planejado e executado no entorno dessas áreas. Destarte, cabendo à comunidade obediência ao zelo e ao decoro pelas UCs. A APA é uma UC que tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). A Zona de Amortecimento (ZA), é caracterizada pela área de entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições com o objetivo de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Tal área é definida no plano de manejo da UC (BRASIL, 2000).

Em conformidade com Diegues (2001), a criação de parques e reservas tornou-se uma das principais estratégias para a conservação da natureza, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, o planejamento dessas áreas, assim como de outras categorias de UC, é definido através do plano de manejo, o qual orienta a gestão da UC (PARÁ, 2009). De acordo com a lei 9.985 o plano de manejo estabelece o zoneamento e as regras para o uso da área e dos recursos naturais. De uma maneira geral, tem como objetivo levar a UC a cumprir com as pretensões iniciais da criação da área protegida (BRASIL, 2002).

O manejo ativo é essencial para se alcançar o papel de conservação exercido pelas áreas protegidas, uma vez que as ameaças a essas porções do território não cessam no momento de sua instituição (MORSELLO, 2008). É comum, desse modo, presenciar diferentes categorias de UC, nas quais deveriam ser encontrados exemplos de conservação e proteção ambiental. Entretanto, são espaços transformados pela degradação, principalmente pela ação antrópica, espaços de

disputas incomuns e conseqüentemente conflitos, desencadeando, em decorrência desses fatores, diversos problemas e impactos socioambientais.

5.1 A DUALIDADE DOS IMPACTOS DO TURISMO

Viana e Rocha (2009, p. 5) afirmam que: “[...] Os impactos de uso nas unidades de conservação podem ser tanto de origem natural como de origem antrópica, podendo ainda serem distribuídos em impactos positivos ou negativos de acordo com as alterações que provocam nos ambientes [...]”.

Em função de contribuir com o conceito, Ruschmann (1993, p. 57) pontua que impacto ambiental são “[...] todas as alterações que ocorrem nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente natural, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas [...]”. Os impactos ambientais decorrentes da atividade turística podem ser facilmente identificados, a exemplo, mediante deficiências no depósito, no recolhimento e no tratamento de resíduos sólidos, bem como por meio da poluição sonora e paisagística do local, conforme citam Feitosa e Gómez (2013).

Álvares (2010) protagonizou um estudo de caso sobre os resíduos sólidos da atividade turística em Caldas Novas – Goiás, o qual evidenciou a existência do termo “lixo turístico”. Os postulados da autora fazem alusão à quantidade de lixo produzida durante a alta temporada em Caldas Novas – Goiás. Na Área de Proteção ambiental Algodão/Maiandeuca (PA), um levantamento da quantidade, da origem e dos tipos de resíduos sólidos, em 2017, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente em parceria com o IFPA (PARÁ, 2012, p. 203), demonstrou que: “[...] em período de alta temporada a média da produção diária alcançou cerca de 2.645,67kg de resíduos, entre resíduos de origem residencial (1.120,73 kg), comercial (1.245,65kg) e público (279,28kg)⁵³. Nos finais de semana, a estimativa de geração ultrapassou as 4,0 toneladas [...]”.

Vale destacar que o turismo não é necessariamente uma atividade degradante, ocorre que grande parte dos espaços turísticos não levam em consideração o planejamento turístico (MORAIS, 2018). A função do planejamento, segundo Petrocchi (1998), é evitar que problemas futuros afetem um destino turístico. Aliando-se ao pensamento de Ruschmann (2001, p. 66), “[...] é a partir do planejamento que é possível estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos [...]”.

Assim, é possível minimizar as deficiências da atividade turística a partir do planejamento que auxiliará a corrigir as lacunas futuras. Nesse cenário, o plano de manejo é um instrumento oficial que pode auxiliar na minimização e/ou mitigação de impactos decorrentes da atividade turística, tendo em vista que esse documento compreende um importante mecanismo de planejamento territorial de uma UC (MORAIS, 2018).

Diante desses avanços na percepção social, política e, notadamente, ambiental, o turismo, em muitas áreas, precisou efetivar modificações em sua cadeia e formas de materialização e de apropriação no/do espaço. Passou, portanto, a buscar novos meios de se desenvolver e consolidar, uma vez que os principais atrativos de sua cadeia, no Brasil, são os naturais. Nessa esteira, tendo como alicerce os conceitos e os moldes do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento, o turismo passou a buscar novas segmentações para continuar se desenvolvendo, configurando-se o Ecoturismo, neste cenário, como paradigma exemplificador dessas novas abordagens (LOBATO, 2016).

À luz desta breve contextualização, evidencia-se que a atividade turística apresenta uma relação de impactos intrínseca com o meio ambiente, visto que ela é capaz de gerar impactos com efeitos diversos e mesmo opostos. O determinante para a minimização de efeitos negativos e a maximização de efeitos positivos é, como precedentemente visto, o planejamento da atividade. Desse modo, importa destacar que o turismo por si só não compreende o grande vilão, o agente que atenta com os recursos naturais, é a ausência ou a deficiência em seu planejamento que acarreta essa fama de "indústria sem chaminés²".

5.2 TURISMO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Tragédias ambientais e o surgimento de novos vírus, como o Ebola, em 2013, e, em 2020, o coronavírus (Sars-CoV-2), afetam direta e indiretamente a economia

2 Faz necessário clarificar que o turismo não faz parte da indústria, visto que segundo Boullón (2002), o turismo não está englobado pelas atividades que compõe o setor primário – apesar da atividade turística beneficiar-se do meio espacial/ambiental para a sua efetivação, porém, insta esclarecer que essa atividade, sob um stricto sensu, não explora nem extrai ou produz a partir dos recursos naturais, apenas "utiliza-se" desses para a contemplação, ou ainda, lazer e entretenimento. Também não faz parte do setor secundário, pois não é produto de uma construção ou de uma indústria. Quer-se dizer que o turismo não foi concebido mediante uma construção, uma edificação, nem mesmo é fruto de processos industriais, isto é, não se originou de "uma atividade de transformação que emprega numerosos recursos, alguns dos quais podem ser matéria-prima e outros produtos industriais intermediários": a indústria (BOULLÓN, 2002, p. 31).

global, tendo em vista que, em alguns destes casos, um dos setores econômicos mais afetado é o de produção. Na China e em outros países, durante a pandemia de Covid-19, boa parte da população manteve-se fora das ruas e, com efeito, abandonou o comércio em várias cidades, o que freou a produção, pois sem demanda não há oferta – até mesmo porque a mão de obra encontrava-se indisponível (IPEA, 2020). Este é apenas um exemplo categórico capaz de demonstrar como fatores externos ao mercado podem afetar substancialmente o setor de produção, acarretando numa crise financeira em diversos países (IPEA, 2020). Desse modo, deve-se considerar que, para uma regularização desse setor, serão necessários anos de muito trabalho, até sua estabilidade.

As guerras e outros conflitos armados também podem gerar crises de segurança e crises financeiras em grande escala, pois o remanejamento de homens para as linhas de frente e a destruição podem levar países inteiros à falência³. A Europa, por exemplo, após o término da Segunda Guerra Mundial encontrava-se devastada (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2010). O setor de serviços foi se mostrando um dos mais eficientes para a recuperação econômica em curto prazo (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2010).

Ao pensar na reconstrução e na recuperação econômica, as cidades da Europa buscaram no setor de serviços uma solução. O turismo, nesse contexto, foi visto como um dos principais setores para reverter a crise, tendo em vista que foram adotadas medidas de fomento do turismo interno, gerando empregos e crescimento econômico em todo o continente, até então devastado pela guerra. Nesse caso, o turismo e seu inegável fator econômico foi bem utilizado pelo continente europeu, o que conferiu, nos dias atuais, às cidades europeias o status de um dos principais destinos turísticos do mundo. Paris, por exemplo, recebe muito mais turistas que toda a França, visitantes de todas as partes do mundo desejam visitar a cidade e apreciar toda a sua beleza arquitetônica (MEDAGLIA; SILVEIRA, 2010).

Políticas de estímulo e desenvolvimento da atividade turística tomadas anos atrás reverberam atualmente num crescimento constante do setor. Em 2019, o setor turístico representava 10,4% do PIB mundial⁴, crescendo em um nível superior à

3 <https://www.terra.com.br/economia/conheca-dez-estados-que-foram-a-falencia,0f5abd2431297410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>

4 TURISMO já representa 10,4% no PIB mundial e está entre as tendências globais. **Terra.com.br**, São Paulo, 15 abr. 2019, 15:42. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/turismo-ja->

economia global. Dentro da mesma linha, Fagundes e Ashton (2010, s. p.) explicam que:

A atividade turística vem superando setores como o da indústria e o da agricultura. Esse fato se deve, principalmente, pelo efeito multiplicador do turismo, além de possuir entre suas características, fundamentais, a necessidade de agregar diversas áreas para o seu desenvolvimento. Assim, o turismo depende e compõem-se de vários elementos como equipamentos, serviços, infraestrutura, atrativos ao qual se relaciona. Portanto, diversas áreas estão intrinsecamente associadas ao turismo, como é o caso da rede hoteleira, do setor de alimentação como bares, restaurantes e similares, lojas e comércio em geral, agências de viagens e transportes, entretenimento e atrativos dos mais variados, entre outros.

O evidente crescimento do turismo e sua contribuição econômica para os países fez com que os gestores passassem a criar políticas de fomento e controle dessa atividade. Em alguns casos, o impacto pôde ser sentido com a eficácia de tais políticas. O aumento no chamado turismo de massa tem contribuído economicamente para diversas economias do globo.

O turismo está em pauta nas principais discussões que giram em torno dos caminhos tomados pela sociedade atualmente. Registra-se o crescimento do número de viajantes por todos os lugares do mundo e dos benefícios econômicos e sociais gerados por essa movimentação de pessoas. A disponibilidade de novas rotas aéreas, facilidades na compra de passagens, informações sobre os destinos disponíveis no mercado, as diversas propostas de entretenimento, entre outros estão entre os responsáveis pelo aumento do número de deslocamentos motivados por lazer e turismo. Economistas, políticos e gestores dos setores vinculados ao turismo se dedicam a direcionar seu foco de atuação e investimento em áreas que tem ligação com a atividade turística (FAGUNDES; ASHTON, 2010, s. p.).

O aumento no número de visitantes nas regiões onde são criadas campanhas de marketing para atraí-los pode gerar impactos positivos e negativos, o que depende primordialmente no tipo de preparo que tal região criou para receber essas pessoas, ou seja, depende do tipo de planejamento turístico elaborado pela comunidade ou região receptora.

O planejamento do turismo tem como objetivo a realização da atividade da melhor forma possível, valorizando e fazendo uso adequado dos recursos disponíveis, sendo estes naturais ou não (BENI, 2012). Tal integração pode ser a partir de empregos ou não. O respeito às tradições e aos ofícios dessas populações são pontos positivos da atividade, como nos casos em que os restaurantes de um grande

polo turístico situado em uma comunidade tradicionalmente pesqueira, compram os peixes pescados pela comunidade, ou outros produtos advindos da própria região, nesse caso, a comunidade não necessitou mudar seus padrões de vida para estar inserida no turismo ali praticado.

Como apresentado, vê-se que um planejamento turístico bem executado consegue envolver inúmeras questões, sendo estas desde a valorização da cultura até a implantação de infraestrutura suficiente para atender bem todos os visitantes. Dessa forma, avalia-se que um planejamento de turismo deva contemplar inúmeros fatores no momento de sua preparação, uma vez que a atividade agrega diversas atividades direta ou indiretamente, como a necessidade de saber se no local onde o turismo será desenvolvido há um serviço de saúde que possa atender quaisquer emergências. Sendo assim, Cardoso (2018, p. 334) ressalta que:

[...] seguem-se dois paradigmas sobre o modo como o turismo deve ser estruturado, operacionalizado e articulado com as instâncias de governo: para o primeiro grupo, o paradigma é corporativo/capitalista; para o segundo, o viés é comunitarista/libertário. Essa distinção é fundamental para garantir uma adequada visão sobre os processos que orientam a prática turística em suas diferentes esferas. Fundamentalmente, os sistemas turísticos resultam numa cadeia complexa, multifacetada e contingente de localidades, organizações, atividades e pessoas com modos distintos de se posicionar no cenário econômico em questão.

Portanto, pode-se dizer que todos os projetos de desenvolvimento turístico, ao demonstrarem seus benefícios, devem levar em consideração que tais benefícios deverão também ser estendidos à comunidade ou população autóctone. Nesse caso específico, pode-se levar em consideração as obras de mobilidade urbana, que, mesmo que projetadas para atender o turismo, irão certamente ser utilizadas pela população, como a construção de estradas vicinais de acesso a atrativos turísticos mais longínquos dos centros urbanos.

A sociedade de consumo propulsiona o turismo, e ele é motor dessa mesma sociedade de consumo. A quantidade de elementos que fazem parte dessa *praxis* diz respeito à elaboração de um *organum* constante, que relaciona o fenômeno/atividade às possibilidades de mudança social em um campo (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p. 11)

O turismo é impulsionado pelo consumo e tal fenômeno tem origem na sociedade, ou seja, o turismo é consumido pela sociedade. Portanto, torna-se impensável um planejamento turístico que não tenha como premissa a integração com a população local, pois, tendo por base o fator gerador de experiências que é a

atividade, desvalorizar as pessoas mostra-se inviável. O turismo é feito por e para pessoas.

No caso do turismo, o entendimento mais consensual diz respeito a possibilidade que ele tem de melhorar os padrões de vida da população. O padrão de vida da população seria também marcado pela ideia de aumento do bem estar, para além do aumento simples da renda *per capita*, então o turismo produziria uma possibilidade adicional para esse aumento, com investimentos em capital para a produção. A ideia de que o desenvolvimento é motriz do campo turístico está nos principais estudos acadêmicos sobre turismo no século passado, e permanece até hoje induzindo políticas e ações (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p. 15)

Diante do exposto, o turismo deve ser visto como uma atividade com enfoque na melhoria dos padrões de vida das comunidades receptoras. Planejar o turismo implica em se pensar nas formas de se melhorar vidas, gerar renda e empregos, aprimorar serviços públicos, como saúde e transporte, principalmente nos centros urbanos. Tudo isso corrobora com a ideia de que o planejamento turístico é de suma relevância, posto que um turismo mal planejado e desenvolvido de forma insustentável, possivelmente, acarretará impactos sociais negativos, como a segregação social, a xenofobia, a má distribuição de renda, entre outros. Afinal, “[...] a discussão, no que se refere ao planejamento do turismo, está baseada nos impactos que esta atividade pode causar.” (SILVEIRA, 2007 *apud* SANTANA, 2011, s. p.).

O estabelecimento do turismo em determinada localidade tem o poder de transformar todo o seu entorno, visto que outros estabelecimentos poderão surgir para atender a demanda gerada pelo setor. Sendo assim, torna-se cada vez mais visível que o turismo, como atividade multifacetada, atinja toda uma rede de pontos que se interligam por meio da atividade. Tal situação força que o planejamento desse setor seja um planejamento complexo, a fim de abarcar toda essa rede ou, pelo menos, levar em consideração sua existência, tomando medidas que futuramente não causem efeitos negativos para todos.

Entre os efeitos negativos, a turistificação configura-se como um processo “[...] que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos.” (ISSA; DENCKER, 2006, p. 02). Tal processo dará à comunidade a interpretação do turismo como uma atividade invasora, observando o turista como um indivíduo indesejado – o que tende a acarretar em uma nova reação a essas questões, que se costuma chamar de “*Turismofobia*”.

No Brasil, o turismo passou a ser uma atividade econômica de grande relevância a partir do surgimento de políticas públicas para o setor, além da criação de uma autarquia exclusiva para o setor, como Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 22) destacam:

A preocupação com o ordenamento, controle e planejamento do turismo no Brasil tem seu marco como a criação da Empresa Brasileira de Turismo, Embratur em 1966, após do golpe militar de 64, iniciando-se aí mesmo que timidamente as políticas públicas para esse campo. Uma política nacional de turismo é esboçada com o objetivo de fomentá-lo como atividade econômica (EMBRATUR, 1977). A partir da década de 90, no auge do liberalismo, são lançados a Estratégia para Desenvolvimento do Turismo no Brasil (1990) e o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR (1992), agora pela Embratur transformada em Instituto.

Com o passar dos anos, a importância do turismo para a economia do país se mostra cada vez mais relevante. Com todos esses fatores e dados que evidenciam o turismo com uma crescente, o Brasil tem fomentado cada vez mais a atividade, buscando atrair turistas estrangeiros e incentivando a prática do turismo doméstico. Para exemplificar, a Panrotas (2019, s. p. *apud* WTTC, 2019) apresenta os dados a seguir:

O setor global de Viagens e Turismo cresceu 3,9% ao contribuir com uma cifra recorde de US\$ 8,8 trilhões e gerar 319 milhões de postos de emprego em todo mundo em 2018. Pelo oitavo ano consecutivo, este resultado foi superior à taxa de crescimento do PIB mundial, de 3,2%. Dados são do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), ao lado da Oxford Economics.

Turismo no Brasil em 2018:

- Contribuição do Turismo ao PIB de US\$ 152,5 bilhões (8,1%)
- PIB Turístico cresceu 3,1%, uma das mais elevadas altas na América do Sul, o dobro da economia brasileira
- O forte crescimento em gasto internacional é respaldado pelo novo visto eletrônico oferecido a Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão
- 6,9 milhões de empregos (7,5% do total de trabalhos gerados no Brasil)
- US\$ 6,2 bilhões aportados em 2018 pelos gastos de estrangeiros, 12,8% de alta contra 2017
- Lazer 88% e negócios 12%
- Principais mercados internacionais 2015-2017: Argentina (36%), Estados Unidos (8%), Chile (5%), Paraguai (5%) e Uruguai (5%)

O país vem passando por uma crise financeira que gerou o aumento do desemprego em diversos setores produtivos. Em contrapartida, o setor turístico continua crescendo, o que faz surgir novos estabelecimentos, como hotéis, pousadas e restaurantes, o que poderá gerar empregos no setor, e contribuir para a queda do

desemprego do país. De acordo com tais dados, evidencia-se a contribuição econômica do turismo para o Brasil é de quase 7 bilhões de empregos diretos dentro do setor (PANROTAS, 2019).

A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) surgiu, em 1966, durante um período conturbado para o país, a ditadura militar. Nesse período, foram tomadas algumas decisões que visavam à recuperação econômica do país, entre as quais a atividade se mostrou como positiva para a economia nacional. Assim, a Empresa Brasileira de Turismo tinha como missão aumentar o número de turistas no país, sejam eles nacionais, seja internacional. Nesse ínterim, foram lançadas campanhas de marketing que se propunham a gerar o interesse das pessoas a conhecer o país, pois, por se tratar geograficamente de um país com dimensões continentais, evidentemente alguns brasileiros podem ter o desejo de viajar internamente, ou não, e tais campanhas vieram para se gerar um estímulo (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015).

O Brasil passou a ser um dos principais destinos turísticos da América do sul, seja por seus recursos naturais, seja pela realização de grandes eventos a nível global, como a copa do mundo de futebol e as olimpíadas, além da recuperação de eventos de grande porte, como o Rock in Rio. No mais, as atuais políticas públicas voltadas para a área estimulam a criação de regiões turísticas nos municípios para a alocação de recursos públicos nos locais onde o turismo é de fato desenvolvido ou se mostra com potencialidades para esse setor mundial.

Objetivando um melhor planejamento e ordenamento do turismo nacional, foram tomadas medidas que pudessem considerar os fatores endógenos das localidades, além de suas peculiaridades. Devido a isto, atualmente, na esfera governamental, o turismo é dividido em regiões turísticas, como mostra a Figura 11.

Figura 11 – Classificação do Turismo no Brasil

Macrorregião	Regiões turísticas	Municípios
Centro-Oeste	36	225
Nordeste	84	758
Norte	34	259
Sudeste	121	1.138
Sul	53	905
Total	328	3.285

Fonte: Adaptado por Ana Paula Morais (2020)

Em razão dos fatores geográficos, as regiões brasileiras apresentam inúmeras mudanças de clima, relevo e culturas, portanto, mostra-se positiva essa divisão do turismo em macrorregiões. Dessa forma, as medidas a serem tomadas poderão atingir de forma mais eficaz todas as regiões, pois, teoricamente, levam em consideração suas diferenças, a partir dessa divisão. Como Araújo (2012, p. 149) apresenta:

O turismo, enquanto política pública, surge, pela primeira vez, por meio do Decreto-Lei n. 55, de 18/11/1966, durante o governo Castelo Branco, no âmbito do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que preconizava a atenuação dos desníveis econômicos setoriais e regionais.

Em resumo, o turismo se mostrou um setor bem rentável, pois demonstra uma constante crescente em todo mundo, se tornando a atividade que mais cresce ao longo dos anos, o que fez gerar um constante interesse pelo seu desenvolvimento. Hoje, o turismo representa uma parte do PIB mundial, sem contar os setores que são afetados indiretamente pelo desenvolvimento do turismo. No Brasil não é diferente, o turismo vem ganhando relevância nos últimos anos, mostrando-se uma atividade que tende a incorporar outras, criando uma rede capaz de gerar bons frutos econômicos para o país.

Entretanto, o turismo pode causar efeitos negativos para as localidades onde é fomentado, dentre eles a especulação imobiliária, a turistificação do espaço urbano, a degradação do meio ambiente, a depredação do patrimônio histórico material, a

segregação social, entre outros. Tudo isso evidencia a necessidade de se planejar a atividade turística de forma a evitar e combater todos esses males, para que, dessa forma, fiquem apenas os efeitos positivos – por meio dos quais o setor tem o poder de viabilizar a mudança de vida de toda uma população.

Contudo, tal mudança está inserida no caráter social do turismo, ou seja, nos casos em que as comunidades receptoras são ignoradas pelo setor, esta mudança de vida não ocorrerá, de fato, pois, ao se ignorar a sociedade, durante a produção do turismo, ou mesmo no planejamento da atividade, irá acarretar o não envolvimento dessas pessoas. À vista disso, tal processo se torna desinteressante, tendo em vista o viés agregador do turismo, que, muito pelo contrário, não pode ser fator de segregação social em seu desenvolvimento.

O turismo tem o poder de agregar inúmeros setores econômicos de um país, ou cidade. Portanto, torna-se essencial que, em seu planejamento, todos esses fatores sejam abordados, principalmente o fator social, tendo em vista que, para se desenvolver o turismo de forma sustentável, não se pode ignorar as outras áreas. Afinal, todos os setores ali envolvidos podem ser de grande utilidade para a manutenção da atividade, além da criação de novos produtos e atrativos capazes de viabilizar o aumento da circulação de pessoas naquela região turística.

Portanto, o setor turístico deverá englobar além do fator econômico, a cultura, o meio ambiente, a sociedade, a identidade local, o patrimônio material, imaterial e ambiental, a mobilidade, a infraestrutura local, entre outros aspectos inerentes à sua consolidação.

5.3 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Atualmente, em face de o crescimento do sistema capitalista no mundo, a vida em sociedade é fortemente permeada por aspectos econômicos, os quais pressupõem que o desenvolvimento econômico seja a melhor forma de gerar qualidade de vida. Nesse sentido, credita-se ao desenvolvimento todas as benesses econômicas em uma determinada nação. Tal compreensão leva a geração de políticas públicas de desenvolvimento econômico, acarretando, assim, em planos de incentivo financeiros, como os empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) no Brasil (RODRIGUES, 2018).

Dentro do setor privado, tem-se a convicção de que, para se atingir certo patamar, as empresas precisam se adaptar ao mercado, o qual tem certa fluidez e constantemente se modifica. Para isso, os empresários buscam o seu desenvolvimento, seja por meio do uso de novas tecnologias, como as mídias sociais, seja pela automação do atendimento ao cliente, como os *chats* virtuais para o esclarecimento de dúvidas.

No setor turístico, não é diferente, pois o desenvolvimento tornou-se essencial. Em muitos países, pois, a atividade turística se transformou em fator de desenvolvimento econômico, representando uma parte considerável do PIB. Desse modo, contribui de forma cada vez mais significativa na geração de renda e empregos, diretos ou indiretos. Dentro da mesma linha, Barquero (1995, p. 221) salienta que:

Um dos traços característicos do processo de reestruturação produtiva na Europa reside no impulso tomado pelo desenvolvimento local. Os sistemas locais de empresas fortaleceram-se em consequência da reação das empresas locais ao aumento da competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Além disso, nos anos 80, o processo foi reforçado pelo surgimento de iniciativas locais de criação de empregos que buscam reduzir as taxas de desocupação das economias locais.

Pelo exposto, observa-se que dentro da atividade turística encontram-se alguns tipos de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, o ambiental, o econômico, o local, entre outros. Destes, o desenvolvimento local foi um dos que se mostrou mais relevante no decorrer dos anos, sobretudo quando a atividade turística passou a ser compreendida como propulsora de crescimento de determinadas localidades e como modificadora de realidades a partir da geração de emprego e renda. Dessa forma, cabe aqui analisar o conceito do desenvolvimento local endógeno, que Braga (2001, p. 24) propõe:

O “Desenvolvimento Local Endógeno” teoriza sobre as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais – internos a uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico variáveis como participação e gestão local. Entretanto, ao fazê-lo dentro da lógica própria ao marco conceitual mais amplo no qual se insere – a lógica do mercado, do individualismo e da eficiência econômica –, o faz, como seria de se esperar, sem ultrapassar os limites dados por tal marco conceitual.

O desenvolvimento local endógeno diz respeito ao tipo de desenvolvimento em que alguns fatores são preservados, principalmente os que tratam da identidade local e cultura. Isto ocorre em razão de a globalização ter como um de seus impactos certa homogeneização, ou seja, em alguns casos, as localidades –principalmente dentro do

setor turístico –passam por um processo de descaracterização de sua cultura e memória, a fim de se adequar à padronização demanda pelo atendimento e pelo bem receber do turista. Esse cenário é muito comum em realidades onde redes de hotéis e resorts se instalam e passam a modificar toda a dinâmica das comunidades tradicionais com a finalidade de atender o visitante.

Continuando a autora avalia que:

A abordagem do “Desenvolvimento Local Endógeno” tem como ponto de partida o argumento da existência de duas únicas alternativas diante do desafio colocado pela globalização: adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo investimentos externos para regiões periféricas com objetivos redistribucionistas, ou adotar uma estratégia de desenvolvimento local (BRAGA, 2001, p. 25).

A globalização tem provocado o surgimento de alguns problemas relacionados à preservação da cultura local, no que diz respeito principalmente à padronização de serviços, tendo em vista que, por vezes, as peculiaridades de cada região não são levadas em consideração dentro do setor turístico. Exemplo disto é a prática universal de que se deve estudar inglês para assim se tornar um profissional de sucesso. Em alguns casos, a presença de um segundo idioma é obrigatória para se adentrar na atividade turística.

No Brasil, existem atualmente centenas de linguagens únicas em determinadas regiões, principalmente a amazônica, na qual também existem diferentes costumes, práticas, culinárias, ritos e crenças. Tais peculiaridades, a princípio, tornam cada localidade única e singular aos olhos dos visitantes. Entretanto, com o crescimento da atividade turística, um elevado número de comunidades sofreu mudanças que acabaram por subjugar sua cultura em detrimento de uma cultura global (ISSA; DENCKER, 2006). Em outros casos, tais elementos passam por descaracterização, para que assim torne-se mais receptivo a um maior número de pessoas, como o açaí que, em regiões fora do Pará, é vendido como um “sorvete”, geralmente misturado com outros alimentos que acabam por modificar o sabor original do fruto e conseqüentemente a sua tradição de consumo.

Dessa forma, cabe ao setor buscar formas de planejamento do desenvolvimento local que possam contribuir de modo positivo com as localidades, visando melhorias e respeitando os costumes e as crenças originárias de cada região. Dentro da mesma linha, Barquero (1995, p. 227) avalia que:

As ações da estratégia de desenvolvimento local são muito variadas: algumas tratam de resolver problemas estruturais, como a melhoria das condições de acesso (transporte e comunicações) e a oferta de solo industrial para empresas ou para montagem de centros de formação para a população e trabalhadores; outras buscam superar as deficiências de qualificação da mão-de-obra e modernizar o *savoir-faire* da comunidade mediante a difusão da cultura empresarial e de informação técnica ou através da melhoria da capacidade de gestão empresarial local.

Sendo assim, é relevante a consideração de aspectos referentes à cultura, ao se pensar sobre o desenvolvimento em determinada localidade, principalmente em comunidades tradicionais. Tendo em vista que comunidades tradicionais são aquelas que se caracterizam como tal, utilizam do território, e dos recursos naturais para a sua manutenção, transmitem hábitos e costumes conforme a tradição de seus antepassados (BRASIL, 2007). As mudanças advindas da globalização podem ser inevitáveis, pois a sua abrangência – com a Revolução Industrial e o desenvolvimento de novas tecnologias – tem acesso (mesmo que virtualmente) a localidades em qualquer lugar do mundo, e isso poderá causar certa padronização de comportamentos e mudanças no modo de vida dessas populações.

Atualmente existem as marcas chamadas de “*top of mind*”, que, em resumo, são as marcas “nº 1” entre as escolhas dos consumidores. Esse contexto é possível em face da globalização e da velocidade de compartilhamento de informações, que faz com que determinadas marcas possam se difundir e crescer comercialmente numa rapidez que em anos atrás não era concebível. Dentro dessa perspectiva, o setor turístico deveria pensar formas de equilibrar o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento local endógeno, protegendo as particularidades de cada região, mas de maneira que leve o seu desenvolvimento. Dentro da mesma linha, Escobar (2010, p. 137) ressalta que:

Temas tale como la globalidad y la localidad, la modernidad y la posmodernidad, el capital, la región y El espacio urbano tuvieron una teorización muy fructífera desde la economía política reforzada com consideraciones sobre la cultura, la modernidad y novedosas formas de interrogar sobre la dinámica de la reestructuración urbana.

No que diz respeito ao planejamento, como anteriormente abordado, julga-se necessário levar em consideração o conhecimento local, advindo das populações autóctones de cada região. Nesse sentido, Escobar (2010, p. 150) aborda que:

El conocimiento local es un modo de conciencia basada-en-lugar, una manera específica del lugar (aun que si el lugar no sea limitado ni determinado) que dota de significado al mundo. Sin embargo, perdura El hecho de que em nuestra preocupación por la globalización se deja de lado el lugar.

No desenvolvimento local endógeno, os conhecimentos advindos da comunidade precisam ser incorporados, pois, podem ser úteis durante todas as fases de implementação da atividade turística em cada região. Aspectos como mudanças no meio ambiente e nas paisagens, na culinária tradicional e na reestruturação urbana podem ser coletados mediante os moradores que ali habitam a mais tempo. Logo, as narrativas orais daqueles que ali vivem, certamente, terão grande importância dentro de um planejamento de turismo sustentável, sobretudo quando este está visando o desenvolvimento local e a manutenção da natureza e da cultura na qual a atividade está inserida.

5.4 AMAZÔNIA, TURISMO, MUDANÇAS E LUGARES

Enfatiza-se no contexto da discussão a Amazônia, uma região plural instituída de disputas sociais, econômicas, ambientais e culturais. Configurada em várias paisagens, sofreu um processo de transformação ao longo dos últimos 30 anos no âmbito do desenvolvimento e crescimento regional, mesmo que de forma paulatina e diferenciada das demais regiões brasileiras devido modo de investimento, gestão e planejamento. No que concerne a investigação citamos o planejamento do turismo na Amazônia evidenciado por meio de políticas públicas de desenvolvimento, onde Nóbrega (2008, p. 149) destaca que:

A região Amazônica, em face às novas transformações, foi pressionada, através de estratégias de desenvolvimento, a acompanhar tendências mundiais. Essas estratégias materializaram-se pelos “Grandes Projetos”, assim denominados porque realmente abrangeriam uma vasta dimensão física/estrutural e alcançavam grandes áreas florestais adentro, um verdadeiro bolsão verde ainda muito pouco conhecido pelos “homens brancos”, embora respeitado pelos indígenas e caboclos locais.

Órgãos governamentais, planos, programas e projetos foram instituídos para impulsionar o desenvolvimento na Amazônia desde a década de 1960. Em destaque a esse processo teve com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia em 1966, a criação dos Planos de Turismo da Amazônia I e II – PTA lançados com objetivo de mediar ações de desenvolvimento entre o social o

econômico e o ambiental, além da criação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (FARIAS, 2014). Apesar do processo de planejamento evidenciado, as ações do governo não foram eficientes e tampouco adequadas às realidades e necessidades locais.

Conclui Farias (2014, p. 202) que:

Os investimentos trazidos para o desenvolvimento do turismo na Amazônia foram explicitamente mal direcionados, trazendo como consequência o fortalecimento dos impactos ambiental e social para a região; Apesar de seguir perspectivas inovadoras no que tange ao processo de desenvolvimento, é notório verificar que o II Plano de Turismo da Amazônia continuou seguindo os mesmos critérios de planejamento do anterior, isso porque não se tinha como prioridade o planejamento participativo muito menos o monitoramento dos impactos ambientais dos empreendimentos turísticos, que por sinal eram completamente desarticulados à realidade da região;

É nítido diante do que foi exposto acima que as dimensões e realidades da Amazônia devem ser tratadas de forma diferenciada das demais regiões do Brasil. A não participação da comunidade local, o não entendimento das percepções dos atores sociais da Amazônia resulta em efeitos negativos.

Além do caráter social, há também o ambiental, que deve estar interligado com o desenvolvimento, visto que nos casos em que tal planejamento não está inserido, a degradação ambiental é, muitas vezes, irrecuperável. Desse modo, cabe aos responsáveis buscar formas de se preservar o meio ambiente e, onde for inevitável, pensar formas de recuperação, como o replantio da mata nativa. Sendo assim, insere-se o conceito de áreas restritas, onde os processos de transformações devem ser totalmente controlados para que não ocorram desequilíbrios ambientais ou sociais, tem-se como exemplo dessas áreas, as Reservas Extrativistas (RESEXs) e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), lugar onde enseja a pesquisa em tela. Contudo, antes da implantação da reserva, havia a comunidade tradicional que sempre retira seu sustento da área.

Por outro lado, como área protegida, impede-se a chegada de novos moradores, a construção de novas casas e a atividade extrativista da comunidade é regulada, além de manter projetos de sensibilização constantes. Dessa forma, cabe-se trazer à tona o papel da atividade turística nessas áreas que, até então, a comunidade tinha no extrativismo sua principal fonte de renda. Com a atividade turística batendo à porta, há uma necessidade de readequação de seus hábitos, o que altera seu modo de vida como um todo. É bem verdade que não se pode negar o fato

do desenvolvimento econômico proposto pelo turismo, contudo a atividade precisa ser bem planejada, bem como se adequar à região, combater a especulação imobiliária e os outros “vilões” da urbanização.

A especulação imobiliária tem se mostrado um grande problema para todos. No entanto, os mais afetados, no geral, são os moradores de pequenas localidades, que em decorrência de atividades econômicas, como o turismo, têm suas terras visadas e são convencidos a vender suas casas, seja por propostas fora do valor de mercado, seja por processos alienantes de mudança de vida. Nessa esteira, as propriedades normalmente são demolidas ou reformadas e os antigos moradores passam a viver em outras áreas menos favorecidas – esse êxodo, por vezes, passa por criar uma favela na região.

A mobilidade ser tornou essencial para o turismo. O encurtamento das distâncias por meio dos meios de transporte pode ter sido um dos principais fatores de crescimento do turismo internacional nos países. Atualmente, seria impensável viajar da Europa para o Brasil a bordo de um navio e esse ser o único meio de transporte disponível – sem considerar o aumento no número de cruzeiros, que são por si só uma viagem de lazer.

Este encurtamento de distâncias trouxe à tona a questão da globalização, visto que atualmente se pode ter acesso a informações e a produtos de quaisquer lugares do mundo. Isso retorna ao crescimento das grandes redes hoteleiras e de *fast food* presentes em várias partes do globo ofertando praticamente o mesmo tipo de produto ou serviço. Quando se pensa na inserção destes estabelecimentos em pequenas comunidades, principalmente nas de costumes tradicionais, surge o conceito de “não lugar”, o qual resumidamente enfatiza que ao se adentrar em um local “igual” em qualquer parte do mundo, o visitante não está em lugar algum, pois o conceito de lugar está intimamente ligado à cultura e aos costumes locais (LEITE, 1998).

Na perspectiva de Tuan (1980), o pertencimento e a percepção de lugar para o indivíduo, conduz o geógrafo ao estabelecimento de um novo conceito, a topofilia, que de acordo com o tal autor é “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107). É possível notar uma relação intrínseca do turismo com a topofilia, visto a apreciação estética do meio ambiente pelos visitantes, no entanto, cabe ressaltar a diferença entre as percepções de cada indivíduo. De modo que, uma pessoa entende o lugar como moradia, inserindo nesse contexto a vivência da comunidade local, sua cultura, suas relações socioambientais e

econômicas, enquanto o outro entende como um lugar de admiração, contato com a natureza, descanso e lazer.

É o que conclui o autor ao citar que “A imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo que dispõe de tempo, mas de quase mais nada.” (TUAN, 1980, p. 259). Contudo, “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (TUAN, 1980, p. 129).

Portanto, o “lugar” está ligado à criação de raízes, ao se pertencer a algo. Dessa forma, para o turismo, o lugar é relacionado à cultura que lhe dá significado. Diante do exposto, torna-se importante compreender o conceito de lugar e do “não lugar”, posto que ao se propor a troca de experiências e vivências, a inserção de um “não lugar” e sua utilização no turismo destoa da premissa de gerar experiências.

Corroborando, Leite (1998, p. 12) avalia que:

Os lugares normalmente não são dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sendo uma construção subjetiva e ao mesmo tempo tão incorporada as práticas do cotidiano que as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal. Este senso de valor só se manifesta na consciência quando há uma ameaça ao lugar, como a demolição de um monumento considerado importante, ou quando há uma reivindicação comum como a visita periódica de um carro do “fumacê”. Assim, ao contrário das regiões delimitadas para fins de planejamento, plenamente reconhecíveis em mapas e cartas topográficas, através de símbolos e toponímias, a maioria dos lugares não são nomeados.

O lugar não exige fronteiras formais, não há limites. Está ligado ao pertencimento e à identidade, diferentemente de outros conceitos geográficos. Ao se pensar no planejamento turístico de uma comunidade, deve-se conhecer o lugar. Como abordado pelo autor precedentemente, a demolição de um prédio que tenha identificação com a comunidade configura como um ataque ao lugar. Se isso for percebido, pela comunidade, como sendo a causa da exploração da atividade para o uso do turista, pode gerar reações de aversão ao turismo – sentimento que tem sido denominado de “turismofobia”. Em outras palavras, quando a comunidade sente os turistas como invasores do seu lugar e não como apenas visitantes, é possível gerar conflitos e diversos sentimentos e situações de aversão e de negação do turismo.

Para os agentes do turismo, é necessário entender que o lugar é estreitamente valioso. Quaisquer tipos de agressão a ele poderão desencadear em atritos com a

comunidade e a atividade poderá estar agredindo uma cultura, um povo, desvalorizando a identidade local. Em um turismo sustentável todos esses fatores devem ser valorizados, principalmente o de envolver a comunidade e demonstrar seu valor, a fim de que a atividade turística possa se desenvolver e obter sucesso em sua implantação ao final do período.

Tudo isso remete à valorização e à preservação do patrimônio, sendo que a atividade turística e o planejamento urbano, ao longo dos anos, têm buscado formas de conciliar a modernização das cidades com a preservação e até mesmo a reutilização do patrimônio histórico dos centros urbanos. As cidades históricas que têm buscado a modernização, principalmente a melhoria da mobilidade urbana, precisam tentar conciliar essa conjuntura com o patrimônio construído. Em alguns casos, a modernização aparece em decorrência do desenvolvimento do turismo na região. As construções históricas, para que não sejam destruídas ou descaracterizadas, seja pela ação do tempo, seja do homem, são reutilizadas dentro do turismo, o que muitas vezes acaba agregando valor ao produto turístico. Dessa forma, Mocellium (2009, p. 77) contribui dizendo que:

O lugar não é mais o mesmo que sempre foi. Ou mais, os lugares não são mais os mesmos que foram outrora. Um mesmo espaço pode mudar ao longo da história. Os espaços ocupados podem ser os mesmos, mas é certo que todas as mudanças nele promovidas são acompanhadas por uma resignificação dos sentidos que lhe são atribuídos.

Portanto, vê-se que a manutenção do “lugar” nesse caso é válida, pois ele pode passar por uma resignificação, pode ganhar novos usos, com o intuito de ser mantido ao longo do tempo, o que é mais válido do que seu abandono. Todavia, ainda é relevante a realização de um planejamento que envolva a comunidade local, a fim de se ter um real entendimento do lugar, acarretando o desenvolvimento sustentável do turismo.

Essa linha tênue refletida entre meio natural x homem, Henrique Leff (2011, pág 310) explica:

Reconhece-se que os problemas ambientais são sistemas complexos, nos quais intervêm processos de diferentes racionalidades, ordens de materialidade e escalas espaço-temporais. A problemática ambiental é o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade.

Nesse caminho, entende-se que as relações entre meio ambiente e sociedade são resultados pautados na agressividade da vida moderna, produto do avanço tecnológico e digital que conquista cada vez mais espaço no campo socioambiental.

5.5 PERCEPÇÃO: UMA COMPREENSÃO DA COMUNIDADE.

Atualmente, nos estudos voltados ao turismo têm surgido uma ampla variedade de termos para definir fenômenos recentes relacionados a atividade turística. A compreensão de tais termos torna-se relevante para a área, a fim de avaliar quais são esses termos que ao longo dos anos foram se inserindo nos conceitos do turismo. Dentre tais termos, tem-se a percepção que, de modo genérico, se relaciona à sensação que o turismo ou qualquer outro ator ligado à atividade tem do setor em determinada área, tendo em vista as singularidades de cada região. Dessa forma, o estudo sobre percepção torna-se relevante no turismo para aplicação desse conhecimento. A respeito disto, Dickmann (2016, p. 11) avalia que:

Ninguém conhece melhor a nossa comunidade que os moradores mais antigos, primeiros habitantes dos nossos bairros. Ninguém conhece melhor a nossa família que os nossos pais, que gastam suas vidas cuidando e protegendo a sua prole. Assim, também, ninguém conhece melhor a nós mesmo, do que cada um de nós.

O autor apresenta um dos tipos de percepção que pode ser utilizado nos estudos sobre a atividade turística, a percepção dos moradores, tendo em vista a relevância do conhecimento empírico advindo dos autóctones, principalmente em comunidades tradicionais. Sendo assim, avalia-se que para o entendimento do turismo, no que diz respeito ao seu desenvolvimento e impacto, deve-se levar em consideração o conhecimento dos que ali habitam a mais tempo, pois, em alguns casos, os impactos do turismo são de médio a longo prazo, que podem percebidos como positivos ou negativos para a localidade.

Segundo a Neurociência, a interação entre o indivíduo e o ambiente a partir da percepção é caracterizada como um processo mental, que é transmitido através de estímulos perceptivos (RIBAS, et al., 2010). Sob a ótica da percepção socioambiental, o ato de perceber, compreender e se relacionar com o meio ambiente, é definido como um processo individual, o qual leva em consideração influências de saberes e fatores socioeconômicos (TRENOUTH *et al.*, 2012).

Outro modo de relacionar percepção ao turismo é mediante o modelo geográfico, isso significa dizer ou levar em consideração a percepção do território, o que traz novamente o entendimento do conceito de lugar e “não lugar”, ou seja, é por meio da percepção do território que o ator ali envolvido poderá se sentir “em casa” ou experimentando um novo lugar. Tal experiência, com frequência, está ligada aos aspectos culturais e ambientais presentes naquele destino (TUAN, 1980).

Nota-se que a percepção está intimamente ligada a estudos sociais, pois ela faz parte da cognição, ou seja, ela somente ocorre dentro da mente de cada pessoa, o que revela que cada pessoa pode ter uma percepção distinta a respeito do mesmo assunto. Desse modo, observa-se que “[...] as pessoas percebem o mundo ao redor através dos órgãos dos sentidos e da cognição, que, embora sejam individuais e seletivos (pois passam por filtros culturais e sociais), compartilham de percepções comuns, como assegura” (TUAN, 1980 *apud* RISSO, 2014, p. 310). Tal perspectiva entra em contraponto, pois afirma que, apesar de individual, a percepção pode ser algo comum. Isso implica dizer que, para o turismo, mesmo que de maneira individual, uma opinião pode ser comum a um grupo de pessoas. Contudo, considerando as singularidades e as possíveis divergências, as pessoas podem apresentar uma mesma opinião, mas de modo genérico. Segundo Del Rio (1996, *apud* RISSO, 2014, p. 311), a percepção:

[...] é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos. Este processo resulta em diferentes representações, significados, percepções, ações e condutas.

Tais conceitos citados acima buscam apresentar um entendimento a respeito da percepção geográfica humanista, o que procura adentrar na compreensão de percepção do território. Outro ponto a ser considerado é o da cognição atrelada ao estudo da percepção, afinal uma das premissas do turismo é a geração de experiências, ou seja, tal premissa também está atrelada ao setor cognitivo.

Dentro do turismo, parte do que é apresentado como produto é algo imaterial, ou seja, não são produtos palpáveis que podem ser facilmente transportados, sendo estes: cultura, lazer, sabor, experiências, sentidos, sentimentos e percepções. Assim, o turismo, ou uma considerável parcela dele, é consumido por meio do cognitivo das

pessoas– isso traz à tona a importância de se entender os novos conceitos inerentes à atividade.

A percepção ambiental ou a concepção de meio ambiente é uma vertente que também busca dar conta do conceito de percepção e que pode ser utilizada nos estudos inerentes ao meio ambiente e, principalmente, ao contexto educacional, a partir da educação ambiental. Pode-se dizer que a percepção ambiental faz parte do aprofundamento da educação ambiental. Dessa forma, torna-se necessário o seu estudo. Segundo Dickmann (2016, p.15):

[...] percepção ambiental não é um movimento de um ato só ou que se faça uma vez na vida e para sempre. O movimento é dialético-construtivo, a realidade é complexa e o sujeito – e o mundo – estão se fazendo. É preciso que o fatalismo e a fragmentação da realidade, típicas do cientificismo reducionista, vão cedendo lugar a compreensão da realidade que considere profundamente o equilíbrio dinâmico dos ciclos naturais, a dialética conflituosa das relações sociais, o avanço desenfreado da tecnologia, a malvadeza do capital e seu modo de produção e consumo, a diversidade cultural, a tolerância religiosa, entre tantas outras manifestações e fenômenos humanos e não-humanos, em vista da garantia da sustentabilidade de todas as expressões e formas de vida no Planeta Terra (DICKMANN, 2016, p.16).

No turismo, a percepção ambiental vem sendo utilizada dentro do setor do ecoturismo, ou do turismo de aventura, desde que praticado em áreas naturais. Essa utilização traz como proposta uma imersão do visitante com o ambiente em que está inserido, visando proporcionar uma experiência intrínseca de cada um. Diferentemente do turismo tradicional, em que a paisagem é fotografada, na percepção ambiental, a ideia é de que a paisagem possa ser sentida também, e não somente visualizada. Estudos sobre a percepção ambiental em comunidades tradicionais mostram que o ato de perceber tem relação com a idade, vivências e/ou escolaridade do indivíduo (ASSIS, 2020).

Além disto, deve-se ressaltar a importância da inserção da educação ambiental para o desenvolvimento turístico, tendo em vista o crescimento do discurso ambientalista em todo o mundo. Deve-se considerar também que tal discurso parte do fato de que o mundo vem sofrendo com a poluição, entre outros impactos ambientais. Sendo assim, evidencia-se cada vez mais o viés ambientalista das atividades econômicas atualmente. Dentro da mesma linha, Palma (2005, *apud* BORDIN *et al.*, 2016, p. 25) aborda que:

Os estudos de percepção ambiental têm se mostrado muito importantes para a compreensão da relação entre o ser humano e o ambiente, principalmente para ações de educação ambiental, que levam em conta como o sujeito percebe o ambiente a qual está inserido.

Dessa forma, cabe aqui se fazer uma reflexão a respeito da percepção ambiental dentro do contexto das comunidades tradicionais, uma vez que os moradores têm maior conhecimento do ambiente e, conseqüentemente, passam a perceber as mudanças com maior facilidade. Portanto, tal conhecimento não pode em hipótese alguma ser ignorado, como vem ocorrendo em diversos estudos técnicos em que a percepção de um morador que habita naquele local há certo tempo não é levada em consideração. Tuan (1980, *apud* BORDIN *et al.*, 2016, p. 25-26) avalia que:

A percepção também integra atitudes estabelecidas, por meio da experiência cotidiana, isto é, o contato com o mundo. A percepção pode ser definida como tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados.

No entanto, pode-se dizer que nos casos em que a comunidade não é inserida no planejamento, a atividade poderá se tornar insustentável. Baseando-se nos autores citados, o conhecimento empírico das comunidades pode ser importante para o desenvolvimento do setor e a inserção delas dentro dos processos de tomada de decisão poderá ser vantajosa, até mesmo porque a cultura e outros aspectos tradicionais cotidianos são utilizados como produto turístico costumeiramente.

Além disso, tem-se a questão da percepção ambiental, que, como abordado, é algo apreendido no cotidiano das pessoas e cria uma ligação entre homem e natureza. Nas comunidades, portanto, quaisquer impactos ambientais negativos poderão ser sentidos primeiramente pelos moradores locais. Tal noção poderá ser utilizada para se frear tais efeitos, a fim de se manter um turismo sustentável e equilibrado com a natureza.

Observa-se que a este nível, poucos ou quase nenhum outro setor se utiliza tanto da “preservação” da natureza quanto o turismo, pois, com a mudança nos padrões de consumo, a chamada “prática sustentável” não somente continua mantendo os clientes antigos, tão poucos preocupados com a natureza, mas coloca o turismo como uma atividade verde: o “selo verde” de sustentabilidade e preservação da natureza.

Em alguns setores da área, se utilizam de “rótulos” para atrair os clientes “verdes”, ou seja, aqueles que veem a preservação da natureza como produto e atrativo. A exemplo disso se tem a ISO 14001 utilizada na hotelaria, que indica a adoção de práticas sustentáveis, como coleta seletiva entre outras ações mais sustentáveis. De acordo com isso, Brito (2001, p. 1) afirma que “[...] a ‘indústria do lazer’ redefiniu na região das relações da sociedade com a natureza, transformando a segunda em mercadoria de consumo a ser adequada às novas necessidades dessas classes sociais”. Diante disso, observa-se que o turismo se transformou em atividade econômica sustentável devido à pressão e à mudança de interesses do mercado consumidor.

Tal mudança deve-se ao fato de o turismo ter se apresentado como atividade predatória e causadora de mudanças socioambientais em locais onde foi implementado, a exemplo dessas mudanças “[...] tem-se observado transformações negativas como: desmatamento, deslizamento de encostas, alterações na qualidade da água para consumo, além de prejuízos na fauna e flora, tudo isso devido à ocupação desordenada” (BRITO, 2001, p. 1). Portanto, avalia-se que a atividade turística teve que se adaptar aos novos consumidores, se readequando ao mercado e corrigindo erros do passado que causaram impactos negativos às comunidades receptoras.

Destarte, podemos compreender que a percepção é um fator presente em toda a atividade humana, tendo um efeito significativo no envolvimento deste com o ver sentir, tocar e perceber, intervindo diretamente na conduta humana diante de suas ações.

5.6 TURISMO DE MASSA

Como crescimento da atividade turística, a importância de um planejamento adequado é ainda mais evidente, ou seja, um projeto de desenvolvimento turístico bem executado poderá acarretar inúmeros benefícios. Tanto no Brasil como em outros locais do mundo, casos em que o turismo é a engrenagem principal da economia, têm ajudado alguns países europeus, inclusive, a driblar a crise financeira de 2008 que atingiu diversas partes do globo (BRESSER-PEREIRA, 2009). Atualmente, o turismo representa uma boa fatia do PIB mundial, gerando milhões de empregos e fazendo circular a sua moeda. O setor, além das atividades econômicas beneficiadas, contribui

com a movimentação indireta de outros setores, como a construção civil, nos locais onde tornam-se necessários a construção de hotéis e outras estruturas para a sua efetivação.

Entretanto, apesar de apresentar inúmeros benefícios, sobretudo no âmbito financeiro, a atividade turística também pode gerar problemas, principalmente para os moradores da região. Entretanto, nas pequenas comunidades onde o turismo é desenvolvido, algumas mudanças podem atingir os moradores de forma mais intensa. Dito de outro modo, as mudanças no cotidiano podem ser reconhecidas e sentidas mais facilmente pela comunidade. Para alguns estudiosos (GARCÍA; ABAD, 2018), o turismo que mais popularmente é visto como “vilão”, é o de massa, por movimentar um elevado número de pessoas e gerar grandes impactos com efeitos negativos. Dentro desse contexto, García e Abad (2018, p.203) apresentam algumas mudanças negativas acarretadas pelo turismo:

[...] los pisos turísticos que han encarecido los alquileres del centro de las ciudades, excesos de los extranjeros que se convierten en noticias que abren los informativos de los medios de comunicación, son ejemplo de informaciones que han ido alimentando la opinión de una parte creciente e importante de la ciudadanía, que yave em el turista a una especie de invasor que no solo genera beneficios sino también perjuicios em la calidad de vida.

Na Europa, teve-se o turismo como um “salvador” após a Segunda Guerra Mundial, pois a atividade foi a que mais contribuiu para a recuperação econômica da região, bem como para a expansão da malha ferroviária e medidas protecionistas, as quais estimularam o turismo doméstico gerando empregos e concentrando renda no continente. Contudo, avalia-se que nos locais onde o turismo gera mais pontos negativos que positivos, a comunidade local pode perceber o turista como um invasor, alguém que está ali para prejudicar ou perturbar – mesmo a comunidade tendo consciência de que a atividade gera renda. Outro fator a ser levado em consideração é o aspecto cultural, afinal, em alguns casos, a comunidade local, enxerga no visitante um “forasteiro”, alguém que não pertence àquele meio e que, se ali permanecer, irá provocar mudanças. Nesse contexto, “[...] em algunos destinos existe um proceso de colonización a través del turismo que puede llegar a provocar diversos impactos sócio culturales” (OROZO ALVARADO; QUINTERO SANTOS, 2008 *apud* GARCÍA; ABAD, 2018, p. 203).

A respeito dessa chamada “colonização”, pode-se citar alguns exemplos, principalmente, na culinária. Há casos em que pratos tradicionais passam por modificações, ou seja, são “*gourmetzados*”, pois, para o turista, aquele prato, se servido de forma tradicional, é desinteressante, ou não é atraente. Outro caso são as redes de *fast food* internacionais que se instalam nas cidades, visando atender aos visitantes que vêm de fora e acabam por serem utilizadas pelos moradores locais. Esse processo pode provocar mudanças em seus hábitos alimentares, em seus costumes e em suas memórias, gerando alterações na identidade local.

Ao se observar exemplos, moradores das comunidades tradicionais veem no turismo algo que irá modificar toda sua estrutura social e no futuro destruir a cultura daquela comunidade. Nesse sentido, segundo García e Abad (2018, p.204):

Otro concepto, íntimamente ligado ala turismofobia, es la «turistificación», em elcual um excesivo turismo de masa trae consigo un cambio en el entorno o espacio de los lugares visitados, que acaban modificándose y adaptándose principalmente a las necesidades y preferencias de los turistas.

Dessa forma, o turismo é uma atividade econômica que, para ser desenvolvida, precisa adaptar o local visitado às suas necessidades. Essa adaptação, no entanto, acaba por se tornar um aspecto negativo, visto que, sendo uma atividade que visa gerar experiências, uma harmonização dos destinos acaba por padronizá-los, fazendo perder suas atratividades, pois sabe-se que as peculiaridades locais agregam valor à experiência.

No que diz respeito à geração de experiências, o envolvimento da comunidade com o turismo é de grande relevância, dado que em algumas localidades o turismo foi incentivador da preservação de práticas culturais. Há exemplos, também, em que o turismo de observação substitui a atividade de caça esportiva, além dos casos em que a cultura da localidade foi resgatada e valorizada como atrativo turístico da região, como o turismo rural do Pantanal Mato-grossense. Entretanto, na mesma linha, Ponath e Oliveira (2019, p. 45) esclarecem que o contato entre visitantes e visitados é algo inevitável no turismo, e inclusive muito estimulado para que haja trocas de culturas e aprofundamento no que se visita, pois o bem-receber também é uma característica importante para a implementação do turismo. Dentro dessa linha, julga-se que a atividade turística como bem desenvolvida onde a cultura é valorizada, o

meio ambiente é preservado e a comunidade está envolvida no processo usufruindo dos benefícios, incluindo os lucros gerados.

Nessa perspectiva, há estudiosos (PAULA et al., 2016) que explicam que o turismo é composto por fases. Na fase de exploração, o turista chega ao local ainda pouco conhecido, o considera interessante, pitoresco, singular, rico em cultura e cheio de identidade própria. A partir daí vê seu potencial turístico. É a fase de descobertas, o primeiro contato entre a comunidade e o forasteiro. Nesta fase, a hospedagem é predominantemente familiar, um quartinho na casa de uma das famílias. A comunidade ainda não “sente” a presença dos visitantes, pois não interfere no seu dia-a-dia (PAULA et al., 2016).

Na segunda fase, a de envolvimento, parte da comunidade vê na atividade turística, busca fazer parte desse novo mercado local, produz comidas típicas, artesanato, entre outras coisas, visando os ganhos financeiros advindos dos turistas, mostram sua cultura para impressioná-los. Nesta fase, parte da comunidade observa no turismo uma fonte de renda fixa e muda seus hábitos cotidianos, buscando produzir para o turismo, e apenas para ele (PAULA et al., 2016).

Com o crescimento do destino turístico, ou seja, quando é visto a nível regional como polo turístico, inicia-se aí a fase de desenvolvimento. É nesta fase que a atividade deve ser planejada pelos responsáveis e principalmente pelo agente público regulador. Também surge a iniciativa privada levando infraestrutura e entretenimento, visando elevar a visitação no destino e gerar lucros para si. Pode-se dizer que é nesta fase que a comunidade pode ou não se manter inserida no turismo do local, se será envolvida, ou será segregada. Portanto, é nela que se deve ter atenção à comunidade, tanto o agente público quanto a iniciativa privada devem atentar-se em como suas ações irão atingi-la (PAULA et al., 2016).

Na sua consolidação, o destino tem alcance nacional e até mesmo internacional, é visto por todo o globo e há campanhas nacionais e internacionais incentivando sua visitação, a exemplo do Rio de Janeiro e dos Lençóis Maranhenses. É nesta etapa que o destino turístico se vende por si só e os outros agentes envolvidos estão ali apenas como reguladores ou como base de infraestrutura, a exemplo de Jericoacoara. Após consolidado, se bem organizado, o turismo na área poderá se manter por anos, sem declínios ou gerar impactos totalmente negativos para o local (PAULA et al., 2016).

No percurso, observa-se que o declínio, a 5ª fase, que segundo o autor (PAULA *et al.*, 2016), está inserido nas consequências negativas da comunidade, sendo elas sociais e ambientais. Para muitos, no que diz respeito à questão ambiental é a capacidade de carga, o mais frequentemente citado como princípio motivador da degradação ambiental, é o turismo de massa. Este por conter uma elevada movimentação de pessoas, é apontado como o “vilão” da atividade, o que, no geral, não é atrativo para a comunidade e que, ao longo das últimas décadas, tem sofrido certo preconceito, mesmo pelos turistas que buscam destinos menos “badalados”.

O turismo de massa pouco tem a ver com a quantidade, mas sim com a “qualidade” do visitante (PONATH; OLIVEIRA, 2019). Entretanto, ao se estudar o termo “democratização do turismo”, ou sua acessibilidade, enxerga-se certo preconceito velado, pois julga-se que a inserção dos mais pobres no turismo é o fator causador dos pontos negativos da atividade. Todavia, sabe-se que o nível de renda pouco tem a ver com a percepção e a conscientização (PONATH; OLIVEIRA, 2019), pois em um turismo bem elaborado tem-se o controle sobre os visitantes e suas atitudes. Dessa maneira, pode utilizar-se de palestras logo no início das visitas para alertar como devem ou não se comportar. Milano (2018, p. 553) ressalta que:

Normalmente cuando se habla de masificación, saturación turística u overtourism, estos términos parecen ser sinónimos y hacer referencia al volumen de visitantes. Si damos un salto a los estudios rurales, la terminología y la fenomenología de la actividad pesquera nos puede servir de ejemplo. Para referirnos a la sobreexplotación de la pesca y sus recursos nos referiríamos en castellano con el término de sobrepesca (em inglês fishing y overfishing). De la misma manera, cuando se alcanza la explotación excesiva de recursos y bienes comunes en un entorno turístico se podría utilizar la terminología sobreturismo (em inglês overtourism). Sin embargo, se suelen utilizar sinónimos tales como masificación, saturación o presión turística.

Como visto, a massificação turística, ou o “sobreturismo”, está relacionada ao uso excessivo dos recursos existentes na localidade, o que leva a se pensar sobre os estudos de capacidade de carga, ainda pouco utilizados na elaboração de projetos de cunho turístico. Tais estudos são importantes para reconhecer que cada localidade tem suas peculiaridades e tem seu limite diário de visitantes, pois, mesmo que fosse possível logisticamente, não se pode colocar a mesma quantidade de pessoas que a cidade de Paris recebe diariamente em uma aldeia na Amazônia. São ambientes e ecossistemas bem diferentes e os impactos gerados pela visita de pessoas atingem de forma singular cada uma dessas localidades, pois “o aumento da atividade

turística em atrativos naturais, no Brasil, não tem sido acompanhado dos estudos necessários para que estas atividades sejam desenvolvidas com o mínimo de impacto ambiental negativo” (BOGGIANI *et al.*, 2007, p.334).

Portanto, verifica-se a necessidade de o turismo se utilizar destes estudos em seu desenvolvimento e manutenção, pois sabe-se que a atividade turística pode ser degradante para o seu produto. Dessa forma, tem-se o estudo de capacidade de carga como relevante para o turismo, visto que a atividade poderá se desenvolver da melhor forma possível, gerando apenas os mínimos impactos negativos e, assim, manter o envolvimento com a comunidade receptora, evitando maiores conflitos. De acordo com Boggiani *et al.* (2007, p.335),

A capacidade de carga é definida o número de visitantes em determinado local num espaço de tempo específico, cujo cálculo é baseado em parâmetros e critérios embasados cientificamente de tal forma a manter a dinâmica ambiental do local visitado.

Dentro do exposto, vê-se o viés ambientalista dos estudos da capacidade de carga, de modo que seja de grande relevância sua aplicabilidade na atividade turística realizada em ambientes naturais. Desse modo, ao se desejar a produção de um projeto turístico em uma comunidade tradicional, em ambiente natural, como na vila de Algodual, se deve utilizar deste conceito científico, visando à preservação do local. Sendo assim, Oliveira (2004, p.4) expõe que:

São cada vez mais pertinentes as preocupações locais e globais com a qualidade do meio ambiente. As relações entre a atividade turística e o meio ambiente, seus impactos e efeitos no patrimônio natural e construído, assim como na sociedade, determinam a prosperidade da atividade turística e seu desenvolvimento sem danos.

Estudar a capacidade de carga de um provável destino turístico, ou de um destino em fase de desenvolvimento, demanda ter como base os possíveis danos ambientais causados pela atividade, bem como verificar se a simples presença humana pode ou não comprometer a beleza do local e sua preservação – a exemplo disso, tem-se as cavernas naturais protegidas por lei, que se tornam Parques Nacionais (PARNAs), nos quais existem belíssimos poços com águas cristalinas que um simples toque pode interferir no seu equilíbrio por um longo tempo. Além disso, têm-se os sítios arqueológicos com visitação controlada, por profissionais

capacitados, para evitar que a ação humana destrua as histórias dos primeiros habitantes do planeta.

Atualmente, é impensável que a atividade turística seja o principal motivador de degradação das regiões, devido ao fato de que há casos em que a atividade foi consolidada para a preservação dos locais, tendo em vista que “[...] as últimas décadas vêm testemunhando a consolidação da importância da sustentabilidade em turismo” (MACIEL *et al.*, 2008, p. 42).

Pensar no estudo da capacidade de carga no turismo é o mesmo que pensar em sua sustentabilidade, e isso não diz respeito apenas à sua manutenção. Ou seja, o turismo sustentável não é o turismo que não corre risco de declinar, falir. Sustentabilidade no turismo refere-se à atividade que consegue coexistir com o meio ambiente sem destruí-lo. Além disto, deve-se considerar a comunidade, pois o seu envolvimento poderá ter relevância na manutenção da atividade no local, uma vez que em comunidades tradicionais, sobretudo, existem poucos dados públicos, como a vila de Algodual. Logo, o conhecimento a respeito da região está guardado na memória de seus moradores. De acordo com isto, Maciel *et al.* (2008, p. 43-44) postulam que:

O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo, no entanto, um desenvolvimento inadequado da atividade, seja qual for o segmento considerado, pode causar sérios impactos nos patrimônios natural e cultural.

Entende-se assim que o turismo que gera impactos negativos poderá provocar percepções negativas dos moradores do lugar sobre essa atividade e mesmo sobre os turistas. Dessa forma, a identificação de efeitos que prejudiquem a população local, impactando em seus modos de vida e o meio ambiente demonstraria a gênese das transformações socioambientais. Dentre esses impactos, podemos destacar os relacionados no Quadro 4, que serão itens importantes a serem verificados na percepção dos moradores da vila de Algodual.

Quadro 4 – Possíveis danos causados pelo turismo

HIPOTETES DE DANOS

Nº 1 QUANTIDADE ELEVADA DE LIXO NA ILHA

- Nº 2 MIGRAÇÃO DOS MORADORES DA VILA PARA AS ÁREAS DE MANGUE
- Nº 3 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL
- Nº 4 DIMINUIÇÃO/FALTA DA ÁGUA POTÁVEL
- Nº 5 AUMENTO DO PREÇO DE PRODUTOS E SERVIÇOS
- Nº 6 AUMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO INFORMAL
- Nº 7 POLUIÇÃO SONORA
- Nº 8 PROSTITUIÇÃO
- Nº 9 DIMINUIÇÃO DOS RECURSOS ALIMENTÍCIOS
- Nº 10 AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- Nº 11 AUMENTO DA INFECÇÃO DE DOENÇAS
- Nº 12 VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
- Nº 13 AUMENTO DE ROUBOS E FURTOS
- Nº 14 ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE
- Nº 15 CHOQUE CULTURAL

Fonte: Elaborado por Ana Paula Morais (2020).

Aprofundando melhor o tema, cabe-se analisar tais danos de maneira mais específica, como a Nº6, que trata da informalidade do setor turístico nas regiões visitadas. No caso da vila de Algodual, grande parte dos estabelecimentos voltados à recepção e ao atendimento dos turistas atuam de maneira informal, não possuindo CNPJ, Cadastur, entre outros (PARÁ, 2017).

As hipóteses Nº 1, 3 e 4 tratam do impacto ambiental gerado pelo turismo de massas (principalmente), em que a livre circulação de um grande número de pessoas pode acarretar o despejo de lixo de forma irregular, gerando a poluição do solo e até mesmo das águas (BOGGIANI *et al.*, 2007).

As hipóteses Nº 5 e 10 tratam de alguns aspectos identificados em locais onde o turismo mostrou-se “dominante”, elevando os preços de produtos e serviços, como aluguéis, cesta básica, remédios e serviços de alimentação, nos quais o turismo trouxe outra realidade às pessoas envolvidas, mostrando a possibilidade de aumento nos ganhos devido ao aumento da circulação de capital na localidade (GARCÍA; ABAD, 2018).

Na hipótese Nº 15 tem-se o choque cultural. Para muitos estudiosos da área, o choque cultural provocado pelo turismo pode acarretar a mudança dos costumes das populações locais, como o interesse por acessórios eletrônicos em determinadas localidades onde até então tais equipamentos não eram conhecidos. Na troca de vivências proporcionada pelo turismo, portanto, o choque cultural pode acarretar na “globalização” de comunidades tradicionais (PONATH; OLIVEIRA, 2019).

Com o aumento da circulação de pessoas em determinadas localidades, ocorre proporcionalmente o crescimento do consumo de alimentos. Nestes casos, pode-se citar como exemplo determinadas comunidades que tiram da pesca e da agricultura seus mantimentos, mas que, com o crescimento do turismo, passam a explorar mais e mais o solo para o plantio e a pesca. Nessas ocasiões, fala-se em sobre a exploração de recursos e, em longo prazo, na sua escassez (MILANO, 2018).

Nessa direção, torna-se relevante a investigação de tais danos na vila de Algodual, a partir da percepção dos moradores a respeito de tais temas. Contudo, outras hipóteses de danos, como a migração de moradores, o aumento na criminalidade e a prostituição, foram percebidos por meio de visitas à vila e observações indiretas a respeito da opinião dos moradores sobre tais questões. Todavia, todas essas hipóteses precisam ser validadas por intermédio da pesquisa de campo a ser realizada.

Indubitavelmente, a atividade turística gera impactos. Assim, cabe aos seus planejadores avaliar quais serão os impactos negativos, a fim de se conter ou preveni-los. Nesse sentido, para “[...] prevenir os impactos causados pela atividade turística, é necessário elaborar um planejamento para o local” (MACIEL *et al.*, 2008, p. 44). No âmbito do turismo de massa, os impactos negativos se sobressaem, pois, mesmo com o fator econômico presente, as populações locais passam a combater a prática do turismo no seu local de moradia. Dessa forma, Milano (2018, p. 554) destaca:

[...] algunos elementos clave que aparecen en las denuncias y discursos contestatarios se describen a continuación:

- *Aumento de los precios de la vivienda (alquiler y compra por metro cuadrado);*
- *Congestión y privatización de los espacios públicos;*
- *Pérdida o disminución del poder adquisitivo de los residentes;*
- *Desequilibrios en el número de visitantes y residentes;*
- *Precarización y externalización del empleo en el sector turístico;*
- *Transformación del tejido comercial;*
- *Crecimiento de cruceristas y de turismo de cruceros*
- *Impacto ambiental, contaminación y generación de residuos.*

Desequilíbrio e exploração dos recursos naturais e do patrimônio construído, assim como a utilização de mão-de-obra externa, a alta dos preços no comércio local, incluindo aluguéis, subempregos, entre outros, são alguns dos principais pontos negativos apontados pelo turismo de massa. De fato, em comunidades tradicionais, dificilmente os mais altos cargos serão dados aos seus moradores, principalmente em regiões de baixo índice educacional. Cabe aos empreendedores enxergar esse déficit e buscar soluções, como cursos de capacitação para os habitantes e outras medidas mais.

Sabe-se que em locais de difícil acesso à educação, torna-se complexo o processo de inserção da comunidade na atividade turística, o que ao longo dos anos exige cada vez mais preparo dos seus desenvolvedores. Essa realidade leva a pensar em soluções para tal problema, observa-se que cursos profissionalizantes podem ser interessantes, mas dificilmente será uma solução duradoura. Portanto, valorizar a comunidade e suas peculiaridades mostra-se ainda mais relevante para a atividade turística, que pode se utilizar disso, como produto e atrativo do setor.

A relação entre o processo de turistificação é intrínseca, pois ao passo que o destino se consolida cada vez mais turístico, menos ele estará voltado para a comunidade que ali habita. Dessa maneira, cabe analisar qual é o real papel do turismo para as localidades e se a sua inserção será benéfica ou apenas irá degradar o destino. O turismo de massa pode ser, em alguns casos, extremamente degradante, mas existem diretrizes para a atividade, como Medaglia e Silveira (2010, p. 168) expõem:

- [...] chama-se a atenção para as metas apresentadas no Plano 2003-2007:
- (1) Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;
 - (2) Aumentar para nove milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
 - (3) Gerar oito bilhões de dólares em divisas;
 - (4) Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos voos domésticos; e,
 - (5) Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

Pelo exposto, nota-se que o intuito do governo brasileiro, a respeito do turismo de massa, é baseado no aspecto econômico da atividade, visando o crescimento do setor e, prioritariamente, dos lucros advindos dele. Pode-se observar nesse cenário um projeto de desenvolvimento turístico mal planejado, no qual o importante é gerar

lucro e todo o resto, preservação ambiental e valorização da comunidade local são ignorados pelo próprio órgão regulador da atividade.

5.7 TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Na ótica do tema de estudo, trazer questões que dispõe sobre os processos de transformações socioambientais na Amazônia, tem grande relevância. Ao passo que podemos vislumbrar nitidamente as mudanças ocorridas no contexto tempo-espço de um determinado lugar. No caso da inserção do turismo na região amazônica, tais transformações são imprescindíveis, visto o desenvolvimento que desencadeia a partir da ocorrência de um dado produto turístico, sendo este responsável por dinamizar economicamente a região, mas ao mesmo tempo provocar distorções relativas à perda da identidade cultural, degradação e destruição dos recursos naturais (CARNEIRO, 2012).

Quando o turismo avança de forma desordenada, em dada área, sem a presença e preocupação de um planejamento turísticos, abordagem conceitual já debatida no decorrer desse estudo, as transformações sociais tornam-se ainda mais evidentes mediante a alteração do modo de vida das comunidades (CARNEIRO, 2012). É possível observar a mudança nos hábitos e costumes dos moradores, novos conflitos permeiam o jogo do campo social, intensa modificação da dinâmica econômica e espacial do lugar. Sendo esses os principais elementos que podem ou não ser percebidos pelos agentes sociais oriundos do campo da prática do turismo.

Quanto aos processos de transformações ambientais, estes intervêm nos ecossistemas naturais, como a poluição de mares e rios, diminuição da biodiversidade vegetal e animal, ocupação de áreas vulneráveis por intermédio da construção de empreendimentos na faixa praial, sobre as dunas ou em cima de mangues e poluição sonora. Combater tais transformações para Leff (2001, p.121) “O recurso natural e a força de trabalho não são entes naturais existentes independentemente do social, mas são já o biológico determinado pelas condições de produção e reprodução de uma dada estrutura social”.

Diante do exposto, é possível observar que os efeitos das transformações ambientais são mais visíveis do que os efeitos das transformações sociais, entretanto, tais transformações não deixam de estar presentes no campo social que transpassa em determinado lugar, caracterizado nesse estudo como a ilha de algodoal.

6. TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA DE ALGODOAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES

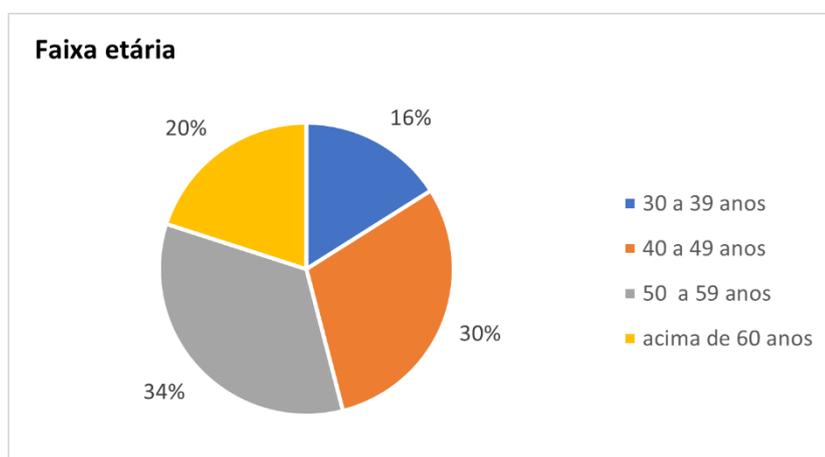
Diante da pesquisa em tela, podemos observar que a vila de algodual é composta por uma dinâmica social, ambiental e econômica em volta do turismo existente na região, tal dinâmica é responsável pelas transformações provenientes da relação homem x natureza. Com a pesquisa de campo ocorrida no período de Novembro e Dezembro de 2021, a partir do discurso oral e pesquisas quantitativas através de questionários e entrevistas, pode-se entender a percepção da comunidade local perante as transformações ao longo de 30 anos. A seguir, evidenciar-se-á os resultados que confrontaram as teorias por este trabalho utilizadas.

6.1 Analisando os resultados da pesquisa

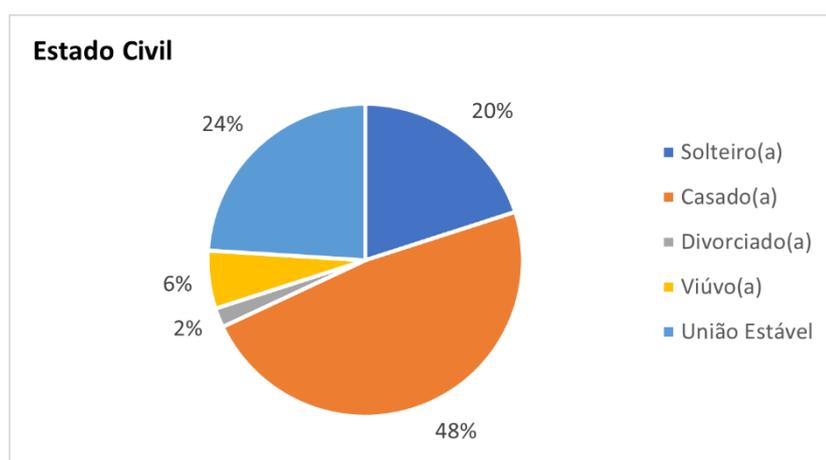
Após a realização de análise estatística, identificaram-se os percentuais de respostas, por item solicitado em cada questionário, no intuito de traçar o perfil socioeconômico dos respondentes da pesquisa. A Tabela 1 apresenta os percentuais de Gênero, Faixa Etária, Estado Civil, Cor, Escolaridade, Ocupação, Renda Familiar, Residência Própria e Município de Nascimento encontrados na amostra.

Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos residentes da Vila de Algodual

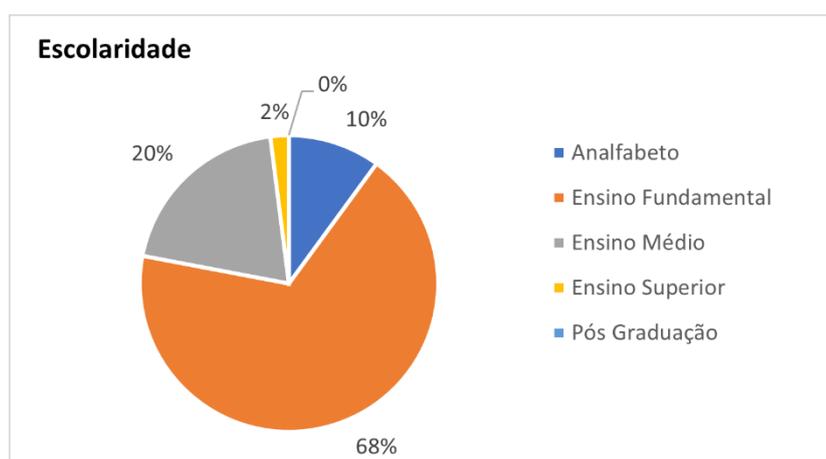
Idade	30 a 39 anos	16%
	40 a 49 anos	30%
	50 a 59 anos	34%
	Acima de 60 anos	20%



Estado Civil		
	Solteiro(a)	20%
	Casado(a)	48%
	Divorciado(a)	2%
	Viúvo(a)	6%
	Amigado(a) / União Estável	24%



Escolaridade		
	Analfabeto	10%
	Ensino Fundamental	68%
	Ensino Médio	20%
	Ensino Superior	2%
	Pós Graduação	0%



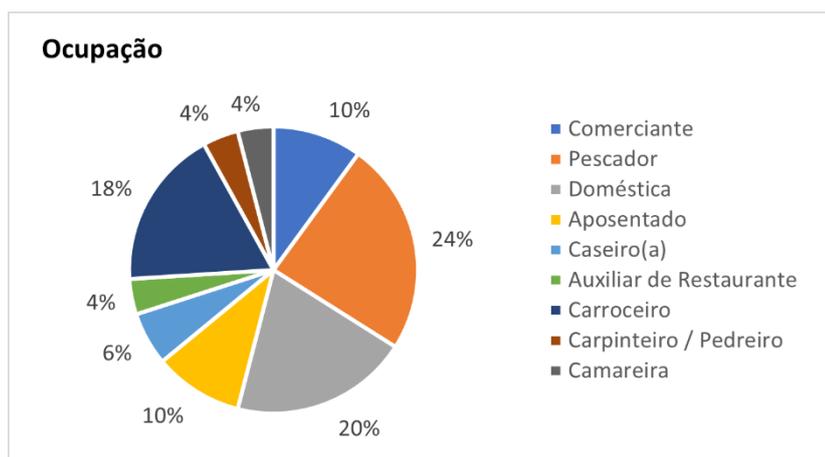
Fonte: Autora (2022)

A partir da apreciação desses dados, é possível verificar que 54% dos respondentes da pesquisa correspondem ao sexo feminino e 46% ao sexo masculino,

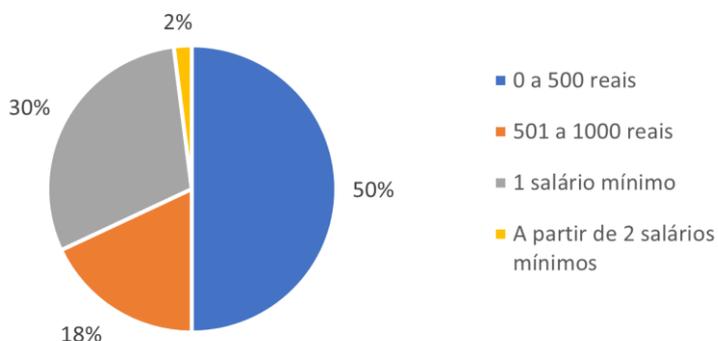
com idades entre 40 a 49 anos (30%) e 50 a 59 anos (34%). Em relação a Cor e Estado Civil, grande parcela se declarou pardo(a) (54%) e casado(a) (48%). Com relação a escolaridade, a maioria dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental (68%) e uma pequena parcela o ensino superior (2%).

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos residentes da Vila de Algodal

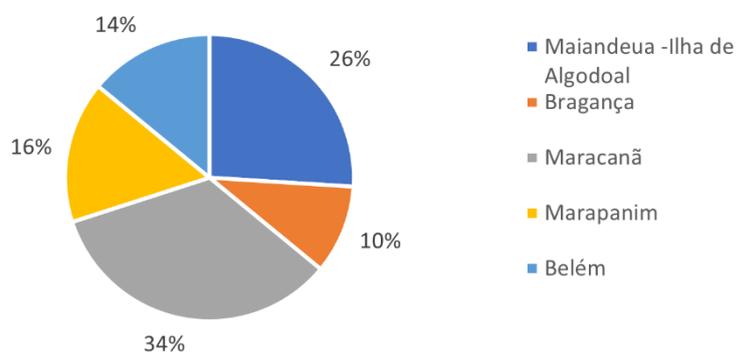
Ocupação	Comerciante	10%
	Pescador	24%
	Doméstica	20%
	Aposentado	10%
	Caseira	6%
	Auxiliar de Restaurante	4%
	Carroceiro	18%
	Carpinteiro / Pedreiro	4%
	Camareira	4%



Renda Familiar	0 a 500 reais	50%
	501 a 1000 reais	18%
	1 salário-mínimo	30%
	A partir de 2 salários-mínimos	2%

Renda Familiar**Município de Nascimento**

Maiandeuá - Ilha de Algodual	26%
Bragança	10%
Maracanã	34%
Marapanim	16%
Belém	14%

Município de Nascimento

Fonte: Autora (2022)

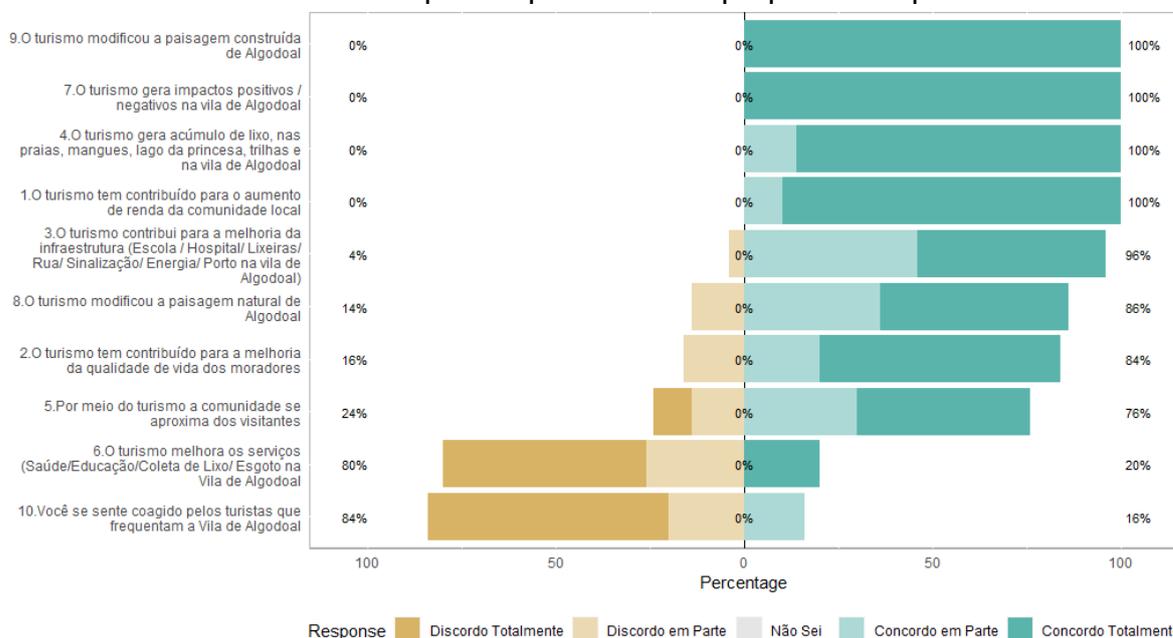
No que diz respeito à Renda Familiar, Ocupação, Residência Própria e Município de Nascimento, observa-se que a maior parte dos respondentes possui renda familiar inferior ao salário-mínimo, no intervalo de 0 a 500 reais (50%). Apenas 30% dos entrevistados apresentam renda compatível ao salário-mínimo, e 2% dos entrevistados, igual ou acima de 2 salários-mínimos. Dentre as ocupações mais frequentes, figuram o ofício de pescador (24%), doméstica (20%) e carroceiro (18%); e dentre as menos frequentes: auxiliar de restaurante (4%), carpinteiro/pedreiro (4%) e camareira (4%). A maior parcela dos moradores da ilha de Algodual afirmou ser

natural de Maracanã (34%) e da própria ilha (26%), possuindo residência própria (78%).

Para a análise da percepção dos residentes da Vila de Algodual em relação às transformações socioambientais decorrentes do turismo na região foram aplicados 50 questionários e realizadas 5 entrevistas, constituídas de 10 perguntas abertas, com os comunitários e presidentes de associações representantes de barqueiros, carroceiros, canoieiros, pescadores artesanais e hotéis, pousadas e restaurantes.

De início são apresentados, no gráfico a seguir, os percentuais para cada afirmação proposta nos questionários aplicados aos moradores locais, utilizando-se a escala Likert de 1(Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) e associando a mesma à escala Phrase completion 1 muito pouco e 5 muito grande, para a mensuração e exposição dos resultados, não deixando de esquecer que o ponto três da escala é um ponto neutro, em que o residente pode utilizar deste item por aversão a se expressar a respeito do tema abordado. O Gráfico 1 evidencia os dados referentes às respostas dos entrevistados.

Gráfico 1 – Percentuais de respostas por assertiva proposta no questionário



Fonte: Autora (2022)

Ao analisar os dados acima em relação a como os moradores percebem o turismo e seus impactos na ilha (assertiva de nº 7), verifica-se que a totalidade dos respondentes da pesquisa concorda que o turismo produz algum tipo de impacto

(positivo ou negativo) na vila de Algodual. Nesse sentido, foi solicitado aos entrevistados que mencionassem quais impactos são percebidos por eles, sendo citados: acúmulo de lixo, destruição do mangue, construções de casas em cima do mangue, aumento da renda, mais emprego e aumento do valor das casas (especulação imobiliária). Em conformidade ao que foi mencionado, a comunidade foi unânime ao concordar que o turismo modificou a paisagem construída de Algodual (assertiva de nº9).

Para a proposição nº 1, observa-se que a totalidade dos respondentes (100%) associa a atividade turística ao aumento de renda da comunidade local. No que concerne a afirmação nº 2, parcela dos respondentes (16%) não acredita que a qualidade de vida melhorou com o turismo, porém é consenso entre a maioria (84%) que o turismo contribua de modo positivo com esse aspecto social.

Em relação a infraestrutura e serviços públicos prestados (assertivas nº 3 e 6, respectivamente), houve concordância ao afirmar que o turismo contribui para a melhoria das condições de infraestrutura em relação a escolas, energia, ruas, lixeiras, portos e unidades de saúde, apenas 4% dos respondentes discordaram dessa afirmação. No entanto, em relação aos serviços públicos prestados, a maioria dos respondentes (80%) discorda que o turismo contribua com a melhoria dos serviços de coleta de lixo, esgoto, saúde e educação.

Acerca da questão ambiental (assertivas de nº4 e 8), percebe-se que na percepção dos residentes da ilha, problemas ambientais como acúmulo de lixo e modificação da paisagem natural estão relacionados ao turismo: 100% dos respondentes concordam totalmente que o turismo gera acúmulo de lixo nas praias, mangues, lagos e trilhas; e 86% concordam que o turismo modificou a paisagem natural de algodual.

Questionou-se também como o residente local se sente em relação aos turistas (assertivas de nº 5 e 10), com base nas respostas da proposição 5, nota-se que a comunidade percebe o turismo como meio de aproximação dos visitantes. Quanto a assertiva nº10, é possível inferir que os moradores da ilha não se sentem coagidos pelos turistas, uma vez que, a maioria discorda totalmente (64%) ou em parte (20%) da afirmação proposta.

Com relação aos resultados extraídos das entrevistas aplicadas aos líderes comunitários locais, foram elaborados quadros para cada questão e suas respectivas respostas separadas em: respondente 1 (Canoeiro - R1), respondente 2 (Barqueiro -

R2), respondente 3 (Carroceiro - R3), respondente 4 (Pescador Artesanal - R4) e respondente 5 (Hoteleiro - R5).

No que se refere à Questão nº 1 (Quadro 5), quando interrogados sobre a influência do turismo em sua renda, 4 entrevistados responderam afirmativamente à questão, expressando a importância da atividade para o aumento da sua renda. Apenas a resposta de um líder comunitário (pescador artesanal) foi diferente, expondo que o turismo não contribui de forma acentuada para a sua renda.

Quadro 5 – Percepção acerca da relação Turismo x Renda

1. O turismo contribui para a sua renda?

R1: Sim, quando tem turista a gente fica feliz porque vai ganhar nosso trocado

R2: Sim, muito

R3: Eu vivo disso

R4: Não muito

R5: Sim e muito

Quanto à Questão n. 2 (Quadro 6), percebe-se que 3 respondentes confirmam a existência de preconceito por parte da comunidade em relação aos turistas e relatam o barulho, brigas e descarte inadequado de resíduos sólidos como causas. Na percepção do respondente 4 os turistas “vêm pra avacalhar a ilha”. No entanto, houve duas respostas negativas, uma associando a atividade turística ao ganho de renda (R2), e outra, ao temperamento calmo dos moradores da região (R5).

Quadro 6 - Relação Comunidade x Turistas

2. Você percebe algum tipo de preconceito que a comunidade tem com os visitantes da ilha?

R1: Sim, os turistas são muito barulhento

R2: Não vejo não, nós gostamos, se não tem turista na vila, não tem dinheiro

R3: Sim, com alguns porque eles vêm com má intenção de brigar, de jogar lixo, de fazer algazarra na ilha, os idosos não, mas principalmente os jovens

R4: Sim porque eles vêm para avacalhar a ilha

R5: Não, o povo aqui é muito calmo

Fonte: Autora (2021).

Ao ser questionados sobre conflitos entre residentes e visitantes (Quadro 7), observa-se que a maior parcela dos entrevistados não vê a questão do conflito como

algo frequente, relatando o uso de bebidas alcoólicas como principal causa de brigas. Para o respondente 4 ocorre conflito, uma vez que, os turistas “querem jogar lixo, (...), querem ouvir música alta, eles vêm para bagunçar, beber, as vezes roubar e brigar”.

Quadro 7 – Percepção sobre os conflitos envolvendo moradores e visitantes

3. Na sua opinião há conflito entre os moradores e visitantes na vila de Algodual?

R1: Às vezes, pois os visitantes vêm para avacalhar com a ilha e os moradores não gostam

R2: Só quando tem briga, porque alguns bebem muito e acaba saindo briga, mas o povo daqui não é muito de se envolver não.

R3: Na maioria das vez não, quando tem briga é por causa de bebida

R4: Sim, porque eles querem jogar lixo e a gente fala que não é pra jogar lixo, eles querem ouvir música alta, eles vêm para bagunçar, beber, as vezes roubar e brigar

R5: Na maioria das vezes não, mas eu já vi sair uma briga por causa de mulher

Fonte: Autora (2021)

Ao analisar a Questão 4 (Quadro 8) relacionada a como os líderes comunitários se sentem em relação aos turistas, é possível identificar que a maioria não se sente constrangido pelos turistas que frequentam a Vila de Algodual. Contudo, houve uma resposta em discordância, onde foram relatados o roubo e a violência como formas de coação.

Quadro 8 – Percepção dos entrevistados acerca de formas de coação pelos turistas

4. Você se sente coagido pelos turistas que frequentam a Vila de Algodual?

R1: Às vezes, porque com eles vem o roubo e a violência, antes não era assim, mas ultimamente está ficando perigoso.

R2: Não.

R3: Eu não

R4: Não, porque eu sou mais brabo que eles.

R5: Não

Fonte: Autora (2021)

Quanto a questão 5 (Quadro 9), verifica-se que 4 dos 5 respondentes relataram possuir dificuldades financeiras quando não há atividade turística na vila de Algodual, destacando a recente pandemia de coronavírus como um agravante para o impedimento do exercício de suas ocupações. Nas palavras do respondente 3 (carroceiro) “(...) na pandemia foi muito difícil porque a gente não tinha dinheiro nem

para a ração dos cavalos. A ilha fechou, não podia entrar turista, precisamos de ajuda para arrecadação de alimentos.”

Quadro 9 – Influência do turismo na renda dos respondentes

5. Você sente dificuldade quando não ocorre o turismo na Vila de Algodual?

R1: Sim, principalmente agora na pandemia que a ilha ficou fechada. Foi difícil pra nós porque não teve turismo, aqui a gente vive com pouco.

R2: Sim, porque sem turista sem dinheiro, e o povo daqui que a gente transporta paga mais barato e o combustível tá caro demais.

R3: Sim, porque eu vivo disso, na pandemia foi muito difícil porque a gente não tinha dinheiro nem para a ração dos cavalos. A ilha fechou, não podia entrar turista, precisamos de ajuda para arrecadação de alimentos.

R4: Não, porque eu tenho um terreno pra apicultura e também pesco, planto.

R5: Sim, porque quanto mais gente melhor.

Fonte: Autora (2021)

Quando interrogados sobre a questão dos resíduos sólidos (Quadro 10), os respondentes deixam claro que a prefeitura realiza a coleta de forma regular, evitando o acúmulo de lixo no local. No entanto, relatam que esse problema ocorre com frequência durante as altas temporadas, época de grande quantidade de turistas na ilha, visto que, a prefeitura não possui capacidade para atender a elevada demanda.

Quadro 10 – Questão dos resíduos sólidos na Vila de Algodual

6. O acúmulo de lixo na Vila é uma ação corriqueira?

R1: Não, só nas férias e feriados porque a prefeitura não dá conta de todo o trabalho.

R2: Não.

R3: Não, geralmente a prefeitura de maracanã passa para fazer a coleta de lixo.

R4: Só na época que tem muito turista, quando não tem fica assim como a senhora tá vendo, tudo limpinho porque a prefeitura faz a sua parte, agora quando é época de feriado é complicado porque vem muita gente e os catadores não dão conta do serviço.

R5: A prefeitura ajuda bastante e não deixa acumular, acumula geralmente quando tem muita gente na ilha.

Fonte: Autora (2021)

No que diz respeito a pergunta de número 7, primeiramente, fez-se necessário subdividi-la em 7a, 7b e 7c (Quadro 11), a fim de contemplar todas as categorias de profissionais entrevistados, pois com esta questão, buscou-se analisar a influência do

turismo nas ocupações desenvolvidas pelos comunitários. Em relação a questão 7a aplicada aos canoieiros, barqueiros e carroceiros, identifica-se que a totalidade dos entrevistados se utiliza de recursos pesqueiros para sobreviver quando não há fluxo de turistas na ilha. Além disso, citaram-se a caça, a carpintaria e os serviços de alvenaria como alternativas às suas ocupações. Para o item 7b direcionado ao profissional do ramo de hotelaria, obteve-se que o ramo sofre interferência em consequência de a atividade ser exercida de maneira indevida, dado que, nas palavras do respondente “o pessoal quer fazer de qualquer jeito, nas suas próprias casas”. No questionamento 7c, dirigido ao líder comunitário que tem como ocupação a pesca artesanal, perguntou-se a respeito da disponibilidade de recursos pesqueiros, quando há aumento do fluxo turístico na região. Com base na resposta, fica evidente que o entrevistado considera que há diminuição dos recursos da pesca, pois este afirma que os visitantes praticam a atividade da pesca, em suas palavras: “o pessoal vem de fora pegar aqui, daí não tem”.

Quadro 11- Atividades alternativas realizadas pelos associados na ausência de turistas

7a. Qual a atividade dos Canoieiros / Barqueiros / Carroceiros quando não tem fluxo de turistas?
R1: A gente pesca e caça pra sobreviver.
R2: A gente faz de tudo um pouco, trabalha como pedreiro, carpinteiro, vai pro mangue pegar caranguejo a gente se vira.
R3: Eu sobrevivo da carroça, mas quando não tem eu vou pra pesca.
7b. A construção indevida de pousadas, hotéis e restaurantes interferem na atividade?
R5: Sim, porque o pessoal quer fazer de qualquer jeito, nas suas próprias casas.
7c. Existe a diminuição dos recursos da pesca por conta do fluxo turístico existente na região?
R4: Sim, muito, o pessoal vem de fora pegar aqui, daí não tem.

Fonte: Autora (2021).

A questão seguinte diz respeito as transformações ocorridas na ilha ao longo de 30 anos (Quadro 12), verifica-se que os entrevistados percebem mudanças tanto no ambiente natural quanto no construído. Referem a construção de casas (R1, R2 e R4), pousadas (R2), mudanças no mangue (R2 e R4), dunas e mar (R4). Apenas um comunitário não soube responder (R5). Outrossim, é interessante notar que um dos

respondentes (R1), mencionou o aumento da ilha e a fuga dos grandes centros urbanos para o interior, aumentando a população do local.

Quadro 12 – Transformações percebidas pelos presidentes de associações

8. Quais mudanças você consegue identificar ao longo de 30 anos na Ilha de Algodual?

R1: São várias, as casas estão diferentes, a ilha aumentou, tem mais gente morando por aqui, o pessoal saturou da cidade e agora tão voltando pra cá.

R2: O mangue não é mais o mesmo, eu sei disso porque quando não tem trabalho no barco eu vou pro mangue, tem também as construções, hoje tem um monte de pousada bonita na vila, e casa também antes eram poucas, até dos próprios moradores.

R3: Muitas mudanças principalmente a paisagem que mudou muito ao longo dos anos.

R4: Muitas mudanças, casas melhores, a vida do pessoal aqui mudou muito, o mangue não é mais o mesmo, as dunas não são mais a mesma, até o mar mudou tá mais brabo.

R5: Não soube responder

Fonte: Autora (2021).

Outro aspecto analisado está relacionado a satisfação dos líderes comunitários em relação a Vila de Algodual (Quadro 12). Quando perguntados se mudariam algo na ilha, dois deles (R2 e R5) relataram que realizariam investimentos nos setores da educação e saúde na ilha. O respondente 3 revelou que atrairia mais turistas para a localidade no intuito de aumentar a renda da população que desempenha atividades influenciadas pelo turismo. E ainda, dois responderam que não alterariam nada na ilha.

Quadro 13 - Satisfação dos líderes comunitários em relação a Vila de Algodual

9. O que você mudaria na Vila de Algodual?

R1: Nada, gosto dela do jeito que ela é.

R2: Deveria ter mais recursos, mais vacina o posto só tem médico as vezes.

R3: Atrairia mais turistas para a gente ganhar mais dinheiro

R4: Não tem nada o que mudar não, ela é linda do jeito que ela é

R5: Melhoraria a educação e saúde e investiria mais

Fonte: Autora (2021).

No que diz respeito a motivação dos entrevistados a se tornarem presidentes de Associação, obtiveram-se respostas diversas, evidenciando qualidades como a capacidade de comunicação, dedicação e experiência como pode ser observado no Quadro 13 a seguir.

Quadro 14 – Motivação dos respondentes para se tornarem presidentes de associação

10. O que lhe levou a ser presidente(a) da Associação?

R1: Ah, o pessoal gosta de mim porque sou muito falante, quando fazemos reunião eu sempre falo ai votaram em mim.

R2: Me escolheram, porque eu me mexo pelo pessoal aqui.

R3: Porque eu sou do povo.

R4: Porque eu sou um velho experiente, mas não ganho nada com isso.

R5: Porque eu gosto de participar

Fonte: Autora (2021).

A partir da análise dos dados correspondentes ao Perfil Socioeconômico dos atores do campo da pesquisa, verifica-se que há pequena discrepância no quantitativo de homens e mulheres, sendo em sua maioria indivíduos de meia-idade (40 a 59 anos) com baixo grau de escolaridade, residência própria e nascidos no município de Maracanã.

As principais atividades desempenhadas por estes atores sociais são: pesca, serviços domésticos e carroceria, esta última diretamente relacionada ao turismo na região. Ocupações relacionadas a atividade turística são pouco expressivas, tais como, camareira e auxiliar de restaurante, um indicativo de que em épocas de alta temporada, as vagas abertas para estes postos são preenchidas por pessoas de fora da vila de Algodal, possivelmente com maior qualificação profissional. É importante frisar, que grande parte desses atores são mal remunerados e sobrevivem com menos de um salário-mínimo, evidenciando uma situação de precarização das relações de trabalho.

Nesse sentido, com base na teoria sociológica dos campos sociais de Pierre Bourdieu (1983), este estudo busca compreender a percepção dos residentes da Vila de Algodal acerca das transformações socioambientais por eles vivenciadas em decorrência do desenvolvimento do turismo na região. Para tanto, é necessário entender que, o campo da prática do turismo se apresenta como um espaço estruturado em que se travam disputas entre os agentes sociais dotados de *habitus* que orientam as suas ações e relações dentro deste espaço. O *habitus*, de acordo com Pimentel (2020), diz respeito a classe e subclasse em que o agente se posiciona, o que é uma predisposição para agir de acordo com o que ele assimilou ao longo de seu processo de aprendizagem, vide figura 11 a 15 evidências da pesquisa de campo.

Figura 12: Bilheteria de passagens cooperativa de barqueiros, Climam.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Figura 13: Porto fluvial de desembarque de barcos, destruído devido a ação da maré



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Figura 14: Casas no bairro Camambá construídas em cima do mangue



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Figura 15: Trabalhadores da prefeitura recolhendo o lixo da ilha



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

A análise dos resultados obtidos com esta pesquisa, permite verificar que os agentes sociais (comunitários e associações) inseridos no campo da prática do turismo possuem a percepção de que a atividade turística pode impactar de forma positiva e/ou negativa o campo social em que estão inseridos, conforme corroboram Figueiredo e Nobrega (2015, p. 14)

Os elementos do campo turístico tangenciam as percepções do fenômeno e da atividade turística em redes, sistemas, cadeias, mas acima de tudo, percebe seus agentes em disputa, em campos opostos, em estratégias de acúmulo de capitais para alicerçar suas posições vencedoras e capazes de garantir reprodução.

O processo turístico em desenvolvimento na ilha ocasiona mudanças sentidas por esses agentes no aspecto social, econômico, espacial, ambiental e cultural. Os dados coletados durante a aplicação dos questionários e entrevistas fornecem evidências acerca dessas transformações vivenciadas pela comunidade.

É possível verificar que, na visão dos comunitários, o turismo é uma fonte de emprego e renda, constituindo-se esse aspecto como principal motivador para a receptividade de visitantes e o desenvolvimento da atividade turística na região. Para os presidentes das associações, à exceção do pescador artesanal, o turismo é sua principal fonte de renda, uma vez que, suas ocupações dependem sobretudo do deslocamento de pessoas. Sendo assim, quando o fluxo de turistas na região é baixo, a renda desses atores sociais é comprometida e estes desempenham outros tipos de atividades, principalmente a pesca, que ainda se configura como a principal atividade econômica do local.

Para os moradores da vila de Algodual (comunitários), a atividade turística também ocasionou benefícios em relação as condições de infraestrutura do lugar, que até o ano de 2005, não possuía energia elétrica, por exemplo. Esse recurso não só possibilitou o desenvolvimento da atividade turística na região, mas também propiciou maior conforto a comunidade estabelecida na ilha. Desse modo, estes agentes apontam para certa melhoria na qualidade de vida em decorrência dos benefícios ocasionados pelo turismo à comunidade. No entanto, muitos não percebem melhorias na qualidade dos serviços públicos prestados, tais como coleta de lixo, saneamento básico, saúde e educação. Logo, pode-se inferir que, o atendimento das necessidades básicas dos agentes sociais inseridos no campo da prática do turismo é influenciado também pelos campos político e econômico que definem a destinação de recursos e investimentos, conforme pontua Bourdieu (2010, p. 244),

O campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente).

Além disso, observa-se que os agentes sociais percebem as mudanças decorrentes da atividade turística, tanto no ambiente construído, quanto no ambiente natural da Vila de Algodual. Dentre essas mudanças, são citadas a construção de casas e pousadas, o aumento populacional, a degradação do mangue e a valorização de imóveis no local. Com o crescimento do turismo, muitos territórios localizados

próximos as praias e com acesso a áreas com maior infraestrutura passam a ser valorizados e ocupados majoritariamente por veranistas, alterando a configuração socioespacial da região, isso se dá ao fato da percepção cognitiva do indivíduo, que conforme Tuan explica “A percepção também integra atitudes estabelecidas, por meio da experiência cotidiana, isto é, o contato com o mundo” (TUAN, p. 25, 1980). Os efeitos dessa expansão podem ser sentidos pela população local, que acaba por ocupar residências mais afastadas, muitas vezes em locais impróprios para estabelecer moradia. Em estudo realizado por Costa e Fonseca (2019) em São Miguel do Gostoso – RN, constatou-se que devido à expansão do turismo e investimentos no setor, a região passou de um vilarejo habitado prioritariamente por pescadores e agricultores à uma das mais importantes destinações turísticas do estado do Rio Grande do Norte.

Essa relação de poder estabelecida dentro do campo da prática do turismo, tende a marginalizar os agentes sociais com menor capital econômico, social, cultural e simbólico para áreas de menor prestígio, como vem ocorrendo na Vila de Algodual, onde atores sociais com maior capital, geralmente turistas, ocupam posições de maior conforto e poder em relação aos comunitários e associados residentes na ilha.

Apesar disso, os comunitários não se sentem coagidos ou ameaçados pelos turistas e acreditam ser o turismo um meio de aproximação dos visitantes. No entanto, o roubo e a violência trazidos com a prática do turismo foram mencionados pela minoria dos associados como formas de coação à comunidade. Estes dados revelam que dentro desse campo social, práticas coercitivas são pouco frequentes ou percebidas pelos residentes da Vila de Algodual. Cada agente social inserido no campo da prática do turismo possui um interesse especial que converge para a continuidade deste campo. Os comunitários percebem as melhorias advindas da atividade turística no que diz respeito a infraestrutura e melhoria da qualidade de vida, enquanto os indivíduos pertencentes as associações possuem interesse em garantir seu emprego e aumentar sua renda e os turistas têm a intenção de aproveitar o local para usufruto de seu lazer. As relações desses atores sociais se sustentam a medida em que contribuem para o alcance de seus objetivos e interesses dentro desse campo. Isto explica o porquê de os agentes sociais residentes na Vila de Algodual não se sentirem coagidos, ou mesmo, perceber o turismo como meio de aproximação dos turistas.

Os presidentes de associações, relatam existir preconceito por parte da comunidade para com os turistas. Com base nos resultados obtidos, torna-se claro que o modo de diversão dos visitantes não agrada aos residentes do local, principalmente devido ao alto volume sonoro provocado pelos veranistas; outras problemáticas citadas se referem às confusões e ao descarte incorreto de lixo. Desse modo, é notório que o *habitus* dos agentes sociais residentes na ilha, sejam esses comunitários ou presidentes de associações, divergem do *habitus* dos turistas. Dentro de seus espaços cada um percebe e pratica o lazer da forma a que foi condicionado durante suas experiências de vida. Para o turista, o lazer está relacionado ao consumo de bebidas alcoólicas e poluição sonora, algo visto como natural dentro de seu convívio. Para o residente local, estas práticas causam desconforto e criam a noção de que os turistas visitam a ilha no intuito de depreciá-la, o modo como estes aproveitam o lazer é visto como desrespeitoso, gerando um choque de cultura entre estes e a comunidade, conforme citam Figueiredo e Nobrega (2015, p. 14) “Os agentes em campo são representados pelos turistas e pelas comunidades receptoras, protagonistas do drama social”.

Mesmo diante dessa relação entre turistas e residentes, o envolvimento de moradores em conflitos não é relatado como algo frequente, percebe-se que, para os agentes sociais ligados às associações, a noção de conflito está principalmente associada ao confronto físico. Nesse sentido, o uso abusivo de bebidas alcoólicas por parte dos visitantes foi relatado como catalisador para o surgimento de confrontos. Os líderes de associações também possuem a noção de que o *habitus* dos visitantes desencadeia alguns conflitos entre estes e os residentes da Vila de Algodoal. Porém, há também evidências de que os agentes sociais, cujas rendas dependem da atividade turística, possuem a ideia de que, sendo esta, um meio para obter ganhos pessoais e coletivos, não há razão para a ocorrência de preconceito em relação aos turistas.

No que concerne aos impactos ambientais decorrentes do turismo percebidos pelos comunitários e associados, a questão da destinação dos resíduos sólidos é comumente mencionada, bem como o seu acúmulo nas praias, mangues, lagos e trilhas. Este fato é visível nos períodos em que há aumento na quantidade de turistas que frequentam a ilha. De acordo com os presidentes de associações, o poder público não possui capacidade para atender a elevada demanda durante os períodos de alta temporada, porém, geralmente, a coleta de resíduos é realizada regularmente sem

gerar grandes volumes no ambiente. É possível identificar na literatura utilizada na pesquisa, quanto a percepção dos residentes em relação a tais impactos no discurso de Dickmann (2016, p. 11) em que afirma “Ninguém conhece melhor a nossa comunidade que os moradores mais antigos, primeiros habitantes dos nossos bairros”

Nesse sentido, a sensibilização ambiental por parte dos visitantes também se faz necessária, posto que, o descarte inadequado de resíduos pode ocasionar inúmeros prejuízos ao ambiente natural, tais como a poluição e contaminação do ar, dos recursos hídricos e do solo, afetando a comunidade local, a flora e a fauna que constituem o ecossistema da ilha.

Outro impacto ambiental mencionado pela comunidade, diz respeito a ocupação e degradação do mangue, que vêm sofrendo com a construção indevida de casas, acarretando a supressão deste ambiente. O manguezal é um ecossistema costeiro do qual, muitas comunidades tradicionais (indígenas e de pescadores), tiram parte do seu sustento, são ambientes bastante frágeis e vulneráveis (GOMES, 2020). Sendo este, um ecossistema sensível, construções indevidas de moradias nesses locais podem causar grande desequilíbrio ecológico ao manguezal, dado que, a presença humana, em geral, ocasiona degradação espacial, seja por alterações físicas da área através de edificações, seja pela geração de resíduos sólidos e efluentes domésticos após a ocupação (BOTELHO; VALLEJO, 2006).

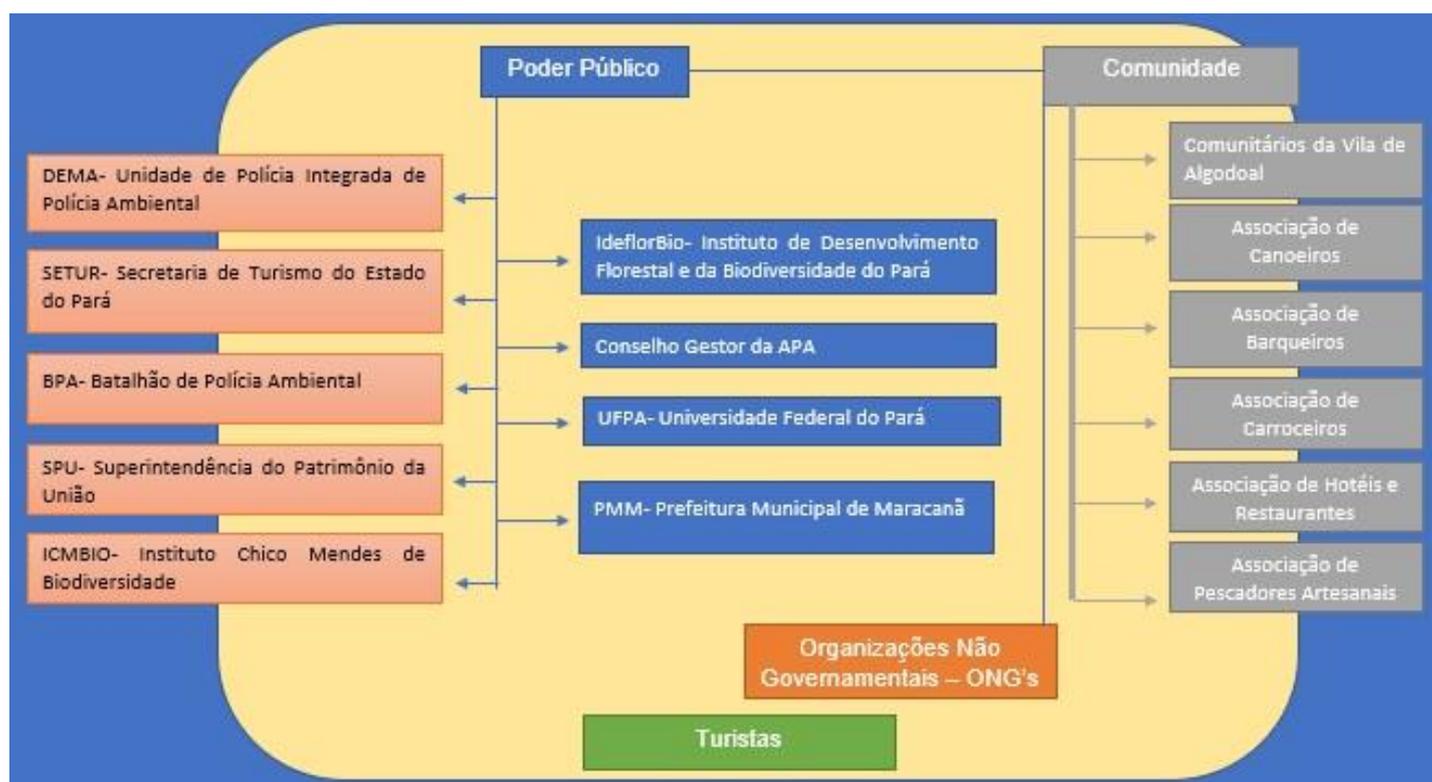
Além disso, a diminuição de recursos pesqueiros também é citada pelo presidente de associação da pesca como um impacto nocivo causado pelo fluxo turístico na região. Este ator social relata que as pessoas “de fora” pegam esses recursos diminuindo a oferta de produtos da pesca, o que prejudica quem desses necessita para viver. Outro fato relatado é a construção de casas e pousadas indevidas para suprir a elevada demanda turística nos períodos de alta temporada. Esses serviços muitas vezes realizados sem planejamento comprometem a atividade dos agentes que os prestam dentro das normas.

A percepção dos presidentes de associações em relação a ilha de Algodoal é a de que esta necessita de mudanças nas áreas da educação, saúde e turismo. Dentro do campo da prática do turismo, o interesse econômico se constitui como o principal motivador para que estes agentes sociais aspirem investimentos para o desenvolvimento deste setor na região. Trabalhos como “A Percepção ambiental em comunidades tradicionais: um estudo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil” mostram que:

As populações possuem alta percepção sobre as influências dos resíduos sólidos no seu dia a dia, porém a pouca assistência governamental e a falta de um programa de gerenciamento desses resíduos não permitem com que estes lancem mão de estratégias eficazes no seu destino adequado (ASSIS, p. 7, 2020)

De igual teor, é o que menciona nessa pesquisa o líder da associação de carroceiros quando em sua fala diz que: “O lixo durante as férias é o principal defeito da ilha, hoje eu sou líder dos carroceiros, mas quando eu for vereador isso vai acabar, é por isso que gosto de me envolver com o povo temos que resolver isso que acontece a muitos anos”. Diante do exposto, pude identificar como pesquisadora a relação de interesse entre os atores do campo. Abaixo na figura 16, a dinâmica das relações observadas a partir da pesquisa de campo entre os atores sociais no campo da prática do turismo.

Figura 16: Dinâmica das relações sociais do campo da prática do turismo



Fonte: Autora, 2022.

Na pesquisa de campo foi possível compreender também a dinâmica das relações existente entre os atores no campo da prática do turismo, e mediante a figura acima, percebe-se que todos estão interligados, menos os turistas, que apesar de fazerem parte da trama social, são os que menos se relacionam com tal dinâmica,

mas fazem parte dos conflitos. Esses conflitos, principalmente os que ocorrem com agentes diferentes do campo social estudado, podem derivar das diferenças nas maneiras de racionalizar a vida que os agentes em conflito possuem, e que geram interesses diferentes.

6.2 EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Considerando os resultados apresentados ao longo deste estudo, é possível identificar que dentro do âmbito social ocorreram mudanças na estrutura populacional e ocupacional da região, introduzindo novos postos de trabalho, porém sem alterar a principal atividade econômica desenvolvida pelos agentes sociais inseridos neste cenário. Podemos facilmente identificar como um dos efeitos negativos do objeto de estudo, a percepção dos moradores mediante o processo de ocupação da ilha em locais inapropriados, o jogo de disputas entre os atores do campo da prática do turismo, algumas ineficiências por parte do setor público como a falta de investimentos e infraestrutura básica, os danos que o turismo massivo causa sem um devido planejamento, já evidenciados nesta dissertação.

Os itens do quadro 04 podem ser validados ao decorrer da pesquisa em tela, quando mencionados, sobretudo nas respostas dos representantes das associações e comunitários, estando alguns diretamente ligados ao campo da prática do turismo na vila de Algodual. Contudo, não se pode negar a importância deste campo para a melhoria de ações dos atores envolvidos, observando assim os efeitos positivos do objeto de estudo, dentre eles podemos citar a criação e instituição há 32 anos da APA Algodual-Maiandeuá, hoje uma política pública nacional de turismo para a Amazônia Legal, e a criação do Plano de Desenvolvimento ecoturístico da APA Algodual-Maiandeuá que deu direcionamento para as práticas turísticas na região.

Alguns projetos já foram executados pela Prefeitura Municipal de Maracanã, Ideflorbio e Governo do Estado do Pará e ONGS, como a capacitação de condutor de trilhas e caminhadas, oficinas de descarte consciente e a reciclagem de resíduos na ilha, cursos de educação ambiental, realizados para a comunidade e seus representantes. Podemos citar também como ponto positivo o projeto de construção do porto fluvial de Algodual que está em andamento devido a deterioração do último, visto a ação da natureza cada vez mais evidente ao passar dos anos. As transformações socioambientais foram identificadas e sentidas ao longo desses 30

anos pela comunidade em suas diversas falas já mencionadas ao longo do trabalho em tela.

Evidencia-se nessa dissertação os efeitos negativos sentidos pela comunidade em seu local de fala, citados aqui como a destruição do mangue, poluição visual e sonora, acúmulo de lixo em alguns momentos do ano, destruição da fauna e da flora, construções indevidas e de grande porte, desmatamento das áreas e conseqüentemente diminuição dos recursos naturais. Além disso, destaque-se o choque cultural que a comunidade sofre a partir das trocas entre o visitante e o visitado.

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila de Algodual é um destino consolidado de fluxo turístico no estado do Pará com enorme beleza natural e características que a tornam singular, e por se tratar de uma Área de Preservação Ambiental, o planejamento do turismo é essencial, haja vista que, as transformações socioambientais geradas nessa região podem comprometer a preservação e conservação da flora, fauna e comunidades tradicionais inseridas no bioma Amazônia.

Diante disso, esta pesquisa buscou analisar as transformações socioambientais decorrentes do turismo na Vila de Algodual nos últimos 30 anos, a partir da percepção de seus residentes, o que representa uma visão importante e inovadora para a pesquisa na área em questão, pois não são encontrados trabalhos abordando especifica e exclusivamente a compreensão da comunidade local perante os efeitos da atividade turística na região amazônica.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas: pesquisas bibliográficas e documentais para o desenvolvimento do arcabouço teórico e conceitual; e questionários e entrevistas para a coleta de dados em campo no intuito de obter maior qualidade para a análise da amostra. Ressalta-se que durante esse processo, algumas limitações permearam a pesquisa, dentre elas: a impossibilidade de acesso à região por um longo período devido a pandemia de coronavírus; a recusa de parcela dos comunitários em participar da pesquisa, reduzindo o número de respondentes na amostra; a dificuldade de contato com os responsáveis que atuam na prefeitura para o acesso a dados de programas e projetos voltados para a vila que seriam de grande

interesse e valor para este estudo. No entanto, cabe destacar que a metodologia aplicada supriu os objetivos aqui propostos.

A vila de Algodual possui um expressivo potencial turístico e, por esta razão, observa-se muitas mudanças de ordem social e ambiental no local, tanto negativas quanto positivas. Nesse sentido, têm-se como impactos negativos: a degradação ambiental, conflitos entre turistas e comunidade, a precarização do trabalho e a especulação imobiliária. Contudo, também é possível notar efeitos positivos como o aumento do emprego e da renda e melhorias na infraestrutura local e qualidade de vida. A partir da análise dessas transformações, pode-se verificar que muitas desses efeitos negativos resultam da ausência de projetos de desenvolvimento turístico adequados. Os poucos projetos citados neste trabalho são insuficientes para a promoção de um turismo que proporcione a valorização cultural, a conservação do meio ambiente, a sensibilização dos turistas e o envolvimento da comunidade no processo turístico.

Sendo assim, entender como os moradores da localidade percebem as mudanças vivenciadas por eles, fornece uma perspectiva para se pensar em projetos que visem a promoção do turismo, levando-se em consideração também as aspirações e preocupações dos habitantes do lugar onde a atividade turística é desenvolvida para que se crie um espaço integrador e acolhedor, onde os benefícios possam ser maximizados e compartilhados por todos. Logo, é recomendável que o poder público realize investimentos na atividade turística e atue em conjunto com a comunidade local e setor científico para pensar em formas de aliar o turismo ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Vila de Algodual. Dessa forma, sugere-se que trabalhos futuros avaliem/identifiquem/analise/verifiquem as possibilidades de melhorias e expansão do turismo na ilha de Algodual, trabalho que possam evidenciar as falhas e/ou acertos de políticas públicas destinadas para aquele lugar.

Mediante o processo de construção do conhecimento a partir do trabalho apresentado, conseguimos atingir o objetivo geral e os objetivos específicos aqui propostos, através das discussões resultantes das pesquisas bibliográficas e de campo, em evidencia a teoria dos campos. Em conseguinte, confirmamos ainda as hipóteses sugeridas nessa dissertação, validando que o turismo é entendido pelos moradores como uma atividade que atua no desenvolvimento local e nas transformações socioambientais, o qual impulsiona a economia local e as trocas

socioculturais. Além disso, corrobora com a hipótese de que o principal fator das transformações socioambientais na vila de Algodal é resultado da relação turista x meio natural, ou seja, há preocupação dos moradores com os impactos ambientais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR; UFRJ, 2012. p.9-46. Disponível em:<http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/handle/123456789/347>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ASSIS, Davison Márcio Silva de et al. Percepção ambiental em comunidades tradicionais: um estudo na Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil. **Ambiente & sociedade**, v. 23, 2020.
- ARAÚJO, C. P. Da Embratur à política nacional de turismo. **Pós**, São Paulo, v. 19, n.31, p.146-163, 2012. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/270549039_Da_Embratur_a_politica_nacional_de_turismo. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BALDERRAMAS, H.A. **Capacidade de carga turística: análise do espectro metodológico ante o uso turístico-recreativo do balneário Fluvial de Araguacema (TO) – Praia da Gaivota**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2001.
- BAHIA, Mirleide Chaar. O Lazer e as relações socioambientais em Belém - Pará. 2012. 300 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.
- BARGAS, J. K. R.; CARDOSO, L. F. C. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200013> Acesso em: 20 jan. 2020.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1997.
- BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri: Manole, 2012.
- BOGGIANI, P. C. *et al.* Definição de capacidade de carga turística das cavernas do Monumento Natural Gruta do Lago Azul (Bonito, MS). **Geociências**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 333-348, 2007. Disponível em:<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/1798/1546>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BORDIN, K. M. *et al.* O contato com o ambiente influencia nas atitudes de conservação ambiental entre estudantes? *In*: VENDRUSCOLO, G. S.; CONFORTIN, A. C.; DICKMANN, I. (Org.) **Percepção do meio ambiente: o que pensam as pessoas sobre seu entorno?** São Paulo: Ação Cultural, 2016. p. 25-48.

BOURDIEU, P. Algumas Propriedades sobre os Campos. In: Ortiz, R. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2. ed. 1. reimpr. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. R. B. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 23-37, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Justiça Eleitoral: órgão municipal de Maracanã. Registro de Candidatura. Maracanã, 2020. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/PA/04855/2030402020/140000656622/pje-dc25e8f8-Proposta%20de%20governo.pdf> Acesso em: 05 nov 2021

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Brasília, v. 48, p. 3-4, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 29, nº 1, 2009, p. 133 – 149. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>Acessado em 20. Jan. 2020

BRITO, C. M.; AQUINO, T. C. H. Turismo e sustentabilidade: uma análise acerca do turismo sustentável realizado na APA de Algodoal-Maiandeuá (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.285-296, 2013.

BOTELHO, A. L. M.; VALLEJO, L. R. Uso de áreas de proteção ambiental: o caso do manguezal da apa de Guapimirim. **Geografia**. Ano VIII, n. 16, 2006.

BRITO, F. D'A. **Estudo de transformações sócio-ambientais na Ilha Grande – RJ: uma abordagem sobre turismo**. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Ilha_Grande/Brito_2001.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRUSADIN, L. B.; SILVA, R. H. T. O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto. **CULTUR**, Santa Cruz, v. 6, n. 01, p. 69-89, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/277>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CANEIRO, Tatiane Rodrigues; GONÇALVES, Tiago Estevam. O turismo e as questões socioambientais: uma discussão sobre as transformações no litoral do iguaçu-ce. **Geoambiente On-line**, n. 18, p. 01-15 pág., 2012.

CARDOSO, A. L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. **CADERNOS IPPUR**, Rio de Janeiro, v.11, n. 1 e 2, p. 80-112, 1997.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/273/82#page=75>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARDOSO, D. S. Uma contribuição teórico-epistemológica para o planejamento e gestão de políticas públicas, organizações e territórios turísticos: primeiros passos. *In: COLÓQUIO CENÁRIOS, CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO*. 2018. Gramado. **Anais[...]** Gramado: Universidade de Caxias do Sul, 2018. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/anais-coloquio-cenarios.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CATANI, A. M. **As possibilidades analíticas da noção de campo social**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, W.F. L.; FONSECA, M.A. P. Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v.13, n. 3, p. 92-104, 2019. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1587>.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 6, p. 161-174, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DICKMANN, I. Percepção ambiental e leitura de mundo: uma abordagem freireana. *In: VENDRUSCOLO, G. S.; CONFORTIN, A. C.; DICKMANN, I. (Org.). Percepção do meio ambiente: o que pensam as pessoas sobre seu entorno?* São Paulo: Ação Cultural, 2016. p. 11-24.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. *In: MATO, D. (Org.). Políticas de economía, ambiente y sociedad entiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales; Universidad Central de Venezuela, 2005.p. 17-31.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, vol. 14, núm. 2, pp. 309-335 Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino Paraná, Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68422128007.pdf> Acesso em: 30 jun. 2021.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S.G. Desenvolvimento regional através do turismo: geração de emprego e renda. *In: ENCONTRO SEMINTUR JR. 1.*, Caxias do Sul. **Anais[...]** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

FARIAS, K. S. DA S. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 2, 31 dez. 2014

Ferreira Júnior, Amarildo. Entalhadores do efêmero: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. *In*: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NÓBREGA, W. R. M. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FIGUEIREDO, S. Lima; RUSCHMANN, D. V. M. **Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas**. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 7, n. 1, dez. 2008. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/40>>. Acesso em: 24 mar. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.40>.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO L. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia. *In*: FURTADO, L. G. (Org.). **Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA; NUMA, 1997.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, B. A. C. Análise dos impactos ambientais ocorridos pela ocupação irregular no manguezal do estuário do rio Ceará -Fortaleza, CE. **Revista Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 6, nº 11, pp. 11-31, maio-agosto de 2020..ISSN: 2316-8544

GRINOVER, L. A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 4-16, 2009. Disponível:<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/214/284>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HONDA, Yohane Figueira. **Área de proteção ambiental da ilha de Algodal: conflitos socioambientais e perspectivas de governança**. Orientador: Mário Vasconcellos Sobrinho. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10742>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/escola/16693-e-m-e-f-professora-maria-de-lourdes-ferreira/censo-escolar>> Acesso em: 20 jan. 2021.

IPEA, Carta de Conjuntura. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/04/CC47_NT_Com%C3%A9rcio-externo-Covid-19.pdf> Acessado em 20. Jan. 2020

ISSA, Y. S. M. M.; DENCKER, A. F. M. Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 4., Caxias do Sul. Anais[...] Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Mestrado em Turismo, 2006. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tpI SemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.*

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista De Geografia – BPG**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2006. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/730/613>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIMA, M. N. B. *et al.* Ecossistema manguezal: um estudo sobre percepção, interpretação e representação ambiental visando a conservação da natureza, na área de proteção ambiental Algodual/Maiandeuá, Pará. *In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONTEXTO ESCOLARES. 4., Belém. Anais [...]* Belém: NECASP, 2014. p. 74-83.

MACIEL, N. A. L.; PAOLUCCI, L.; RUSCHMANN, D. V. M. Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da Praia Brava – Itajaí frente à implantação do complexo turístico habitacional Canto da Brava. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 41-63, 2008.

MARTINS, Douglas Rafael Dias. A teoria crítica da sociedade capitalista de Karl Marx entre 1845-1849. **Primordium**, Franca, v.4 n.7, 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/primordium/article/download/51921/28594/>> Acessado em 20. Jan. 2020

MATOS, R. S. **A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – reflexões**. 2010, 392pf. Tese (Doutorado em Artes e Técnicas da Paisagem) – Universidade de Évora, Évora, 2010. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/a_reinven%C3%A7%C3%A3o_da_multifuncionalidade_da_paisagem_rural_em-_espa%C3%A7o_urbano.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

MAUÉS, A. *et al.* **Guia de visitação da APA de Algodual-Maiandeuá**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2011.

MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C. E. O papel histórico do turismo de massa na consolidação da União Europeia e suas relações com a política nacional de turismo

no Brasil. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 12, n. 2, p. 159-171, 2010.

MOLINA, Fabio Silveira. **Turismo e produção do espaço - o caso de Jericoacoara**, CE. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-12022008-103629. Acesso em: 14 mar. 2022.

MORAIS, A. P. M. *et al.* Turismo e resíduos sólidos na área de proteção ambiental Algodão/Maiandeuá – Pará. *In*: FÓRUM ABRATUR. 2019. Joinville. **Anais[...]** Joinville:Univille, 2019. Disponível em:https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/1619385/Anais_de_Resumo_ABRATUR-2019.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

MORAIS, A. P. M *et al.* Turismo Planejamento e Resíduos Sólidos na Área de Proteção Ambiental Algodão/Maiandeuá. *In*: Elói Martins Senhoras Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/26272> . Acesso em: 20 jan, 2020.

NÓBREGA, W. R. M. Perspectiva e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: Discussões acerca do PROECOTUR no Estado do Pará. *In* Figueiredo, S. L. (Org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: UFPA/NAEA. (2008)

NÓBREGA, W. R. **Turismo: Planejamento e políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: E- papers. (2007)

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré –Bahia**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz; Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2008.

OLIVEIRA, F. V. Capacidade carga em cidades histórias. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 34-41, 2004.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2014.

PARÁ. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Algodão-Maiandeuá**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2012.

PARÁ. **Roteiro metodológico para a elaboração de plano de manejo das unidades de conservação do estado do Pará**. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2007.

PARÁ. **Inventário da oferta turística do município de Maracanã-PA**. Belém: Secretária de Estado de Turismo do Pará, 2017.

PARÁ. **Plano de desenvolvimento Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental Algodual-Maiandeuá**. Belém: Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará, 1999.

PAULA, Tauana Macedo; STEIN, Gabriella Veridiana; MECCA, Marlei Salette. Revista Rosa dos Ventos – **Turismo e Hospitalidade**, Caxias do sul – RS, v.8(l), n. 004, 2016, p. 1 – 13. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8e004>> Acessado em 20. Jan. 2020

PENELA, Giovanna Manuela de Oliveira. **Percepção dos moradores sobre os impactos ambientais da ilha de Algodual (APA Algodual-Maiandeuá, Maracanã, Pa)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1688> Acessado em 20 jan. 2020.

PÉREZ GARCÍA, A.; ABAD, L. G. Turismofobia: presencia, impacto y percepción del concepto a través de los medios de comunicación impresos. **Ad Comunica. Revista de Estrategias, Tendencias e Innovación en Comunicación**, Castelló de laPlana, n. 16, p. 201-219, 2018. Disponível em: <http://www.adcomunicarevista.com/ojs/index.php/adcomunica/article/view/465/457>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PIMENTEL, T. D. . El Turismo y los Entornos Sociales: destinos y retos. **ARENAS - Revista Sinaloense de Ciencias Sociales**, 34, p. 117-129, 2013.

PONATH, J. C. V.; OLIVEIRA, W. B. S. Turismofobia, os dois lados da problemática. **CENÁRIO**, Brasília, v.7, n.12, p. 42-58, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v7i12.25477>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, p. 45-59, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/247>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RAIOL, C. S., BENTES, J. M. B., FARO, C. L. O lazer dos moradores da Vila de Algodual, na ilha de Maiandeuá, Maracanã–PA. **Revista Hispeci& Lema On-Line**, Bebedouro, v. 5, n. 1, p. 12-27, 2014.

RAVE, B. E. O. *et al.* La escala de Likert en la valoración de los conocimientos y las actitudes de los profesionales de enfermería en el cuidado de la salud. **Investigación y Educación en Enfermería**, Antioquia, v. 23, n. 1, p.14-29, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1052/105215401002.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

REBOLLO, J.F.V.; LINARES, M. D. Turismo y patrimonio histórico y cultural. **Estudios Turísticos**, Sevilla, n. 126, p. 161-177, 1995.

RIBAS, A.; SCHMID, A.; RONCONI, E. Topofilia, conforto ambiental e o ruído urbano como risco ambiental: a percepção de moradores dos Setores Especiais Estruturais da cidade de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 21, p. 183-199, 2010.

RISSE, L. C. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 309-319, 2014. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/download/6438/4612>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RODRIGUES, Á. F. A. C. **A produção do espaço pelo e para o turismo na área de proteção ambiental da ilha do Combu (Belém-Pará)**. 2018, 332 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10294>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RUSCHMANN, D. V. D. M. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Revista Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, n.5, p. 81-90, 1999/2000.

SANTANA, A. A importância do Planejamento Turístico No Desenvolvimento do Turismo Cultural. *In*: ENCONTRO SEMINTUR JR. 2., 2011. Caxias do Sul. **Anais[...]** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2011. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/01_a_importancia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA JÚNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. *In*: XVII SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 17., 2014. São Paulo. **Anais[...]** São Paulo: FEA; USP, 2014.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: a lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.

TRENOUTH, A. L.; HARTE, C.; DE HEER, C. P.; DEWAN, K.; GRAGE, A.; PRIMO, C.; CAMPBELL, M. L. Ocean & Coastal Management Public perception of marine and coastal protected areas in Tasmania, Australia: Importance, management and hazards. **Ocean and Coastal Management**, v. 67, n. 1, p. 19-29, 2012

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980

TOMIO, I. R. P.; HERÉDIA, V. B. M. Patrimônio cultural de Antônio Prado/RS: entre o turismo, a memória e o planejamento. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 12, n.1, p. 192-209, 2020. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/6393/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 221-241, 1995.

Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1752>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VIEIRA, R. Turismo responde por 8,1% do PIB Brasil; veja dados globais. **Panrotas.com.br**, [s. l.], 03abr. 2019, 16:44. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html. Acesso em: 20 jan. 2020.

APENDICE 01

Quadro 1 – Modelo de Questionário

Questionários Aplicados aos Comunitários da Vila de Algodal					
Afirmações	Concordo Totalmente	Concordo em parte	Não sei	Discordo em parte	Discordo Totalmente
	Muito Pequeno	Pequeno	Moderado	Grande	Muito Grande
1) O turismo tem contribuído para o aumento de renda da comunidade local					
2) O turismo tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos moradores					
3) O turismo contribui para a melhoria da infraestrutura na vila de Algodal					
4) O turismo gera acúmulo de lixo, nas praias,					

mangues, lago da princesa, trilhas e na vila de Algodual					
5) Por meio do turismo a comunidade se aproxima dos visitantes.					
6) O turismo melhora os serviços na Vila de Algodual					
7) O turismo gera impactos positivos / negativos na vila de Algodual (mencionais quais na sua visão)					
8) O turismo modificou a paisagem natural de Algodual					
9) O turismo modificou a paisagem construída de Algodual					

10) Você se sente inseguro pelos turistas que frequentam a Vila de Algodual					
---	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado por Ana Paula Morais (2021).

APENDICE 02

Quadro 2 – Modelo de Entrevistas

Entrevistas Aplicadas aos Presidentes de Associações				
Canoeiros	Barqueiros	Carroceiros	Pescadores Artesanais	Hotéis, Pousadas e Restaurantes
1) O turismo contribui para a sua renda				
2) Você percebe algum tipo de preconceito que a comunidade tem com os visitantes da ilha?				
3) Na sua opinião há conflito entre os moradores e visitantes na vila de Algodual?				
4) Você se sente coagido pelos turistas que frequentam a Vila de Algodual?				
5) Você sente dificuldade quando não ocorre o turismo na Vila de Algodual?				
6) O acúmulo de lixo na Vila é uma ação corriqueira?				
7.a) Qual a atividade dos canoeiros / Barqueiros / Carroceiros quando não tem fluxo de turistas?	7.b) Existe a diminuição dos recursos da pesca por conta do fluxo turístico existente na região?	7.c) A construção indevida de pousadas, hotéis e restaurantes interferem na atividade?		
8) Quais mudanças você consegue identificar ao longo de 30 anos na Ilha de Algodual?				
9) O que você mudaria na Vila de Algodual?				
10) O que lhe levou a ser presidente(a) da Associação?				

Fonte: Elaborado por Ana Paula Morais (2021).

APENDICE 03**Quadro 3** – Modelo de Perfil Socioeconômico

Perfil Socioeconômico		
Gênero	Ocupação	Estado civil
Idade	Escolaridade	Cor
Onde nasceu:	Renda Familiar	Possui propriedade própria?

Fonte: Elaborado por Ana Paula Morais (2021)

ANEXO – 01

ATA da 1º reunião ordinária da APA Algodoal Maiandeuá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
 DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
 GERENCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NORDESTE PARAENSE

ATA DA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA DA APA ALGODOAL-MAIANDEUA
 CONSELHO DA APA ALGODOAL-MAIANDEUA
 DIA 30 DE MAIO DE 2019

1 No dia 30 de maio de 2019 às 14h00, no Centro Comunitário e Social da Vila de Algodoal no município de
 2 Maracanã, inicia-se a 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA ALGODOAL-MAIANDEUA.
 3 Como membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, fazem-se
 4 presentes representantes do PODER PÚBLICO: 1 - Sr. Janílson Lopes Nunes (IDEFLOR-Bio), 2 - Srs. Edelman
 5 Soares da Silva e Luís Monteiro da Silva Júnior (DEMA), e 3 - Sr. Thiago Marcelo Pacheco de Oliveira
 6 (SEDAP), 4 e SOCIEDADE CIVIL: 1 – Sr. Ailton César Macedo (Associação dos Carroceiros), 2 - Sra. Márcia
 7 Correa Nunes e Elenice de Cristo Sousa (ACEDESPIM), 3 –Sr. Gerson da Cruz Cardoso (Associação dos
 8 Moradores), 4 – Jânio Souza da Costa (Igreja Evangélica Assembleia de Deus), 5 - Sr. Anderson Alexandre
 9 Oliveira da Costa (ACA). Como convidados e/ou ouvintes, o Sr. Adenildo Costa, o Sr. Manoel Teixeira
 10 (Espaço Tio Milico), a Sra. Alcione Alves (ACEDESPIM), o Sr. Hilton Botelho e a Sra. Tatiana Gomes Silva. O
 11 presidente do Conselho saúda a todos os presentes, dá início a reunião, e apresenta a pauta: 1 -
 12 Apresentação do novo Gestor da Unidade de Conservação APA Algodoal-Maiandeuá; 2 – Apresentação do
 13 status de encaminhamento da última reunião; 3 – Apresentação do Plano Orçamentário Anual; 4 – O que
 14 ocorrer. Assim sendo no que se refere ao item 1 - Apresentação do novo Gestor da unidade devidamente
 15 explanada sua formação acadêmica e experiência profissional anterior. A palavra é franqueada a
 16 conselheira e membro titular da ACEDESPIM, a Sra. Márcia Nunes, que primeiramente questiona a pouca
 17 representatividade dos membros do Conselho Gestor do âmbito governamental que é de suma importância
 18 por serem responsáveis pela execução das demandas. Sugere que a próxima reunião seja em Belém, e
 19 também aproveitar a oportunidade para a renovação da posse do Conselho. Pontuou ao presidente do
 20 Conselho que nessa nova gestão seja feita a distribuição das atribuições ao que couber cada
 21 Entidade/Instituição, ressaltando a importância do trabalho integrado. Na sequência, a presidência, retoma
 22 a palavra, informando que providenciará para que a próxima reunião seja em Belém, com relação a
 23 distribuição das demandas da unidade entre os membros do Conselho, disse que o propósito é de uma
 24 parceria, e será revisto. Márcia pediu novamente a palavra, para esclarecer que a estrutura que hoje o
 25 Ideflor-Bio possui na ilha foi criada através de um processo solicitado pela comunidade, em relação a
 26 SEMAS pra entregar o Plano de Manejo, a prefeitura para a retirada do lixo e o SPU para dar condições de
 27 trabalho aos que vivem do turismo. Repetiu novamente a importância da integração entre o gerente da
 28 unidade e os membros do Conselho, pontuando que desde quando o Conselho foi fundado os gerentes não
 29 chamaram os membros para pedir contribuição para gestão, considerando ser um equívoco pelo Gestor, já
 30 que são os comunitários que sabem a necessidade da ilha. Como exemplo foi citado a oficina de cartografia
 31 ministrado pelo Dr. Otávio do Canto, conselheiro da UFPA, nas vilas de Algodoal e Cambinha, que foi dado
 32 apoio total com hospedagem e alimentação por outros membros do Conselho, reforçando que demandas



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DGMUC
GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NORDESTE PARAENSE

33 simples podem ser resolvidas pelos próprios membros locais. Dando continuidade aos trabalhos passa para
34 o item 2 – Apresentação do status de encaminhamento da última reunião, após a leitura da Ata da última
35 reunião, os presentes informaram que faltou itens discutidos na reunião. Em seguida, a presidente aborda
36 o item 3 – Plano Orçamentário Anual - POA, foi esclarecido que os quatro primeiros meses previstos não
37 foram executados, devido a não liberação de recursos, em face da habitual mudança de governo, ficou
38 programado o detalhamento na reunião extraordinária em junho. Dando sequência a reunião, o presidente
39 aborda o item 4 - O que ocorrer, solicitado pelos presentes que seja feito a renovação de posse do
40 Conselho Gestor, considerando a última, em dois mil e dezesseis, nesse meio tempo houve a substituição
41 de representantes de membros sem justificativa oficial. Ainda nesse contexto, ficou para ser discutida em
42 próxima reunião a questão da substituição de assentos no Conselho Gestor, de acordo com o Regimento
43 Interno deste Conselho, deixar de comparecer a três assembleias consecutivas sem justificativa ou cinco
44 intercaladas, corroborada ao inciso I do art. 22, que trata da perda do mandato. Outra reivindicação, é
45 acerca de um plano emergencial para o período do veraneio, em caráter de força tarefa, envolvendo:
46 **Fiscais de Tributos da Prefeitura de Maracanã**, para o cadastramento dos ambulantes através de seu
47 comprovante de residência, e fiscalizar a entrada dos demais ambulantes pelo distrito de Marudá e pelo
48 KM 40, além de moradores temporários que alugam casas no mês de julho para vendas de produtos e
49 alimentos, prejudicando a circulação na economia local; **Policia Civil**, para o registro de ocorrências dos
50 delitos na ilha, atualmente as ocorrências são feitas somente na sede do município de Maracanã, também
51 foi solicitada uma ação social para retirada de documentos; **Batalhão de Policiamento Ambiental**, para
52 reforçar a segurança no mês de julho; **Secretaria Municipal de Saúde de Maracanã**, com um posto para
53 atendimento emergencial. Encaminhamentos: 1 – Enviar ofício a Policia Civil para apoio a Força Tarefa do
54 mês de julho, solicitando um escrivão; 2 – Enviar ofício ao BPA solicitando reforço policial, 3 – Encaminhar
55 documentos da reunião, 4 – Solicitar cópia dos documentos dos conselheiros titulares e suplentes para a
56 renovação do Conselho Gestor. Agradece a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, o presidente
57 deu como encerrada a reunião às 16h37 e deseja a todos um bom retorno. Eu, Josiane Amanda Gomes
58 Miranda, redigi esta ata e dou fé, que deverá ser aprovada na próxima reunião do Conselho e referendada
59 por lista de presença em anexo.



Ideflor-bio
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
 DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
 GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NORDESTE PARAENSE

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR | ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALGODOAL-MAIANDEUA
 DATA: 30/05/2019 | HORÁRIO: 14 AS 17H
 LOCAL: CENTRO COMUNITÁRIO E SOCIAL DA VILA DE ALGODOAL

GORVERNAMENTAL	MEMBROS	ASSINATURA
Ideflor-Bio	Titular: Janilson Lopes Nunes Suplente:	
BPA	Titular: Luis Cláudio Saldanha Araújo Suplente: Sicley Monteiro das Neves	
MPEG	Titular: Benedita da Silva Barros Suplente: Rosery Mendes de Mendonça	
DEMA	Titular: Edelvan Soares da Silva Suplente: Luis Monteiro da Silva Júnior	
SETUR	Titular: Suplente:	
SPU	Titular: Paulo Gilberto Murta Costa Suplente: Augusto Daniel Teixeira do Nascimento	
UFPA	Titular: Luis Otávio do Canto Lopes Suplente: Rodolpho Zahluth Bastos	
SEDAP	Titular: Thiago Marcelo Pacheco de Oliveira Suplente:	
Prefeitura Municipal de Maracanã - PMM	Titular: Marley Chaves Costa Suplente:	
ICMBio	Titular: Fernando Barbosa Pecanha Júnior Suplente: Lídia Ferreira Amorim	



Ideflor-bio
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
 DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
 GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NORDESTE PARAENSE

NÃO-GORVERNAMENTAL	MEMBROS	ASSINATURA
ASSOCIAÇÃO DOS CARROCEIROS	Titular: Ailton César Macedo Pinheiro Suplente: Marizele Costa Teixeira	<i>Ailton César Macedo Pinheiro</i>
ACEDESPIM	Titular: Marcia Correa Nunes Suplente: Elenice de Cristo Sousa	<i>Marcia Correa Nunes</i> <i>Elenice de Cristo Sousa</i>
AETA	Titular: Edilza Martins D'Ávila Suplente: Maria José Martins D'Ávila	
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES	Titular: Eli de Aquino Cardoso Suplente: Gerson da Cruz Cardoso	<i>Gerson da Cruz Cardoso 943.26-9852</i>
IGREJA EVANGÉLICA ASSÉMBLEIA DE DEUS	Titular: Gustavo de Melo Braum Suplente: Claudiano	<i>Gustavo de Melo Braum</i>
CLIMAM	Titular: Nilton da Silva Suplente: Pedro da Silva e Sousa	
APHA	Titular: Sílvia da Silva Ferreira Suplente: Berço Alessandro de Sousa Ferreira	
ACMM	Titular: Lúcio Teixeira Suplente: Paulo Pinheiro Teixeira	
COLONIA DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAS	Titular: Valdenie dos Santos Suplente: Sabino Borges da Costa	
GRUPO AMBIENTAL DE FORTALEZINHA - GAF	Titular: Jacinto Teixeira Suplente: Neilza de Lima	
ASSOCIAÇÃO DOS CANOEIROS DE ALGODOAL (ACA)	Titular: Anderson Alexandre Oliveira da Costa Suplente: Carlos André Teixeira de Lima	<i>Anderson A. O. Ferraz</i>



IdeFlor-Bio
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO PARÁ
 DIRETORIA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
 GERÊNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NORDESTE PARAENSE

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR | ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ALGODOAL-MAIANDEUA
 DATA: 30/05/2019 | HORÁRIO: 14 AS 17H
 LOCAL: CENTRO COMUNITÁRIO E SOCIAL DA VILA DE ALGODOAL (OUVINTEIS)

Nº	Nome	Emp.	E-mail	Telefone
01	Manoel Teixeira	Espejo Hótilio	petroespejo@hótilio.com	9-99196202
02	Esther Oliveira		Carshinnet.oliveira@hotmail.com	989212707
03	Moiana Almeida	Associação		998779527
04	Milton Cesar	ACVA	anton.algodal@alv.com.br	980245989
05	Wagner Batista, M			
06	Tatiana Gomes Silva			
07	Foscare Nuvemda	Detflor-Bio	fosnuvemda@detflorbio@gmail.com	(91) 99313-9275
08				
09				
10				
11				
12				
13				